



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

MAURÍCIO MOREIRA CARDOSO

**O GÊNERO *CARTA AO EDITOR* EM *NEWSWEEK*:  
ASPECTOS DISCURSIVOS E SÓCIO-INTERACIONAIS**

**FORTALEZA - 2005**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TRADUÇÃO E ENSINO/APRENDIZAGEM DE  
LÍNGUAS

**O GÊNERO *CARTA AO EDITOR* EM *NEWSWEEK*:  
ASPECTOS DISCURSIVOS E SÓCIO-INTERACIONAIS**

Por

**Maurício Moreira Cardoso**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Irandé Costa Morais Antunes**  
**Co-orientadora: Profa. Dra. Antônia Dilamar Araújo**

Dissertação de Mestrado,  
apresentada como parte dos  
requisitos para obtenção do  
título de Mestre em Lingüística  
Aplicada ao Ensino

FORTALEZA – 2005

## AGRADECIMENTOS

À Dr<sup>a</sup> Maria Irandé Costa Antunes

Minha orientadora, por sua grandeza espiritual ter tornado a minha orientação um aprendizado além da sala de aula.

À Dr<sup>a</sup> Antônia Dilamar Araújo

Minha co-orientadora, por ter me deixado preenhe das linhas teóricas que me fizeram seguir em frente na pesquisa.

À Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Santiago Araújo

Por seu apoio moral e espiritual, fazendo-me sentir que era possível atingir a meta.

À Maria do Carmo Rodrigues de Oliveira

Por sua solicitude e paciência com todos nós alunos.

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo estudar o gênero *carta ao editor* na revista *Newsweek*, focalizando especialmente a interação leitor/editor, com o fim de analisar as estratégias discursivas mais utilizadas. Para este fim, baseando-nos principalmente em Bakhtin (1986, 2000), Orlandi (2001), Bronckart (2003) e Maingueneau (1997, 2001), analisamos, qualitativa e quantitativamente, 122 cartas da referida revista no período compreendido entre julho e dezembro de 2002, detendo-nos em basicamente três aspectos: (a) características contextuais do gênero *carta ao editor*; (b) formas de heterogeneidade mostrada usadas como forma de remissão ao texto-base; e (c) relevância discursiva da identificação do leitor. Quanto ao primeiro aspecto, observamos que o gênero *carta ao editor* apresenta-se como uma cadeia discursiva fechada, uma vez que resulta da reação dos leitores à revista, mas não provoca nenhuma resposta explícita desta. Quanto ao segundo, vimos que as formas de remissão têm relação direta com a forma de desenvolvimento da argumentação e que as mais usadas, no *corpus* analisado, a pressuposição e a paráfrase, situam-se nos extremos: a pressuposição permite um tratamento mais amplo e subjetivo do tema e a paráfrase permite apenas uma abordagem mais restrita e objetiva do assunto. Quanto ao terceiro aspecto, consideramos que a identificação do leitor tem papel fundamental como estratégia discursiva, manifestando-se ora como profissão ou cargo do leitor, ora como experiência vivida, nacionalidade ou orientação religiosa. Todas se vinculando à linha argumentativa do texto, embora algumas vezes não figurem no corpo da carta, mas abaixo do nome do emissor. Ao final, apresentamos algumas considerações sobre as implicações pedagógicas do referido estudo para o ensino da leitura e da escrita, especialmente, em aulas de língua estrangeira.

## ABSTRACT

This work aimed investigating the genre *letter to the editor* in *Newsweek* magazine, focusing mainly on the interaction between reader and the editor with the purpose to analyse the most frequent discursive strategies. To accomplish this purpose, we got the support of the theories of Bakhtin (1986, 2000), Orlandi (2001), Bronckart (2003) and Maingueneau (1997, 2001), we analyzed, quantitatively and qualitatively, 122 letters to the magazine in the period between July and December of 2002. We studied basically three aspects. (a) the contextual characteristics of the genre *letter to the editor* (b) the forms of intertextuality that refer to the article or report; and (c) the discursive relevance of the identification of the author of the letter. With regards to the first aspect, we observed that the genre *letter to the editor* is a discursive closed chain, since it is the result of the readers' reaction to the magazine. With regards to the second aspect, we observed that the forms of intertextuality referring to the article or report have a direct connection with the development of the argumentation in the letter and, therefore, the most frequent in the *corpus* analyzed, the presupposition and the paraphrase are in the extremes: the presupposition allows a larger and subjective approach of the theme; on the contrary, the paraphrase allows a more objective and restricted approach of the theme. As regards to the third aspect, we considered that the identification of the author of the letter has a fundamental role in the discursive strategy, showing up one moment the profession or the post, next the experience of life, the nationality or the religious orientation. All of them are connected to the argumentative line of the text, although sometimes they are not clearly presented in the body of the letter, but below the author's name. At the end of this work, we presented some considerations about the pedagogic implications of our research to the teaching of reading and writing in foreign language classes.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1. Referencial Teórico</b> .....	13
1.1. À guisa de introdução: a linguagem como atividade social.....	13
1.2. Os gêneros do discurso .....	17
1.2.1. O conceito de Bakhtin sobre gênero do discurso .....	18
1.2.2. O conceito de Bronckart sobre gênero do discurso .....	20
1.3. Heterogeneidade e dialogismo .....	25
1.4. As implicações da identificação do leitor-missivista.....	35
1.5. O gênero discursivo <i>carta ao editor</i> .....	41
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	52
2.1. Do <i>corpus</i> .....	52
2.2. Procedimentos metodológicos.....	54
<b>3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	64
3.1. Aspectos contextuais do gênero discursivo <i>carta ao editor</i> .....	64
3.1.1. A origem da carta .....	65
3.1.2. Aspectos sócio-históricos do gênero <i>carta ao editor</i> .....	66
3.1.3. O suporte/canal do gênero <i>carta ao editor</i> .....	66
3.1.4. O enunciador .....	69
3.1.5. O co-enunciador .....	71
3.1.6. O caráter intertextual do gênero <i>carta ao editor</i> .....	73
3.2. Intertextualidade e dialogismo no gênero <i>carta ao editor</i> .....	77
3.2.1. As formas de remissão nas cartas ao editor de <i>Newsweek</i> .....	79
3.2.1.1. A ironia.....	79
3.2.1.2. A negação.....	82
3.2.1.3. A alusão ao tema .....	84
3.2.1.4. A referência ao título .....	85
3.2.1.5. O excerto .....	86
3.2.1.6. A parafraseagem .....	90
3.2.1.7. A pressuposição .....	93
3.3. O sujeito do discurso: o leitor-missivista nas cartas ao editor em <i>Newsweek</i> .....	100
3.3.1. A origem dos emissores da carta .....	100
3.3.2. A relevância discursiva da identificação do leitor.....	103
3.3.3. Considerações gerais .....	133
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	137
4.1. Aspectos do gênero, do intertexto e do sujeito discursivo .....	137
4.2. Implicações para o ensino .....	140
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	145

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1: esquema de cadeia discursiva fechada.....	99
Figura 2: esquema de cadeia discursiva contínua.....	99
Gráfico 1: tipo de leitor.....	70
Tabela 1: lista de edições e temas da revista.....	53
Tabela 2: relação entre seções referidas e tipo de leitor .....	68
Tabela 3: intertextualidade com texto original .....	79
Tabela 4: relação entre tipo de leitor e identidade do leitor .....	103

## INTRODUÇÃO

Buscando suporte teórico na área do conhecimento da Análise do Discurso, que considera um texto necessariamente ligado aos propósitos determinados pelos eventos humanos e destinado a produzir significações, não alheias à prática social, este trabalho se propõe a analisar as cartas ao editor da revista americana *Newsweek*, com o fim de verificar como o jogo sócio-interacional entre leitor e editor se acha refletido nas estratégias discursivas comuns a esse gênero discursivo.

As cartas ao leitor constituem, como sabemos um espaço que, em jornais e revistas, é destinado à manifestação dos leitores. São, assim, um importante instrumento da afirmação do princípio da democracia burguesa e da cidadania. E é notadamente a existência desse espaço criado para a manifestação do leitor, o ponto irradiador e, ao mesmo tempo, convergente de inúmeros fenômenos estudados através da Análise do Discurso e da Lingüística Textual. Dessa forma, a superestrutura da forma de poder (o poder da comunicação escrita), que é a imprensa, é compartilhada por todos os indivíduos capazes de se expressarem por meio do idioma utilizado pela referida superestrutura inscrita em determinado espaço e tempo. Por esse motivo, as cartas endereçadas aos editores de jornais e revistas constituem, a nosso ver, uma importante fonte de leitura e interpretação de determinado grupo social, mesmo que tal grupo não se caracterize por compartilhar o mesmo espaço geográfico, como é o caso de leitores de jornais e revistas cuja circulação é mundial, como, por exemplo, a *Newsweek*.

De fato, o gênero *carta ao editor* tem sido foco de interesse de alguns trabalhos, que, como era de se esperar, não esgotaram o tema. Melo (1999), por exemplo, estudou o gênero *carta ao editor* em jornais de circulação nacional, com o objetivo de buscar as diferenças entre as temáticas da esfera pública e privada evidenciadas em marcas textuais, mas não era o seu objetivo central uma sistematização maior dessas marcas lingüísticas. Limitou-se ao uso de pronomes e verbos. Lima (2001) também estudou *carta ao editor*,

todavia, em uma perspectiva textual, associada à noção de gênero, dialogismo e intertextualidade. Não voltou seus olhos para aspectos, a nosso ver pertinentes, relativos à interação leitor/revista, nem para questões relativas à identificação dos missivistas, bem como não discutiu aspectos de natureza pedagógica que possam resultar do estudo.

Este trabalho visa estudar os referidos aspectos e questões, mencionados no parágrafo anterior, enveredando-se por uma trilha discursiva, para além do próprio texto, inserido no amplo sistema sócio-político em que ele emerge. Assim, estudaremos, nas referidas cartas, seus aspectos temáticos e a sua tipologia, bem como o modo de retomada dos temas tratados em outras edições.

Nesse sentido, interessa, em particular, investigar a interação leitor/editor, tomando como base a obra de Bakhtin (2000), quanto à sua noção de intertextualidade e dialogismo, explicada no corpo deste trabalho. Nesse sentido, um obstáculo a enfrentar é que não nos é dado saber o perfil do leitor, a não ser quando o próprio leitor nos fornece. Neste aspecto, *Newsweek* difere de nossas revistas nacionais, como *Veja* e *Isto É*, que fornecem informações sobre o redator da carta, se é, por exemplo, professor universitário, e neste caso, a titulação e a universidade, se é aluno e, como tal, em que nível de escolaridade se encontra. Entretanto, vez ou outra, no corpo do texto de algumas cartas da *Newsweek*, é possível haver identificação do leitor, por ele próprio no contexto discursivo. Resta-nos saber a razão discursiva dessa identificação.

Um outro aspecto a considerar-se é que a língua inglesa configura-se como um veículo de expressão internacional, utilizado por diferentes povos com diferentes traços culturais. Destarte, nosso trabalho pode aspirar a evidenciar o que há de comum entre usuários tão diversificados. Vale lembrar que o discurso é um composto tridimensional, sendo uma de suas facetas o próprio texto, que, por sua vez, comporta vocabulário, gramática, textualidade, entre outras propriedades.

Estas são as questões discursivas e extradiscursivas sobre as quais desejamos nos debruçar neste trabalho, esperando assim lançar luzes não só para o pesquisador como também para o professor em sua abordagem do texto, circunscrita freqüentemente à esfera comunicativa, ainda que esta apele para conhecimentos prévios do aluno, para sua enciclopédia. O que desejamos é tentar desvendar a natureza das interações verbais, tomando como eixo as cartas ao editor, numa revista de larga circulação, originária de um país tido como modelar para o mundo, representante que é, para o imaginário do homem comum, principalmente o do bloco periférico, de uma democracia plena e de um país livre. No entanto, nunca é demais repetir que esta liberdade, no espaço do discurso, não se nos apresenta na sua total substancialidade, mas é sujeita aos entornos, às regras mediatas e imediatas que determinam o que dizer, como dizer, quando dizer e para quem dizer.

Feitas as considerações acima sobre a relevância teórica de estudarmos as cartas ao editor – um gênero discursivo bastante utilizado pelas mais diversas camadas sociais -, vamos agora enfatizar a aplicabilidade de nossa pesquisa ao ensino da leitura e da escrita, no âmbito dos cursos de graduação em Ciências Humanas. As cartas ao editor, além de suas especificidades como um gênero do discurso, como qualquer texto, é a expressão de seres humanos, com suas idiossincrasias e traços oriundos do grupo social do qual fazem parte. Além disto, as cartas ao editor se apresentam como excelente material de apoio ao ensino de leitura e escrita aos estudantes de nível superior no esclarecimento e na exemplificação de conceitos de análise do discurso, gênero textual, dialogismo, relações de poder, entre outros. Assim, queremos obter resposta para as seguintes perguntas: (a) de que forma o gênero discursivo carta ao editor se configura no tocante ao contexto de produção?; (b) que estratégias o leitor-missivista utiliza para retomar o texto-base?; (c) qual a relevância discursiva da identificação do leitor dada por ele mesmo?

As questões supracitadas levam-nos a estabelecer o fio condutor do presente trabalho, que é investigar os aspectos discursivos e sócio-interacionais da relação entre leitor e editor/revista. Quer dizer, queremos

investigar as interações que se estabelecem: (a) a partir do gênero (no tocante aos aspectos contextuais deste); (b) por meio da intertextualidade presente em *carta ao editor* (interessando-nos apenas as formas de remissão ao texto que originou a carta); e (c) a identificação do leitor dada por ele mesmo. Desse modo entenderemos melhor alguns dos aspectos que concretizam a mencionada relação. Em suma, partindo do objetivo geral de analisar o gênero carta ao editor quanto a características de natureza discursiva sócio-interativas, nossos objetivos específicos são: (a) analisar o tipo de texto predominante em cartas ao editor no que concerne à topicalização como marca de relação com o texto base; (b) analisar o papel do leitor quanto à nacionalidade: americano ou estrangeiro, destacando neste último grupo o bloco sócio-econômico a que pertence; (c) investigar a intertextualidade entre o tema gerador das cartas e as próprias cartas, bem como a relação dialógica entre editor e leitor; (d) analisar a relevância discursiva da identificação do leitor dada por ele mesmo em cartas ao editor.

Para atingirmos nossos objetivos, dividimos este trabalho em três partes. Na primeira parte, apresentaremos a fundamentação teórica que embasa nosso trabalho e a revisão bibliográfica. Esta parte se subdivide em cinco seções. Inicialmente, daremos uma visão geral das teorias da linguagem como meio de enunciação, pelo qual os indivíduos interagem sob uma linguagem ativa, mais exatamente sócio-interativa. Em seguida, encetaremos um estudo sobre os gêneros do discurso: suas características discursivas e sócio-interativas. Depois, daremos um enfoque sobre a questão da intertextualidade e sua relação com o dialogismo. A seguir, trataremos das implicações da identificação do leitor, com base, principalmente, em Bakhtin (1986) e Maingueneau (1997). Por fim, falaremos do gênero *carta ao editor*, apresentando os resultados de algumas pesquisas sobre o tema.

Na segunda parte, apresentaremos a metodologia que empregamos para a análise dos dados. Na terceira parte, discutimos os resultados de nossa pesquisa, a qual se subdivide em quatro seções. A primeira seção apresenta os resultados de variáveis ligadas à questão do gênero, como natureza da carta e temática. A segunda mostra os resultados ligados à variável

intertextualidade e analisa qualitativamente tais resultados. A terceira discute a relevância discursiva da identificação do leitor numa análise predominantemente qualitativa.

Desse modo, esperamos que o nosso trabalho não se limite aos aspectos puramente teóricos, mas proporcione subsídios para a sala de aula onde já se esboça uma reação à mera análise e exploração do texto literário, em seus aspectos estéticos e artificialmente programáticos. Hoje já se admitem textos de outra natureza. Este trabalho pretende contribuir oferecendo meios para estudar uma modalidade de texto – carta ao editor – no contexto escolar.

Uma vez conhecidas as características de cartas ao leitor como enunciado e como gênero retórico, em que se implicam as relações de poder, teremos condições de explorar mais este gênero discursivo, com toda a sua riqueza, em sala de aula. Contribuímos deste modo para acrescentar um novo olhar e uma nova abordagem, ampliando a perspectiva que já temos, e oferecendo um elemento de contraste com outros gêneros textuais para que, tanto no exercício intelectual da descoberta quanto no processo de ensino-aprendizagem, o pesquisador tenha elementos para singularizar a diversidade dos gêneros.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1. À guisa de introdução: a linguagem como atividade social

A língua em uso atende a diversas demandas decorrentes da condição do homem como ser social, como ser no mundo. Como ente concreto, o homem produz discursos segundo as várias práxis em que se insere, quer na vida pública, direta ou indiretamente, quer na vida privada.

Assim, a língua, posta em atividade, “implica ser um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros, como também um modo de representação”; complementarmente, “implica uma relação dialética entre discurso e estrutura social” (Fairclough, 2003:91). Em outras palavras, pode-se dizer que o discurso molda o mundo social, ao mesmo tempo em que é moldado por ele, devendo ser considerado, conseqüentemente, por sua complexidade, como um fenômeno tripartido: o texto, a prática discursiva e a prática social.

Essa tríplice composição do discurso pode ser observada de forma imediata em sociedades cujo modo de organização se baseia no princípio democrático. Um dos mais importantes meios de concretização do referido princípio repousa sobre a liberdade de manifestação individual, seja escrita ou falada. Assim, um único indivíduo pode desencadear mudanças no grupo social em que vive, pois a ele é facultado o poder de aprovar ou desaprovar, criticar ou louvar, votar a favor ou contra as decisões que o afetam como um membro da coletividade. Esta expressão e a liberdade na qual se funda se realizam nos diversos âmbitos da atividade humana, econômica, política, social, até mesmo nas práxis discursivas cotidianas em que se tematizam os vários aspectos dominantes na cultura. Um contra-exemplo ajuda a evidenciar a referida natureza do discurso. Referimo-nos às sociedades que se organizam em torno de regimes totalitários, que cerceiam a possibilidade de livre manifestação dos indivíduos que as compõem, pois reconhecem a força que o discurso possui, tanto como forma de ação (geradora de transformações), quanto como forma de representação (base para reflexões e inferências).

A propósito, Bakhtin (2000:279) esclarece que a utilização da língua como atividade de comunicação não é feita de forma aleatória, pois sofre condicionamentos decorrentes do seu modo de utilização, que, por sua vez, é reflexo das esferas da atividade humana, como, por exemplo, a esfera pública (em contraposição à esfera privada). Assim, o enunciado, além de ser manifestação individual, é, também, uma entidade plural, pois, além de ser fruto de uma reação responsiva, sofre influência de outros enunciados, direta ou indiretamente ligados a dada enunciação. Neste sentido, pode-se afirmar que os enunciados, invariavelmente, pressupõem outros enunciados num espaço e tempo concretos, uma vez que existem outras vozes que se manifestam, explícita ou implicitamente, com a do autor do enunciado.

Convém esclarecer que a linguagem não é pura e simplesmente um instrumento de comunicação tal como estabelecido simplificada por Saussure (1977) e reproduzido por autores de orientação estruturalista, mesmo porque, como já asseverara Ducrot (1977), o termo comunicação é tão desgastado e tão amplo que impõe cautela por parte de quem o emprega. Quando exprime sentimentos, exercendo a função expressiva, quando age sobre os outros, exercendo a função conativa, quando referencia o mundo que o cerca, o homem está se comunicando. Não há sentido, portanto, em adotar o termo comunicação senão com as devidas reservas que o termo merece e, em nosso caso, despojando-o do caráter de circuito automático de interação social que garante a simples alternância de fala entre locutor e alocutário<sup>1</sup>. Tampouco julgamos produtivo opor comunicação à expressão/conação, como faz Martinet (1973), conferindo à primeira um caráter intelectual e separando artificialmente as faculdades intelectuais do homem de suas faculdades afetivas. Mesmo na esfera gramatical, não podemos dispensar aspectos relacionados a crenças cristalizadas na linguagem. Um exemplo é dado por Becker (1995: 292, 293),

---

<sup>1</sup> Segundo Austin (1971), cada execução lingüística (ou ato de fala) carrega três sub-atividades analiticamente discerníveis denominadas: ato *locutório*, *ilocutório* e *perlocutório*. Estas atividades possuem, respectivamente, significado, força e efeito. Assim, o ato *locutório*, entre outras sub-atividades, inclui usar palavras com um *significado* e uma referência. A execução de um ato *locutório* acarreta a realização de um ato *ilocutório*, ao qual corresponde a função performativa, pois quando dizemos algo, não apenas significamos e propomos referências, mas executamos *ações socialmente relevantes*, como afirmar, interrogar, responder, advertir etc. Contudo, dizer implica fazer algo em um terceiro sentido, visto que as palavras reportam conseqüências aos sentimentos, pensamentos e ações dos interlocutores, produzindo resultados extralingüísticos. Pelo fato de dizer algo, pode-se convencer, desanimar, assustar, surpreender etc. alguém. É a isso que se chama de ato *perlocutório*.

que relata uma entrevista improvisada feita por um jornal nova-iorquino a um dançarino javanês. Ante a pergunta sobre se faria da dança seu futuro, o dançarino permaneceu calado e o tradutor teve de intervir para dizer que não se pergunta deste modo a um indonésio. A pergunta não era simplesmente grosseira: punha o rapaz na posição de ter de falar como somente um deus falaria. O problema residia, portanto, na falsa concepção de que a noção de futuro era considerada pelo javanês como o era pelo nova-iorquino. Para aquele, o conhecimento do futuro, principalmente tão longínquo, era vedado ao ser humano. Por este exemplo, vemos quão importante pode ser a competência pragmática na interação social.

Para nós, na esteira de Gnerre (1998: 5), a linguagem se presta, entre outras, à função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa, ou pensa ocupar, na sociedade em que vive. Neste sentido, não existe qualquer dissociação entre linguagem e atividade social. A título de exemplo, pode-se afirmar, com base em nosso conhecimento de mundo, que, neste ano de 2004, há um indivíduo a quem cabe o título de Presidente da República do Brasil. Este indivíduo pode utilizar a palavra colega para outro chefe de Estado, mas um cidadão comum não pode fazer o mesmo, em virtude de estatutos sociopolíticos diferentes.

A visão de linguagem como atividade social se faz presente em Bronckart (2003), que defende uma posição epistemológica denominada interacionismo social, baseado no princípio de que o processo histórico de socialização gera como resultante as propriedades específicas das condutas humanas<sup>2</sup>.

Bronckart leva a crer que a linguagem, tanto no que se refere à sua gênese, quanto ao seu posterior desenvolvimento, está intimamente vinculada à interação que se estabelece entre indivíduos do mesmo grupo social. Entretanto, para compreender todas as facetas desse fenômeno, tal como

---

<sup>2</sup> Bronckart (2003) chama a atenção para o fato de que o interacionismo é vigente desde os momentos iniciais da vida do ser humano, baseando-se para tanto no trabalho de Vigotsky. Na obra já clássica *Pensamento e Linguagem*, Vigotsky demonstra que o bebê se apropria das unidades de significação da língua do seu meio e, assim, provoca a discretização e o desdobramento do funcionamento psíquico. Esta apropriação, e sua conseqüente estruturação, só se fazem possível através das intervenções do meio em que a criança vive.

concebido por Bronckart, faz-se necessário entender outro conceito fundamental denominado agir comunicativo, cunhado por Habermas (1987). Este conceito refere-se ao fato de, na espécie humana, a cooperação dos indivíduos na atividade ser regulada e mediada por verdadeiras interações verbais, ao contrário do que acontece no mundo animal. Por atividade entendem-se as organizações funcionais de comportamentos dos organismos vivos por meio das quais eles têm acesso ao meio ambiente e podem construir elementos de representação interna sobre esse mesmo ambiente (cf. Leontiev, 1979).

Aqui cabe mais uma vez citar Bronckart (2003):

A linguagem propriamente dita teria emergido sob o efeito de uma negociação prática (ou inconsciente) das pretensões à validade designativa das produções sonoras dos membros de um grupo envolvido em uma mesma atividade (Bronckart, 2003: 33).

É através do agir comunicativo que o homem transforma seu meio, tornando o mundo em que vive uma meta, um limite por atingir. Assim, no mundo como representação, o contexto específico das atividades do homem é constituído. Conseqüentemente, todos os conhecimentos humanos apresentam um caráter de construto coletivo. No que tange aos processos de cooperação interindividual, enquanto subconjunto das mencionadas construções coletivas, Bronckart afirma serem eles regidos pela esfera do mundo social, sendo este condicionador das formas de estruturação do mundo objetivo e do mundo subjetivo, visto que regula as modalidades de acesso dos indivíduos aos objetos do meio. Convém salientar que este mundo objetivo, do qual fala o lingüista belga, remete a aspectos do meio físico que, em primeira instância, remetem aos signos. Numa dimensão mais profunda, os signos passam a incidir também no quadro da atividade sobre a maneira de organizar a tarefa, a qual, por sua vez, se constitui em torno de modalidades convencionais de cooperação entre membros do grupo. Tais modalidades convencionais de cooperação se perpetuam em forma de conhecimentos acumulados, os quais constituem o mundo social. O mundo subjetivo de que fala Bronckart são os conhecimentos acumulados coletivamente.

É bom destacar que Bronckart também chama a atenção para o fato de que uma língua natural é utilizada por todos os membros de um grupo social, chamado de comunidade verbal. No entanto, não podemos ignorar que as comunidades verbais são constituídas por organizações diversas, complexas e hierarquizadas, nas quais existem relações de força e conflito que se manifestam entre grupos sociais com interesses divergentes, os quais o autor chama formações sociais. Sendo o aspecto social condicionador da linguagem, chegamos aos desdobramentos derivados da formação social, nomeados por Foucault (2004) formações discursivas<sup>3</sup>, correspondentes ao que Bronckart chama formações sociodiscursivas. Estas possibilitam a geração de modalidades particulares de organização sógnica, culminando nas formas variadas de discurso (gêneros de textos), ao mesmo tempo em que moldam os conhecimentos (objetos, conceitos, estratégias etc.) dos membros de uma mesma formação social de uma forma particular. Pelo que vimos, podemos concluir que a representação do mundo é condicionada, de um lado, pela semântica global da língua utilizada e, de outro, pelas semantizações particulares induzidas pelos gêneros de textos em uso (para nós, gêneros do discurso). É sobre eles que nos deteremos na seção abaixo.

## 1.2. Os gêneros do discurso

Na presente seção, percorremos os modelos teóricos de Bakhtin (2000) e Bronckart (2003) que procuram lançar bases para o estudo dos gêneros do discurso. Dessas duas concepções sobre gênero do discurso, retiramos a noção de dialogismo de Bakhtin (2000), e os aspectos que levam a uma compreensão do gênero do ponto de vista contextual, na perspectiva de Bronckart (2003).

---

<sup>3</sup> O conceito de *formação discursiva* é fundamental em muitas abordagens de análise do discurso. Cremos necessário, aqui, explicar o referido conceito, e o fazemos utilizando-nos das palavras de Gregolin (2004: 90): "Partindo do problema da *descontinuidade* no discurso e da *singularidade* do enunciado, Foucault propõe que as dimensões próprias do enunciado sejam utilizadas na demarcação das *formações discursivas*. O que ele descreve como *formação discursiva* constitui grupos de enunciados, isto é, um conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falamos, o sistema de seus referenciais; supõe, também, que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e prescreve. Como se pode perceber, a conceituação tem caráter teórico metodológico e institui o território da História como o campo das formações discursivas: nelas se encontram o discurso, o sujeito e o sentido."

Aristóteles, em sua *Arte Poética*, foi o primeiro autor a considerar a existência de um texto como algo possuidor de um perfil recorrente, passivo de uma caracterização, como, por exemplo, a tragédia. Embora o estudo dos gêneros em Aristóteles, tenha se constituído no campo da Poética e da Retórica, foi na literatura que a classificação aristotélica atingiu o máximo de sua expressão. Sua teoria, desenvolvida no citado trabalho, ancora-se na noção, concebida por ele, de mimesis (imitação), pois a arte imita os “caracteres, as emoções e as ações” (Aristóteles, 2004: 23). A tragédia, por exemplo, é a imitação de uma ação completa com princípio, meio e fim, diferindo, no entanto, da epopéia que não emprega a forma narrativa, nem se limita à duração, como é o caso da tragédia. Tem-se aqui, claramente esboçada, a noção de gênero aplicada à literatura. Contudo, a noção de que um texto deve se enquadrar em determinado gênero passou a ser aplicada a outros textos, além dos mencionados por Aristóteles.

### **1.2.1. O conceito de Bakhtin sobre gênero discursivo**

Um autor fundamental no desenvolvimento de uma teoria dos gêneros (do discurso) chama-se Mikhail Bakhtin. Este autor relaciona as atividades humanas à capacidade que temos de nos comunicar, que, por sua vez, configura-se como um dos elementos mais importantes para a organização da vida social humanamente organizada. Para Bakhtin (2000:279), “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua”. Este autor salienta que o caráter e os modos de utilização da língua são tão variados como as próprias esferas da atividade humana. Neste sentido, qualquer enunciado considerado isoladamente é individual, mas cada esfera de utilização da língua, elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso denominado gêneros do discurso. Como as esferas de utilização da língua são ilimitadas, o mesmo deve ser dito sobre os gêneros do discurso, pois estes surgem em função das diversas modalidades de atividades humanas.

O mencionado lingüista chama a atenção para o que denomina heterogeneidade dos gêneros do discurso, sejam orais ou escritos, abarcando a curta réplica do diálogo cotidiano, o relato familiar, a carta (com suas variadas

formas) etc. Uma observação importante feita por Bakhtin (2000: 280) é a de que “a diversidade funcional parece tornar os traços comuns a todos os gêneros do discurso abstratos e inoperantes”, tornando extremamente difícil definir o caráter genérico do enunciado.

Diante de tal dificuldade, o referido estudioso afirma ser de fundamental importância levar em consideração a diferença essencial existente entre os gêneros do discurso primários (simples) e os gêneros do discurso secundários (complexos). Para ele, os gêneros do discurso secundários aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita; ao passo que os gêneros primários, quando se tornam componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular, pois perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios. Para exemplificar e melhor esclarecer o que vem a ser gênero secundário, o autor cita como exemplo a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, inseridas no romance, mostrando como estas conservam sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance; só se integram à realidade existente através do romance considerado em sua totalidade, isto é, o romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. Neste sentido, a distinção entre gêneros primários e secundários assume uma importância capital, uma vez que, a fim de esclarecer a natureza do enunciado, deve-se incluir no escopo da análise, ambos os gêneros, mencionados acima.

Um componente fundamental nos trabalhos de Bakhtin é a noção de dialogismo que, por sua vez, é consequência da elaboração do conceito de enunciado. Bakhtin observa persistirem, na lingüística, funções como o “ouvinte” e o “receptor”, advertindo para o fato de tais funções darem uma imagem consideravelmente distorcida do processo complexo da comunicação verbal, pois não são suficientes para representar o todo real da comunicação. De fato, conforme o pensamento de Bakhtin (2000: 290), o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa, pois

ele, o interlocutor, concorda ou discorda, adapta, completa, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte, diz ele, está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso.

Bakhtin, referindo-se ao discurso, ao aprofundar a noção de ouvinte ativo, afirma o seguinte:

o próprio locutor como tal é, em certo grau, um *respondente*, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte (1979, 2000:291).

Mas, para fundamentar o caráter dialógico do discurso, faz-se necessário definir a unidade real da comunicação verbal que, segundo Bakhtin (2000), é o enunciado. A noção de enunciado também possui suas implicações, tornando necessário estabelecer suas fronteiras. Assim, Bakhtin (ibid) estabelece como fronteiras do enunciado, enquanto unidade da comunicação verbal, a alternância dos sujeitos falantes. Somos, através das implicações dedutíveis da noção de enunciado, induzidos a admitir a inexistência da comunicação verbal quando não há a caracterização de um diálogo, pois cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico, expressando a posição do interlocutor.

Partindo do exposto acima, pode-se chegar à constatação da não existência, de fato, do monólogo, tal como o concebemos, pois todo enunciado, como já esclarecido, expressa uma atitude responsiva de alguém em relação a algo que já foi dito. Mas a reflexão sobre a natureza dos gêneros do discurso não se esgota em Bakhtin, embora este autor seja de importância fundamental para os teóricos que o sucederam.

### **1.2.2. O conceito de Bronckart sobre gênero discursivo**

Bronckart (2003), separando conceitualmente texto e discurso, concebe os gêneros como sendo propriedades do texto, no que não o seguiremos aqui, preferindo a já consagrada expressão gêneros do discurso,

visto que, não havendo um consenso entre os teóricos quanto a essa terminologia, preferimos usar aquela que melhor se alinha com os propósitos do presente trabalho. Dito isto, podemos começar a falar dos gêneros como um produto dos objetivos e interesses de questões específicas das formações sociais, por força das quais se codificam espécies discursivas que apresentam características relativamente estáveis:

que ficam disponíveis no intertexto como modelos indexados para os contemporâneos e para gerações posteriores. É em virtude destas codificações que textos antigos podem ser incluídos dentro deste ou daquele gênero, tal como concebido na época de sua produção. (Bronckart: 2003: 137)

Bronckart defende que:

a produção de um novo texto empírico deve ser concebida como o resultado de uma *colocação em interface* das representações construídas pelo agente sobre sua situação de ação (...) e das suas representações sobre os gêneros dos textos indexados disponíveis no intertexto (2003: 137-138).

Em termos mais simples, todo texto produzido nasce tomando por base um gênero. Todavia, com base em outros autores como Maingueneau (1997) e Canvat (1996), Bronckart postula que, não obstante a diferenciabilidade dos gêneros, estes não podem jamais ser objeto de uma classificação racional, estável e definitiva. Por conta disto é que o autor deixa bem claro que a classificação dos gêneros é apenas relativamente estável. Sobre este ponto se explica:

primeiro, porque, do mesmo modo que as atividades de linguagem de que procedem, eles são em número de tendência ilimitado; segundo, porque os parâmetros que podem servir como critério de classificação (finalidade humana geral, questão social específica, conteúdo temático, processos cognitivos mobilizados, suporte mediático<sup>4</sup> etc.) são, ao mesmo tempo, pouco delimitáveis e em constante interação; enfim, e sobretudo, porque tal classificação não pode se basear num único critério facilmente objetivável, a saber nas unidades lingüísticas que nele são empiricamente observáveis (Bronckart, 2003: 138).

O autor sustenta que os gêneros discursivos se fundam em modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (exposição

---

<sup>4</sup> Marcuschi (2003:8) observa que o suporte comporta três aspectos: (a) o suporte físico ou virtual; (b) o suporte tem formato específico; (c) o suporte serve para fixar e mostrar o texto.

teórica, relato, diálogo etc.). Acentua que é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização de marcação lingüística.

Na fluidez de caracterização dos gêneros, assiste razão a Bronckart. Tomemos como exemplo um gênero literário, a fábula. Como diferenciá-la convincente e cabalmente do apólogo e da parábola? Essas três espécies narrativas têm pontos em comum, nomeadamente o apelo à metáfora e um cunho didático-moral, diferindo uma da outra apenas pela natureza das personagens. Por isto, Moisés (1999: s.v fábula, apólogo, parábola) considera as três espécies como um único gênero, apesar de inicialmente diferenciá-los. Tavares (1986) tenta diferenciá-los, mas destaca essa dificuldade na distinção.

Em virtude das dificuldades de delimitação de um gênero, Bronckart sustenta que são os segmentos constitutivos que devem ser considerados como tipos lingüísticos “formas específicas de semiotização ou de colocação em discurso” (2003: 138). Tais formas dependem do leque de recursos morfossintáticos de uma língua e, por isto, são em número limitado. Bronckart prefere chamar esses segmentos de tipos de discurso, e os mundos virtuais em que se fundam de mundos discursivos.

Bronckart se refere especialmente a dois autores, Foucault (2004) e Bakhtin (1977, 1986). Mostra visível simpatia pelas propostas foucaultianas, especialmente pela noção de formação discursiva, que se insere no domínio de um vasto estudo incidente sobre as condições históricas do aparecimento dos enunciados efetivos. Considera as proposições de Foucault mais abrangentes, porque concernem ao estatuto e à metodologia das ciências humanas, mais do que simplesmente a questões de natureza discursiva. Interpreta que, de um ponto de vista técnico, os enunciados efetivos correspondem a unidades da ordem da frase e também a produções verbais da ordem do texto. Quanto à formação discursiva, Bronckart crê que a expressão se refere, de um lado, a formas específicas de organização semiótica em funcionamento nas formações sociais, e, de outro aos produtos observáveis em diferentes níveis da arquitetura textual, a saber léxico, planificação, escolha dos tipos discursivos,

mecanismos enunciativos etc. O autor, todavia, prefere denominar formações sócio-discursivas o que Foucault chama formação discursiva.

Necessário se faz, agora, abordar os elementos concebidos por Bronckart (2003) no que diz respeito à produção de um texto. O primeiro elemento que Bronckart (2003:93) menciona é o contexto de produção, “definido como o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como o texto é organizado”. Assim, qualquer texto é a resultante de um comportamento verbal objetivo cujo agente se situa nas coordenadas do espaço e do tempo, o que envolve contexto físico, desdobrado nos seguintes parâmetros: o lugar de produção (o lugar físico); o momento de produção (refere-se ao lapso de tempo em que o texto é produzido); o emissor; o receptor.

Em um segundo plano, Bronckart observa que todo texto é inscrito em um quadro de atividades de uma formação social, sendo que é na interação comunicativa que está implicado o mundo social (normas, valores, regras etc.), bem como o mundo subjetivo (imagem que o agente dá de si ao agir). Esse contexto, que envolve os aspectos da vida subjetiva e social, pode ser decomposto nos seguintes elementos: o lugar social (em que modo de interação o texto é produzido: escola, família, mídia etc.); a posição social do emissor (que lhe dá seu estatuto de enunciador); a posição social do receptor e o objetivo (ou os objetivos) da interação: qual é, do ponto de vista do enunciador, o efeito (ou os efeitos) que o texto pode produzir no destinatário?

O autor assinala que os parâmetros acima, embora possam ser definidos a priori, só influenciam o texto através das representações pessoais do agente produtor. Neste sentido, ainda na esteira de Bronckart (2003:99), “qualquer ação de linguagem reúne os parâmetros do contexto de produção e do conteúdo temático, tais como um determinado agente os mobiliza, quando empreende uma intervenção verbal”. Conseqüentemente, a descrição de uma ação de linguagem consiste na identificação dos valores precisos que são atribuídos pelo agente-produtor, para cada um dos parâmetros do contexto, aos elementos do conteúdo temático mobilizado.

Além disso, como bem observa Bronckart, não há agente que possua um conhecimento exaustivo sobre os gêneros, sua indexação e suas características lingüísticas. É por essa razão que a escolha que se faz de um gênero em uma ação de linguagem deve estar intimamente atrelada ao objetivo visado, ao mesmo tempo que deverá ser apropriado aos valores do lugar social implicado e aos papéis que este gera. Observa-se que nem sempre os critérios de decisão podem encontrar-se em harmonia entre si. Além de tudo, como evidencia o autor, os valores do contexto sócio-subjetivo são, pelo menos em parte, sempre novos; o agente que adota um modelo de gênero, necessariamente o adapta a seus valores particulares.

Para fecharmos a discussão sobre gêneros do discurso, na perspectiva de Bronckart, resta aludir aos mecanismos de textualização, dispositivo teórico que o autor expõe e utiliza na análise dos gêneros do discurso: conexão, coesão nominal e coesão verbal. Quanto aos primeiros:

contribuem para marcar as articulações da progressão temática. São realizados por *organizadores textuais*, que podem ser aplicados ao plano geral do texto, às transições entre os tipos de discurso e entre as fases de uma seqüência. (Bronckart, 2003:122)

Já os mecanismos de coesão nominal possuem a função de introduzir os temas e/ou personagens novos, assim como de assegurar sua retomada ou sua substituição no desenvolvimento do texto.

E, numa relação de complementaridade, os mecanismos de coesão verbal viabilizam a organização temporal e/ou hierárquica dos processos (estados, acontecimentos ou ações) verbalizados no texto. Tais processos são essencialmente realizados pelos tempos verbais.

Bronckart e Bakhtin apresentam pontos em comum, visto que postulam que os gêneros discursivos têm sua gênese na interação social, ao mesmo tempo que se configuram a partir de interações sociais que se estabelecem no cotidiano das pessoas. Se vistos por esse prisma, ambos os autores se aproximam a ponto de tornar possível o uso de suas noções sobre gênero em nossa análise.

### 1.3. Heterogeneidade e dialogismo

Um aspecto não necessariamente intrínseco aos gêneros do discurso, mas aos textos em geral, é a noção de intertextualidade. Os textos mantêm relações com outros textos que lhes são externos, exteriores a ele, todavia, por algum viés, trazidos para dentro dele.

Para começarmos a discorrer sobre a noção de intertextualidade, não podemos deixar de mencionar o pensamento de Bakhtin (2000). Na linha de pensamento deste autor, uma noção fundamental é a de dialogismo. Sobre essa noção, assevera Bakhtin (2000:294):

o diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a *posição do locutor*, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma *posição responsiva*.

Ora, para o autor, não existe enunciado que tenha partido do nada, tendo necessariamente que se configurar como uma resposta a outro enunciado, pois o que caracteriza o diálogo é a alternância de sujeitos falantes. Neste sentido, um dado texto nasce sempre de outro texto, direta ou indiretamente. Em outras palavras, qualquer texto traz sempre elementos de outro, ou de outros textos. Cabe aqui, mais uma vez, citar Bakhtin (2000:317) que acrescenta o seguinte à noção de enunciado:

a expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma *resposta*, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com relação ao objeto enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro.

Assim, os textos que constantemente se instauram são a materialização das necessidades comunicativas entre sujeitos. O sentido mais usual com que apreendemos este entrelace de textos é concernente às citações, “a presença de elementos reais de outros textos em um dado texto” (Fairclough, 2003:39). Todavia as relações intertextuais nem sempre são tão explícitas quanto nas citações. Existem outros modos menos claros e menos diretos de incorporar elementos de outros textos<sup>5</sup>. Fairclough ilustra com o

---

<sup>5</sup> A propósito, Araújo (2002), investigando a interação em artigos científicos e de divulgação científica, distribui os índices de interação em cinco tipos: (a) indício de orientação diretiva para um interlocutor

discurso reportado, em que é possível não apenas citar o que fora dito, mas também resumir, fazer paráfrases, de modo que o texto original de algum modo se retextualiza. Aqui entra a diferença entre o discurso direto e o indireto, sobre o qual não expenderemos esclarecimentos, uma vez que essa noção já é bastante conhecida, não só pelos que são lingüistas, mas também que se encontram fora do circuito da pesquisa nesse âmbito. Assevera o autor:

o discurso relatado, escrito ou pensado, atribui aquilo que é citado ou sumarizado às pessoas que o proferiram, escreveram ou o pensaram. Mas elementos de outros textos podem ser incorporados sem atribuição. Assim, a intertextualidade cobre uma ampla gama de possibilidades (Fairclough, 2003: 40).<sup>6</sup>

Em outras palavras, é muito difícil tipificar a intertextualidade. O fenômeno cobre desde citações literais, passando por discursos indiretos até o extremo em que a apropriação discursiva só pode ser reconhecida mediante o conhecimento prévio do leitor. Aqui nos vêm exemplos de Machado de Assis, um autor dado à erudição, cujo traço é uma certa sobrecarga de intertextualidades. Estas intertextualidades são ilustrativas e ancoram o pensamento do autor, enquanto narrador. Explicitamente, Machado se refere, em muitos momentos, aos autores das passagens citadas, quer para aproveitá-las na íntegra, quer para aproveitá-las em parte. Noutros momentos, porém, fica difícil para o leitor desavisado reconhecer o texto fonte com o qual o texto machadiano dialoga. Isto pode se dar até no título de um texto, como num poema chamado *Suave Mari Magno*, que se refere à morte de um cão, que trazia mórbido prazer a uma multidão que se apinhava sem se importar com o sofrimento do animal. Mas por que o título? O conhecimento disto requer inteirar-se de um outro texto de Ovídio que pode ser resumido assim: é muito cômodo em terra firme ver os esforços despendidos por alguém em um mar

---

determinado: uso de *você* e *nós*; (b) indício de oferta de orientação e seletividade: uso de dêiticos textuais e notas de rodapé; (c) indício de suposição de partilhamento ou de convite ao partilhamento: uso de modalizadores, nomeações, paráfrases e comparações; (d) indício da fala de um interlocutor com o qual se dialoga: uso de determinados verbos *dicendi* como “equivoca-se”, “sublinha”, “argumenta”; e (e) indício de premonição face a leitores definidos: uso de formas como *mesmo que*, *ainda que*, *por outro lado*. A autora conclui que os dois gêneros analisados, embora pertençam ao domínio da discussão científica, distinguem-se um do outro pela forma de interação, que se associa: (a) à imagem do leitor endereçado de cada gênero (especialistas de um lado; público em geral de outro); (b) à postura do escrevente (cientistas/pesquisadores de um lado; jornalistas de outro) e (c) ao próprio objetivo de cada gênero (descrever/explicar de um lado; e explicar/persuadir do outro).

<sup>6</sup> Reported speech writing or thought attributes what is quoted or summarized to the person who said or wrote or thought it. But elements of other texts may also be incorporated without attribution. So intertextuality covers a range of possibilities (2001: 40)

revolto. O título é não só uma apropriação, mas uma retomada para fins metafóricos, porque, no caso, o mar revoltado é a agonia do cão.

Fairclough vincula inferências à intertextualidade. Por inferência, o lingüista se refere a tipos de implicitude que são geralmente diferenciadas na literatura da pragmática lingüística: pressuposições, implicações lógicas e implicaturas (cf. Ducrot, 1977, Grice, 1975, Levinson, 1983). No entanto, o autor não assimila os dois conceitos – o de inferência e o de intertextualidade – apenas os relaciona, enfatizemos. À guisa de demonstração citemos a seguinte passagem:

a diferença entre inferências e intertextualidade é que as primeiras não são geralmente atribuídas ou atribuíveis a textos específicos. Trata-se antes de uma relação entre este texto e o que foi dito, escrito ou pensado onde quer que seja, sendo este “onde quer que seja” deixado vago. Se por exemplo eu comecei este livro com “as relações intertextuais de um texto são a parte significativa dele” eu estaria assumindo que textos têm relações intertextuais, comprometendo-me com isto com algo que foi ou escrito em qualquer lugar e com a crença que os leitores ouviram ou leram onde quer que seja. Não estou aludindo a nenhum texto específico ou conjunto de textos, mas estou todavia aludindo ao mundo dos textos (Fairclough, 2003: 40).<sup>7</sup>

Deduz-se assim que o importante contraste entre intertextualidade e inferência é que aquela se amplia a tal ponto que traz vozes para dentro de um texto, enquanto a última reduz amplamente a diferença assumindo um terreno comum. Em outros termos, a intertextualidade (mostrada) acentua o caráter dialógico de um texto, o diálogo entre a voz do autor do texto e outras vozes. Enquanto a inferência a diminui. Entenda-se pelo termo voz, na esteira de Fairclough, como um termo parcialmente semelhante ao termo usado pelo autor: estilo, este significando modos de ser ou identidades quanto aos aspectos lingüísticos e mesmo semióticos. Todavia, Fairclough (2003) julga por bem deixar claro que é muito útil a visão bakhtiniana, mais exatamente o foco na co-presença de textos em textos de indivíduos particulares. Afinal as

---

<sup>7</sup> The difference between assumptions and intertextuality is that the former are not generally attributed or attributable to specific texts. It is a matter rather of a relation between this text and what has been said or written or thought elsewhere, with this “elsewhere” left vague, if for example I had begun this book with “the intertextual relation of a text or a significant part of it”, I would be assuming that texts have intertextual relations, committing myself to this as something which has been said or written elsewhere into the belief the readers have heard or read it elsewhere. I am not alluding to an specific text or set of texts, but I am nevertheless alluding to the world of texts (2001: 40)

peças diferem em todos os aspectos e a orientação para diferença se faz basilar para a interação social. Esta orientação para a diferença é central para a contabilização dos seguintes aspectos textuais: o caráter significativo do texto, a constituição dele como ordem moral e sua constituição como operação de relações de poder. O engendramento da interação como evento significativo acarreta “negociações” contínuas de diferenças de sentido. As normas interativas como ordem moral se orientam para serem interpretadas diferentemente pelos diversos agentes sociais. Neste complexo circuito, o poder adquire o sentido geral aludido por Fairclough (2003): capacidade transformativa da ação humana, capacidade para intervir numa série de eventos de modo a alterar o curso dos mesmos. Não se trata, como vemos, de uma visão restrita de poder limitada à esfera institucional, mas antes de um poder onipresente que permeia todo o tecido social. E, neste contexto, emerge a linguagem, que deixa de ser um mero sistema de signos, fechados em si mesmos, para ser ação e, *lato sensu*, trabalho e ferramenta (cf. Landi, 1985). Este enfoque abre caminhos para destruir conceitos de neutralidade, e de objetividade, através dos quais a linguagem se reifica, para construir universos mais amplos fundados na cooperação e na intersubjetividade.

A orientação para a diferença leva-nos às formas dialógicas nos textos. Neste particular, Fairclough segue de perto Bakhtin, para o qual uma palavra, um discurso, uma língua ou uma cultura trazem subjacente o dialogismo. Qualquer enunciado, como dito anteriormente, é um vínculo numa complexa cadeia organizada de outros enunciados.

No entanto, Bakhtin ressalta que:

o estudo fecundo do diálogo pressupõe, entretanto, uma investigação mais profunda das formas usadas na citação do discurso, uma vez que essas formas refletem tendências básicas e constantes da *recepção ativa do discurso de outrem*, e é essa recepção, afinal, que é fundamental também para o diálogo (1986:147).

Mas, como, afinal, o discurso de outrem é apreendido pelo locutor? O mencionado lingüista russo sustenta que é exatamente nas formas do discurso citado que podemos encontrar um documento objetivo que esclarece o

problema. Esse documento, observa Bakhtin, fornece indicações sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua, pois é na sociedade que se situa o mecanismo do processo da intertextualidade. A sociedade

escolhe e gramaticaliza apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por conseqüência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade lingüística dada (Bakhtin, 1986: 146).

A isso devemos acrescentar o fato de que na transmissão sob forma escrita da enunciação de outrem deve ser levada em consideração a pessoa a quem está sendo transmitida tal enunciação, pois a orientação para uma terceira pessoa reforça a influências das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. Nesse sentido, é curioso observar como numa situação real de diálogo, ao respondermos a um interlocutor, habitualmente não retomamos no nosso enunciado o enunciado, ou parte do enunciado, de nosso interlocutor.

Para Bakhtin, “as condições de transmissão e suas finalidades apenas contribuem para a realização daquilo que já está inscrito nas tendências da apreensão ativa, no quadro do discurso interior” (1986: 146). Tais tendências, aprofunda o autor, só podem desenvolver-se obedecendo os limites das formas existentes numa determinada língua para a transmissão do discurso.

O citado autor esclarece que as formas de transmissão do discurso de outrem, uma vez cristalizadas, exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, no desenvolvimento das tendências de apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas. Essa informação é importante no sentido de responder a indagação feita acerca da preferência sobre determinadas formas em dado gênero, enquanto outras tendem para o desuso.

Contudo, Bakhtin observa que “toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente

significativo tem sua expressão no discurso interior” (1986: 147), pois o enunciado alheio sofre, no interior do indivíduo que o apreende, uma reelaboração que acontece em termos do seu background cultural, de sua formação como ser social. Assim, é que o enunciado citado só pode ser corretamente entendido, quando estudado no interior do discurso que o cita. Em outras palavras, o discurso citado não pode ser divorciado do seu contexto narrativo, pois a interação dinâmica das duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo, é fundamental para quem deseja entender o fenômeno da intertextualidade. Essa interação dinâmica, por sua vez, é reflexo da dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunidade ideológica verbal (Bakhtin: 1986). Cabe lembrar, ainda fazendo referência ao eminente lingüista russo, que “a língua elabora meios sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem” (1986: 150).

O referido autor observa ainda que um discurso a ser transmitido obedece a uma hierarquia social de valores. Dessa forma, “quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas serão suas fronteiras (...)” (Bakhtin, 1986: 153).

No que diz respeito a essa discussão, Maingueneau (1997), apoiado em Authier-Revuz (apud Charaudeau & Maingueneau, 2004), mostra uma distinção que na prática se revela bastante útil. Trata-se da distinção entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

Maingueneau começa por dizer que a noção de heterogeneidade é, antes de tudo, fundamental para o entendimento da relação do interior do discurso com seu exterior. Para o entendimento do que é heterogeneidade, importante se faz entender a noção de polifonia em Ducrot (1987). Este autor estabelece uma associação entre polifonia e o nível do enunciado. Em sua perspectiva, só há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores, o que significa que outros pontos de vista além daqueles do emissor e do receptor podem ser veiculados através do enunciado, havendo, portando, uma cisão do falante no nível do próprio enunciado.

Maingueneau (1997:76) esclarece que locutor é “um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável. Trata-se de uma ficção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado”. No que se refere ao enunciador, Maingueneau (1997:77) explica:

o enunciador representa, de certa forma, frente ao ‘locutor’ o que o personagem representa para o autor em uma ficção. Os ‘enunciadores’ são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o ‘locutor’ pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diferentes da sua.

O fenômeno da heterogeneidade se desdobra em algumas formas de ocorrências, que são as seguintes: pressuposição; negação; discurso relatado; palavras entre aspas; metadiscurso do locutor; parafraseagem; discurso indireto livre, ironia; autoridade, provérbio e slogan; pastiche.

Alguns envolvem considerável complexidade, como é o caso da noção de pressuposição, que tem importância considerável para a análise do discurso. Segundo Ducrot (1987), a pressuposição se constitui através de um processo que apresenta dois ‘enunciadores’, E1 e E2; o primeiro é responsável pelo pressuposto, e o segundo, pelo posto.

No que se refere à negação, recorreremos mais uma vez a Ducrot (1987), para quem a enunciação dos enunciados negativos, em sua maior parte, pode ser analisável como encenação do choque entre duas atitudes antagônicas, imputadas a dois ‘enunciadores’ diferentes.

Maingueneau (1997: 83) menciona J. Moeschler, que propôs três tipos de refutação (negação): a retificação, a refutação proposicional e a refutação pressuposicional. A primeira delas corresponde às negações cujas incidências são indicadas por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa, como por exemplo, em No Brasil não temos apenas problemas com violência, mas também lugares interessantes para o turismo; a segunda, a refutação proposicional, é o caso mais comum, em que a incidência da negação não é definida, visa apenas recusar a primeira asserção, geralmente para justificá-la, é o caso de O turismo no Brasil não é desenvolvido, porque falta investimento na área; a terceira, a refutação pressuposicional, visa a

refutar a pressuposição associada ao enunciado rejeitado e vem necessariamente acompanhada de uma justificação, como em “O futebol brasileiro não está menos violento, jamais o foi.”

Outra forma de ocorrência do desdobramento referido acima é o discurso relatado. Este se divide em discurso direto e discurso indireto, que, segundo Maingueneau, são as manifestações mais clássicas da heterogeneidade enunciativa. Devido ao fato essas duas modalidades de discurso já serem exaustivamente discutidas no âmbito dos estudos lingüísticos, não as discutiremos aqui. Quanto ao caráter discursivo do discurso relatado, recorreremos mais uma vez ao pensamento de Maingueneau (1997: 86):

o sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado, etc. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação.

O citado autor, no entanto, aponta para o caráter ambíguo que carrega a noção de citação acima exposta, pois remete tanto às regras, às operações, quanto aos enunciados citados. Assim, para resolver tal problema, Maingueneau estabelece uma distinção entre intertexto e intertextualidade. Por intertexto se entenda o conjunto dos fragmentos que uma formação discursiva efetivamente cita. Por intertextualidade deve-se entender o tipo de citação que dada formação discursiva define como legítima através de sua própria prática, pois:

além dos enunciados citados há, pois, suas condições de possibilidade. Em um nível trivial, isto é evidente: segundo as épocas, os tipos de discurso, as citações não são feitas da mesma maneira; os textos citáveis as ocasiões em que é preciso citar, o grau de exatidão exigido, etc. variam consideravelmente (Maingueneau, 1997: 90).

Outra forma de manifestação da heterogeneidade são as palavras entre aspas. O uso dessa forma de heterogeneidade discursiva não impõe, ao contrário dos enunciados relatados em discurso direto, uma ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso que é citado. Conforme Maingueneau (1997: 90):

*as aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário.* O sujeito que utiliza as aspas é obrigado, mesmo que disto não esteja consciente, a realizar uma

certa representação de seu leitor e, simetricamente, oferecer a este último uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através das aspas. Colocará aspas, por exemplo, para proteger-se de uma crítica do leitor, que, supostamente, esperará um distanciamento frente a determinada palavra, mas pode, igualmente, não colocar as aspas para frustrar esta expectativa, provocando um choque semântico, etc..

Outra forma de manifestação de heterogeneidade mostrada é o metadiscorso do locutor. Para Maingueneau (1997: 93), “o dito é constantemente atravessável por um metadiscorso mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência”. O autor, entretanto, observa que nenhuma classificação deste assunto é satisfatória, uma vez que uma classificação detalhada não chegaria a um termo. Para ele, o metadiscorso revela ser um jogo com o discurso realizado no interior deste, que pode ter várias motivações, por exemplo, marcar uma inadequação dos termos, com o uso de expressões como “de alguma forma”, “metaforicamente”; autocorrigir-se, com o uso de “ou melhor”, “ou seja” ou mesmo para corrigir antecipadamente um possível erro de interpretação: “no sentido tal”, “em todos os sentidos”.

Outro fenômeno de complexidade considerável da heterogeneidade discursiva é a parafrase. Para elucidar o significado desta forma de manifestação da heterogeneidade discursiva, utilizamo-nos mais uma vez de Maingueneau, para quem a parafrase é uma tentativa de controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pelo língua e pelo interdiscurso. “Fingindo dizer diferentemente a “mesma coisa” para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva”. (Maingueneau, 1997: 96). A paráfrase é uma forma de colocar em evidência a autoridade do enunciador que “possui” o domínio dos signos.

Os fenômenos elucidados acima possuem marcas claras, lingüísticas e tipográficas. Algo acentuadamente diferente ocorre com o discurso indireto livre. Seguindo a orientação teórica de Maingueneau, este também possui um caráter polifônico, porém, como variante da heterogeneidade, só pode ser considerado contextualmente, e deve ser reconstruído a partir de índices

variados. O fascínio que o citado elemento exerce sobre os lingüistas se deve à propriedade que tem de relatar alocações fazendo ouvir duas vozes diferentes inseparavelmente unidas. Em outras palavras, apoiando-nos mais uma vez em Ducrot (1987), no discurso indireto livre ouve-se a voz do enunciador que relata as suas alocações e a do indivíduo cujas alocações são relatadas. Logicamente, o enunciado não pode ser atribuído nem a um, nem ao outro; impossível também separar no enunciado as partes que dependem univocamente de um ou de outro.

Exercendo um contraste com o discurso indireto livre, que institui um jogo fronteiro entre o discurso citado e o discurso que cita, a ironia, de acordo com Maingueneau (1997), configura-se como uma subversão entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor. O “locutor” coloca em cena um “enunciador” que adota uma posição absurda e cuja alocação não pode assumir, marcando esse distanciamento com diferentes índices: lingüísticos, gestuais, situacionais. É da essência da ironia suscitar a ambigüidade, fazendo que, com freqüência, a interpretação não consiga resolvê-la. Sendo sempre dirigida a um destinatário, não pode ser considerada uma atividade lúdica desinteressada.

Ao contrário dos fenômenos enunciativos que são marcados pela ausência de responsabilidade do locutor, a citação de autoridade implica uma adesão, um apagamento diante de um “Locutor” superlativo, garantidor da validade da enunciação. Como diz Maingueneau (1997: 100), “geralmente, tratam-se de enunciados já conhecidos por uma coletividade, que gozam o privilégio da intangibilidade: por essência, não podem ser resumidos nem reformulados (...)” Algo ligeiramente diferente acontece com o slogan, que, do ponto de vista pragmático, está ligado essencialmente à ação, enquanto que o provérbio representa, segundo o citado autor, um enunciado limite. O locutor que o valida tende a coincidir com o conjunto de falantes da língua, incluindo o indivíduo que profere.

Outro fenômeno de heterogeneidade abordado por Maingueneau (1997) é a chamada imitação. O falante procura se apagar por trás de um gênero determinado de discurso, deixando clara sua atitude, e, com isso,

beneficia-se da autoridade ligada a tal tipo de enunciação ou a arruína. Conseqüentemente, conforme o autor, a imitação se subdivide em captação e subversão. No primeiro caso, a imitação incide sobre a estrutura explorada, enquanto que no segundo, a desqualificação desta estrutura ocorre no próprio movimento de sua imitação.

O último componente da heterogeneidade discursiva listado pelo autor retrocitado é o pastiche. Trata-se de uma prática de imitação que se distingue da subversão paródica por possuir um objetivo lúdico, não engajado, podendo incidir sobre um gênero de discurso ou sobre o estilo de um locutor particular. Há, assim, o fenômeno da introjeção por parte do pastichador das regras de produção dos enunciado imitados, pressupondo, portanto, certa competência discursiva.

Listamos aqui, as formas de intertexto que encontramos em Maingueneau (1997). Em nosso trabalho, no entanto, não nos utilizaremos dessas formas de intertexto em sua totalidade, uma vez que o aspecto que analisaremos em cartas ao editor, no que se refere ao fenômeno da intertextualidade, impõe o reconhecimento de formas de manifestação notavelmente específicas para o gênero de discurso a ser focalizado. Além dessa especificidade, esclarecemos que analisaremos as formas de intertexto usadas como formas de remissão ao texto-base (ao texto que motivou a escritura da carta). As formas de intertexto utilizadas como formas de remissão ao texto-base, segundo nossa identificação no *corpus* utilizados, são as seguintes: pressuposição, negação, ironia, excerto, paráfrase, alusão ao tema, referência ao título. Salientamos que essas duas últimas foram acrescentadas por nós às formas de intertexto mencionadas por Maingueneau (1997).

#### **1.4. Implicações da identificação do leitor-missivista**

Para Lozano *et al.* (2002: 99), “abordar o discurso como objeto supõe postular um sujeito produtor e uma relação dialógica locutor-interlocutor (autor-leitor etc)”. Segundo ele, lingüisticamente, não se pode considerar a transformação de língua em discurso sem antes passar pela noção de sujeito, sendo este, portanto, um pressuposto da teoria lingüística. Contudo, observa o

autor, do ponto de vista da prática dos sujeitos falantes, a língua não se configura como um sistema unitário, tampouco o sujeito falante é uma entidade – indivíduo – dada a priori de sua prática discursiva. Segundo a concepção de Greimas & Courtés (1979), é através do discurso que o sujeito constrói o mundo como objeto e se constrói a si mesmo. Há, portanto, conforme Lozano *et al.* (2002: 100), uma duplicidade na noção de sujeito, pois este é considerado tanto produtor como produto do discurso no instante em que sua existência se apresenta, seja como realidade empírica – o autor do texto, o emissor do discurso situado histórica e biograficamente –, seja como uma construção teórica dentro do quadro da lingüística, conforme os pressupostos epistemológicos dos quais parta.

Lozano *et al.* defendem a necessidade de privilegiar o estudo das representações que os textos fornecem de seus sujeitos, bem como da relação do sujeito com o enunciado que produz, e do sujeito com seu interlocutor. Em se tratando de texto escrito, como é o caso de cartas ao editor, chamaremos o interlocutor de leitor. Falaremos brevemente sobre este nos próximos parágrafos.

Existem diversas possibilidades de avaliar a intervenção do leitor em um texto. Uma delas é de caráter pragmático, com viés cognitivista. O perfil do leitor é guiado por conceitos em voga como scripts, frames, planos e esquemas, tal como faz Cavalcanti (1989), que lança mão de pesquisas qualitativas e procedimentos analíticos para avaliar o ponto de vista do leitor. Não iremos, todavia, seguir a proposta da autora, porque, por coerência, julgamos melhor abraçar o ponto de vista de Maingueneau (2001), embora este autor tenha pontos de intersecção com a autora retrocitada, com os conceitos de conhecimento prévio e itens lexicais chave. Mas há também divergências que não convém discutir aqui.

Maingueneau toma como base as leis do discurso. Entre elas, o princípio de cooperação. Segundo tal princípio, “o destinatário” deve supor que o produtor do enunciado respeita certas “regras do jogo” (2001: 31). Aí entra em cena um saber a que todos têm acesso de tal modo que um interlocutor espera que o outro acate as regras, que não são obrigatórias e inconscientes.

Além do princípio de cooperação, há também os subentendidos. Através deles o leitor pode inferir uma proposição implícita, chamada implicatura. É célebre o exemplo de Grice (1975), em que, tendo sido solicitado um professor de filosofia para uma determinada cátedra, o redator da carta indicatória elogia a proficiência do indicado em língua inglesa, o que leva a crer que o tangenciamento da solicitação se deve ao fato de, por gentileza, o indicador ter se furtado a falar das qualidades nada louváveis do indicado. Isto se dá porque os interlocutores não dão a fala por gratuita, atribuindo, ante uma suposta anomalia, uma certa razão oculta que não se manifesta na superfície do texto, no chamado significado literal.

A partir dos dois princípios acima, Maingueneau se refere a duas leis: da pertinência e da sinceridade, que são as principais. A primeira estabelece que uma enunciação deve ser adequada maximamente ao contexto em que acontece; a segunda estabelece que o locutor, ao proferir um ato de fala deve estar em condições de garantir a verdade do que diz.

Existem outras leis à parte: da informatividade, da exaustividade e da modalidade. A primeira estabelece que os enunciados devem prover informações novas ao destinatário; a segunda especifica que o locutor deve fornecer informação máxima considerando-se a situação; a terceira, por fim, determina que se seja claro na pronúncia, na escolha das palavras, na complexidade das frases, de maneira a preservar a economia da linguagem. Obviamente, como bem assevera Maingueneau (2001: 37) “essas normas são evidentemente relativas aos gêneros de discurso, pois não pode existir uma norma universal de clareza”. Aliás, essas leis que se aplicam a toda atividade verbal devem se adequar aos gêneros do discurso em sua especificidade. Assim, pode-se insultar o público numa peça de teatro, mas não em uma conferência. O domínio destas leis, bem como dos gêneros discursivos (a competência genérica) são instâncias da competência comunicativa. Naturalmente não se pode dispensar a competência lingüística, nem tampouco o conhecimento sobre o mundo, que constitui uma competência enciclopédica.

A competência enciclopédica constitui um conjunto potencialmente ilimitado de conhecimentos, variável conforme a sociedade em que se vive e a

experiência de cada um. Cresce ao longo da vida, como um estoque. Nesta competência enciclopédica, não há apenas os saberes, mas também o saber fazer, “a aptidão para encadear ações de forma adequada alcançar um certo objetivo” (2001: 42). No que concerne à competência genérica, damos a palavra a Maingueneau, que a resume no parágrafo abaixo:

a competência genérica varia de acordo com os tipos de indivíduos envolvidos. A maior parte dos membros de uma sociedade é capaz de *produzir* enunciados no âmbito de um certo número de gêneros de discurso: trocar algumas palavras com um desconhecido na rua, numa bilheteria etc. Mas nem todo mundo sabe redigir uma dissertação filosófica, uma defesa a ser apresentada junto a uma jurisdição administrativa ou uma moção num congresso sindical. Pode-se ver aí uma manifestação particularmente clara da desigualdade social: numerosos locutores são desprezados porque não sabem se comunicar com facilidade em certos gêneros de discurso socialmente valorizados (Maingueneau, 2001: 44).

Devido ao fato de a fala ser basicamente cooperativa, o autor de um texto se vê compelido a fazer previsão do tipo de competência de que dispõe seu destinatário para decifrá-lo. “Quando se trata de um texto impresso para um grande número de leitores, o destinatário, antes de ser um público empírico (...) é apenas uma espécie de imagem à qual o sujeito que escreve deve atribuir algumas aptidões” (2001: 47). O autor deve prever em que medida se justapõem competência lingüística e competência genérica.

Quanto ao termo leitor, faremos algumas distinções a fim de evitarmos ambigüidades e confusões. No caso específico do *corpus*, cartas ao editor da revista *Newsweek*, que nos propomos a estudar, deve-se considerar a existência de um leitor/autor das cartas, que chamaremos de leitor-missivista. Mas também consideraremos a existência do leitor das cartas. Este deve, inicial e objetivamente, ser identificado como o editor da revista. Contudo, conforme mencionado em seção anterior, as cartas a que nos referimos são tornadas públicas aos assinantes, ou a eventuais leitores. Neste caso, devemos considerar a existência de um leitor inscrito em determinada faixa de competência genérica para quem a carta escrita também é destinada. Assim, excluindo-se o editor da revista e o leitor-missivista, referimo-nos ao leitor da revista, em geral. Conseqüentemente, há uma relação que se estabelece da seguinte forma: o redator de uma carta escreve: a) para alguém objetivamente

identificável (o editor da publicação e o autor que assina o artigo ou reportagem); e b) para um destinatário sobre quem ele pode apenas afirmar ser possuidor da competência genérica necessária para ler a carta e do texto a que remete ou alude a carta. Assim, identificar objetivamente locutor e alocutário, no que se refere ao gênero cartas ao editor, significa dizer que aquele é o leitor-missivista, e este é, conseqüentemente, o editor da revista ou o articulista. Neste sentido, um componente do referido *corpus* que consideramos relevante isolar como objeto de nosso estudo é a identificação do leitor-missivista, dada por ele mesmo, no que diz respeito não somente ao seu grau de escolaridade, mas também a outras formas de identificação que o leitor-missivista considere relevantes, pois, dada a natureza dialógico-argumentativa das cartas ao editor, a referida identificação remete diretamente ao problema da autoridade de quem escreve.

Fairclough (2003) observa que as relações interpessoais e entre grupos sociais são estabelecidas freqüentemente em torno de uma tensão que aponta para a desigualdade entre aqueles que detêm e os que não detêm poder. Cabe assinalar que o poder a que se refere o citado autor não pode ser quantificado, variando conforme a natureza e as circunstâncias envolvidas nos contatos, sejam interpessoais ou entre grupos. Dessa forma, o contexto social determina como os textos são produzidos e interpretados. O discurso é, portanto, fruto da inter-relação entre texto, prática discursiva e prática social.

Considerando a natureza tripartida do discurso, mencionada acima, queremos estudar qual a relevância discursiva da identificação do leitor-missivista, dada por ele mesmo, uma vez que a própria revista *Newsweek* não pede para que os leitores-missivistas se identifiquem, a não ser quanto a seus nomes e endereços. A questão da identificação remete-nos ao que Orlandi (2003:38) aborda como relações de força<sup>8</sup>. “Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam diferente do que se falasse do lugar de aluno.” A autora retrocitada observa que a sociedade em que vivemos é constituída por relações hierarquizadas,

---

<sup>8</sup> O que Orlandi chama de **relações de força** é o que Fairclough chama de **relações de poder**.

relações de força que se sustentam no poder dos diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. Desse ponto de vista, a fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.

A autora evidencia que os mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chama de formações imaginárias. Não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos passivos de uma descrição sociológica, que funcionam no discurso, “mas suas imagens que resultam de projeções”, sendo “as projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso“(2003:40). Assim:

as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito do locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). (Orlandi, 2003:40)

O analista de discurso não deve desprezar a força que a imagem possui na constituição do dizer, pois o imaginário é necessariamente parte do funcionamento da linguagem e não nasce do nada. Orlandi (2003:42) observa que a “imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições”. A imagem nos faz esperar de um sujeito em dada posição certo discurso e não outro, o que nem sempre se cumpre, pelo que se faz necessária a análise. As posições daqueles que discursam determina o sentido das palavras, razão pela qual pode-se dizer que o sentido não existe em si mas sofre determinação pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico.

A incursão no universo discursivo da formação do sujeito leva à apreciação da natureza necessariamente ideológica da linguagem. Mas não está em nossos objetivos estudar tal questão. Assim, para a análise da

importância discursiva da identificação do autor das cartas, limitar-nos-emos ao suporte teórico apresentado nesta seção.

### **1.5. O gênero discursivo *carta ao editor***

Antes de focalizarmos o gênero *carta ao editor*, consideramos relevante falarmos um pouco sobre sua gênese, pois este se origina, como é natural que pensemos, do gênero carta. Sobre este ponto, encontramos uma importante referência no trabalho de Bazerman (2005). Este teórico chama a atenção para o fato de que as cartas desempenharam um papel relevante no surgimento dos distintos gêneros. Tal é o caso, por exemplo, do primeiro artigo científico que emerge da correspondência de Henry Oldenburg, que foi o primeiro editor das *Philosophic transactions of the Royal Society*. Outro exemplo é a patente, originalmente conhecida como carta de patente. Mais um exemplo interessante é o relatório dos acionistas que evoluiu das “cartas aos acionistas”. Estes são, entre outros, exemplos citados por Bazerman, que observou terem as cartas um papel especial na formação dos gêneros.

Uma forte evidência que corrobora a suposição do mencionado autor é a de que, no antigo Oriente Próximo e na Grécia, os primeiros comandos escritos, assim como outros assuntos de Estado, foram feitos na forma de cartas. Importante é observar que essas cartas forneciam a identificação de autor e audiência, sendo entregues por mensageiro pessoal da autoridade. Este representava, projetivamente, a própria autoridade, tendo que ler em voz alta o conteúdo da carta. Os citados elementos (a identificação do autor, a audiência, a figura do mensageiro, entre outros) ligavam-se ao componente social desse tipo de interação comunicativa.

Curioso é o fato, contrariando o que se poderia pensar, de que as cartas evoluíram de usos formais e oficiais para incluir expressões de preocupação pessoal. Ou seja, a manutenção e a ampliação dos laços sociais modificaram as relações estabelecidas através das cartas para além do formal e do oficial, em direção ao pessoal.

Bazerman mostra fortes evidências do papel do gênero carta na gênese de gêneros discursivos aparentemente desvinculados deste. Uma delas é a seguinte:

até meados do século XX nos Estados Unidos, os principais documentos de patentes mantiveram o formato de uma carta. A carta de especificação incluída no processo de inscrição chegou gradualmente a significar a própria patente, de novo mantendo o formato de uma carta destinada “a quem possa interessar”, assinada pelo requerente e por testemunhas, mas também endossada pelo Departamento de Patentes e com um número de patente. Bazerman (2005: 91)

Outro fato curioso, observado por Bazerman (2005), é o de que o dólar americano possui alguns elementos residuais da carta na assinatura e na descrição normativa: “This note is legal tender for all debts, public and private” (“Esta nota é moeda corrente para todas as dívidas, públicas ou privadas”), servindo como garantia aos usuários e obrigação ao receptor.

Para Bazerman (2005), as cartas, aparentemente simples por apontarem direta e claramente para relações sociais e escritores e leitores particulares, mostram motivação social que envolve e explica a existência dos mais diversos gêneros de que dispomos. O gênero *carta ao editor* guarda algumas características do gênero carta, como a presença de um destinatário, certo teor de informalidade, uma notável relação de responsividade em relação ao texto com que se comunica, entre outras, mas também diferenças notáveis, como, por exemplo, o fato de pertencer a uma cadeia genérica distinta da carta comum.

Pelo que sabemos, apesar de, em anos recentes, observar-se um enorme interesse aqui no Brasil pela análise do discurso e pelos estudos relacionados aos gêneros discursivos, o gênero do discurso cartas ao editor não tem sido objeto de muitos estudos no meio acadêmico. No entanto, os estudos que tem sido realizados representam contribuições necessárias à compreensão e ao desenvolvimento desse campo de pesquisa, ainda novo para nós.

Melo (1999) analisa o gênero discursivo cartas ao editor (denominando-o de cartas à redação) sob o foco da análise do discurso. Para tanto, a referida pesquisadora constitui o seu *corpus* a partir de três grupos temáticos: 1) a greve dos petroleiros, ocorrida em 1995, ocasião em que Fernando Henrique iniciava seu primeiro governo; 2) a tese do antropólogo Luiz Mott sobre a possível homossexualidade de Zumbi dos Palmares; 3) a agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida pelo bispo Sérgio von Helde, da Igreja Universal do Reino de Deus. Melo parte da hipótese de que o primeiro grupo temático pertence ao domínio da esfera pública, visto suscitar discussões de natureza política, enquanto os dois últimos grupos temáticos, por não promover esse tipo de discussão, pertencem ao domínio da esfera privada. Posteriormente desenvolve uma segunda hipótese, a de que cada um dos referidos domínios impõe, para o discurso, marcas textuais próprias; quer dizer, discursos que abordam temas de caráter público possuem características ausentes nos discursos cuja temática é da esfera privada, e vice versa.

Para compor seus *corpus*, Melo escolheu quatro jornais brasileiros cuja circulação é nacional: O Estado de São Paulo (OESP), Folha de São Paulo (FSP), O Globo (Globo) e Jornal do Brasil (JB) . O lapso de tempo que compreendeu a coleta de seu material de pesquisa foi de três meses, perfazendo um total de 293 cartas. Seu *corpus* foi primeiramente agrupado segundo o critério temático política, sexualidade e religiosidade, e sub-agrupado tendo como critérios: a) os atos de fala; b) formação discursiva; c) topi discursivo; d) cadeia argumentativa; e, finalmente, e) heterogeneidade discursiva.

A fim de levar a termo sua análise, a referida pesquisadora utiliza-se das noções bakhtinianas de dialogismo, alteridade, interdiscursividade e polifonia, bem como da abordagem discursiva francesa que leva em conta as noções de condições de produção, formação discursiva, formação ideológica, e ilusão discursiva do sujeito.

A autora apresenta duas conclusões. A primeira delas é que, confirmando sua hipótese inicial, os discursos que abordam temas de caráter público têm características textuais próprias, revelando diferenças dos

discursos que abordam temas de caráter privado, pois estes apresentam outros tipos de marcas textuais de efeito, no discurso. A autora observou, por exemplo, que os textos da esfera pública utilizavam, como estratégia argumentativa, a ocultação do sujeito para disfarçar o caráter pessoal/autoritário do texto, procurando dar um tom objetivo e impessoal através do uso de formas lingüísticas impessoais, como fala-se, dizem e com a quase ausência de pronomes e verbos de primeira pessoa. Além disso, nesse tipo de discurso, a heterogeneidade não apareceu de forma explícita na superfície textual. Da análise dos textos que tratavam de assuntos da esfera privada, Melo concluiu que a principal preocupação do locutor não pareceu ser a objetividade, mas a busca da “simpatia e boa vontade do interlocutor”. Neles, havia uma preocupação do sujeito em marcar a própria posição. Assim, índices como nomes e verbos em 1ª pessoa eram freqüentes para marcar a subjetividade do discurso. A heterogeneidade também apareceu de forma marcada, principalmente, através do uso das aspas, que indicou uma busca de delimitar bem as fronteiras que separavam os discursos do sujeito e os que lhe eram contrários.

A segunda conclusão deriva da constatação de que diferentes pessoas realizam o gênero cartas ao editor da mesma forma. Esta constatação prova que há uma estabilidade, ainda que pequena, que permite tal ocorrência, já que o referido gênero não é ensinado por organismos responsáveis pela educação formal. Há, portanto, conclui a pesquisadora, operações discursivas regulares, rotinas e estratégias sociais bastante próximas que fazem com que os missivistas sigam certas regularidades. Em outras palavras, para Melo há um modelo para o gênero cartas ao editor (embora a autora não explicita qual seja), e, mais especificamente, há estratégias discursivas usadas para tratar de assuntos da esfera pública que se diferenciam daquelas usadas para tratar de assuntos da esfera privada, nas cartas, conforme apresentamos acima.

Uma das pesquisas mais recentes é a de Lima (2001), que tem como objetivo central descrever o gênero cartas ao editor (Em seu trabalho usa a expressão cartas de leitor.). Para compor seu *corpus*, a estudiosa selecionou cartas, adotando como critério a diferenciação entre esfera pública e privada.

Assim, as cartas cujos temas se referiam à esfera pública eram categorizadas em um grupo, diferentemente daquelas cujos temas se relacionavam à esfera privada. Compreendendo o lapso temporal de três meses, Lima colheu o *corpus*, adotado em sua pesquisa, das revistas Veja e Istoé, segundo ela, dada a relevância que estes órgãos de comunicação possuem no Brasil.

Ao caracterizar o gênero, considerando sobretudo o conceito de dialogismo de Bakhtin (2000), Lima apóia-se em dois fatores: as condições de produção e o posicionamento do sujeito. Quanto às primeiras, observa que estas interferem no estabelecimento de limites para o gênero, que, no caso de cartas de leitor, se apresenta materialmente como fragmentos de textos produzidos pelas mais diversas pessoas, estabelecidas em uma comunidade retórica com critérios virtualmente definidos, os quais devem obedecidos e conhecidos pelo leitor. Quanto ao posicionamento do sujeito, Lima afirma que este pode ser visto através de estratégias como a seleção do léxico, marcas pessoais que acompanham verbos e pronomes, levando à confirmação de que o propósito das cartas é a manutenção do fio dialógico.

Ao final de seu trabalho, a autora admite que não foi possível apresentar um modelo para o gênero “cartas de leitor”, embora deixe claro ter observado, em seu *corpus*, regularidades que, segundo a mencionada estudiosa, apóiam-se nas estratégias de condução retórica. Entre estas regularidades, a autora observou, por exemplo, que o mencionado gênero aproxima-se da carta pessoal e que o estilo das matérias veiculadas pelas revistas figura como recorrência para que os leitores produzam o gênero, tanto do ponto de vista formal, quanto do ponto de vista discursivo-pragmático.

Outro estudo recente, a dissertação de mestrado de Moraes (2001), estuda “cartas de leitores”, mas de uma perspectiva histórico-sociológica. O objetivo central de sua dissertação era compreender como um periódico era recebido pelo público leitor, bem como a relação estabelecida entre imprensa e sociedade, representada pelos leitores-missivistas, cujas cartas foram publicadas na seção “Cartas dos Leitores” da revista Realidade no período entre 1966 e 1976.

Ao apresentar os resultados de sua investigação, a autora conclui que não raro os produtores da imprensa e os leitores possuem representações de mundo distintas. Assim, as reações por parte dos leitores-missivistas aos conteúdos veiculados na revista devem ser atribuídas às representações de mundo que cada indivíduo possui, e não necessariamente à representação de mundo que o órgão de comunicação, no caso a revista Realidade, tentava criar na mente de seus leitores. Outra constatação diz respeito ao espaço de discussões “cartas de leitor”, disponibilizado pela revista. Este se revela, constata a pesquisadora, como um lugar privilegiado de tensão entre “estratégias e táticas”, pois os leitores, com suas táticas, procuram escapar das estratégias que a revista cria a fim de impor “uma justa compreensão” aos textos que divulga. A seção “cartas de leitor” é, portanto, o palco de uma luta de representações entre partes que tentam impor suas visões do mundo e da sociedade em que vivem, o que leva a autora a questionar o papel “unilateral” da imprensa como formadora de opinião, pois, segundo Moraes, os órgãos de comunicação em massa tendem a desconsiderar a existência de uma “opinião pública”, uma vez que os leitores, conforme demonstrado ao longo da investigação, não são receptores passivos.

Outro trabalho que merece destaque é o artigo de Andrade (2005), disponível na internet. Em seu trabalho, a autora focaliza a questão da interação social a partir da análise de marcas lingüísticas encontradas nas cartas publicadas em jornais paulistas do século XIX, os quais possuíam uma seção de cartas enviadas pelos leitores da época, cujo propósito era, muitas vezes, pedir ajuda, ou contar um episódio particular que precisava de solução. Aqui, a figura do redator como destinatário não era exclusiva; muitas vezes as cartas eram destinadas a amigos e parentes, via jornal. Andrade constituiu seu *corpus* de 62 cartas, abarcando o período de 1828 a 1893, colhidas nos jornais Farol Paulistano, Diário de S. Paulo, A Província de S. Paulo, A Cidade de Santos, Correio Paulistano e A Phenix.

A pesquisadora divide sua análise em quatro pontos: 1) o conceito de interação; 2) caracterização do gênero carta; 3) os papéis sociais e formas de tratamento nas cartas de leitor; e 4) interatividade nas cartas de leitor.

Para elucidar o primeiro ponto, o conceito de interação, Andrade busca suporte em Bakhtin (1927, 1986, 2000), Brait (2002) e Melo (1999). Na caracterização do gênero carta (segundo ponto), a autora se apóia em Bakhtin (2000), Silva (1997) e Marcuschi (2001), para, então, delimitar o gênero carta de leitor. Aqui, Andrade apresenta uma proposta teórica que se divide em três níveis: 1) estruturas discursivas; 2) unidades comunicativas; e 3) função comunicativa/interativa. No terceiro ponto, a pesquisadora lança mão do conceito de papel social em Preti (2000), mostrando que a linguagem é um componente essencial no desempenho do papel social. Finalmente, Andrade desenvolve o ponto 4, interatividade nas cartas do leitor, lançando mão do conceito de interatividade em Marcuschi (2001).

Em suas considerações finais, Andrade observa que o enunciador/escrevente age visando um envolvimento multiorientado, uma vez que se envolve: a) com seu interlocutor (o leitor a quem a carta é dirigida e aos prováveis leitores dos jornais); b) com o tópico discursivo em desenvolvimento (o assunto tratado na carta); c) consigo mesmo; d) com práticas sociais específicas (na carta, o contato pessoal). A autora afirma que essas marcas caracterizam primordialmente o processamento lingüístico, seja oral ou escrito, ao mesmo tempo em que atuam como operadores de orientação cognitiva. O processamento textual, enquanto atividade/movimento de produção e recepção de texto, apresenta aspectos comuns na fala e na escrita. Em outras palavras, a interatividade não é uma estratégia típica da fala, podendo ocorrer na textualização escrita. Neste caso, a interatividade depende do grau de definição do interlocutor.

Outro trabalho que merece ser destacado em nosso estudo é o artigo de Santhiago (2004). Seu artigo é, na verdade, a síntese de uma pesquisa feita para o PIBIC-CEPE da PUC-SP, intitulada “Cartas à Redação”: O leitor entra em cena – um estudo da interação leitor/publicação através das seções de cartas do leitor: *Caros Amigos, CartaCapital, Veja*”.

Santhiago observa que na década de 1950 não era fácil para o leitor fazer com que sua opinião chegasse a um jornalista ou editor de alguma publicação brasileira. Contudo, as primeiras seções de cartas de leitores

apareceram ainda nessa época, trazidas pelos jornais Folha da Manhã e O Estado de S. Paulo. Hoje, observa o referido autor, a seção cartas de leitor encontra-se consolidada, ocupando, inclusive, espaços nobres de jornais, como a Folha de S. Paulo, por exemplo, chegando-se a creditar o status de gênero jornalístico às cartas.

No entanto, tomando como critério a atenção dispensada ao assunto, evidencia Santhiago, é-se levado a acreditar que as seções de cartas de leitores em revistas e jornais são apenas “ficção”. Mas é preciso observar que o leitor acredita em tais seções, já que escreve para elas, tornando claro o seu desejo de “romper as barreiras comunicacionais, interagindo com a esfera de produção da mensagem”, apesar de ser concebido como um agente passivo e em permanente inação.

Santhiago observa que os leitores-missivistas não são poucos. A revista *Veja*, por exemplo, num universo de 1.250 mil exemplares, recebe 1.700 cartas por semana. Contudo, chama o autor a atenção para o fato de que a seção cartas de leitor:

em vez de ser um espaço para participação e interação efetiva, reproduzindo a presumível pluralidade e divergência de opinião do leitorado, acaba sendo utilizado como um instrumento poderoso para legitimação da opinião e da linha editorial da própria publicação.  
(2004)

Uma prova disso está na figura do chamado “super-leitor”, que consegue fazer com que muitas de suas missivas sejam publicadas; “coincidentemente”, o conteúdo das cartas se alinha com a opinião do órgão que as publica.

Santhiago conclui seu artigo lançando dúvidas sobre a seção “cartas de leitor” como espaço onde o leitor possa se manifestar livremente; um leitor que, obviamente, não será construído de acordo com os interesses da publicação. Também lembra que a referida seção, pelo simples fato de se encontrar já tão consolidada, não pode ser desconsiderada, até porque o próprio leitor ainda não deixou de acreditar nela.

Apresentados, em linhas gerais, os trabalhos que trataram do tema de nossa pesquisa, resta-nos tecer algumas considerações sobre os mesmos. A principal contribuição do trabalho de Melo (1999), pelo que se pode ver, foi a constatação de que os universos público e privado têm suas diferenças refletidas também no texto. Essas diferenças se evidenciam na formas de marcas textuais específicas nas cartas cujos assuntos abordados se referem a cada uma dessas duas esferas. Faltou-lhe, contudo, uma sistematização maior dessas marcas lingüísticas, limitadas a uso de pronomes e verbos, de modo a configurar um “modelo” de cartas ao editor.

Essa lacuna foi retomada pelo trabalho de Lima (2001), que procurou configurar o gênero cartas ao editor, apoiando-se nas condições de produção e no posicionamento do sujeito. A autora também não logrou êxito na sua tentativa de apresentar um modelo para o gênero, como ela própria admite, mas contribuiu para a caracterização desse gênero, ao concluir que o principal propósito das cartas é a manutenção do fio dialógico, marcado através da seleção do léxico e da marcas pessoais utilizadas pelo sujeito.

Embora de um ponto de vista sócio-histórico e, portanto, não pertencente aos campos de investigação conhecidos como análise do discurso, ou como lingüística textual, o trabalho de Moraes (2001) oferece contribuições significativas para o tema, mostrando que a seção cartas de leitor se apresenta como um palco de luta entre o público leitor da revista Realidade e a própria revista, o que indica uma recepção não passiva daqueles ao conteúdo veiculado por esta.

O trabalho de Andrade, como vimos, procurou caracterizar o gênero cartas ao editor, do ponto de vista da interação, passando por uma abordagem estritamente textual, indo até a investigação da natureza intertextual do referido gênero. Sua principal vantagem foi a de buscar analisar, de forma detalhada, as marcas lingüísticas da interação verbal nas cartas, tais como o uso de vocativos, formas verbais e marcadores discursivos, para ao final concluir que o leitor, ao escrever para a seção, se envolve com interlocutores múltiplos.

O artigo de Santhiago focaliza a importância e o real significado do espaço criado para que os leitores se manifestem com relação a textos publicados por veículos de comunicação como jornais e revistas. Seu artigo tem o mérito de levantar a questão da efetividade do propósito inicial implícito no gênero cartas ao editor, ao mesmo tempo em que alerta para a necessidade de mais pesquisadores estudarem o referido gênero discursivo, já que os leitores não deixam de acreditar nele, enquanto espaço discursivo propício à livre manifestação e exercício da cidadania, pois foram esses elementos que o fizeram surgir e se configurar tal qual o conhecemos em nossos dias.

Nossa pesquisa se diferencia das pesquisas acima tanto no tocante à totalidade dos objetivos quanto à escolha do *corpus*. Como Lima e Andrade, também procuraremos definir o gênero cartas ao editor, como ponto de partida para incursões discursivas um pouco mais ambiciosas. Portanto, centraremos nossa pesquisa em aspectos referentes à intertextualidade. Para isso, buscamos suporte em Maingueneau (1997) que dispõe de material teórico considerável no que concerne a esse tópico. Este aspecto não foi esgotado nos trabalhos resenhados acima, embora tenha recebido especial atenção no trabalho de Andrade (2005), que tratou essencialmente das marcas de interação.

Também não foi objeto de estudo desses trabalhos a investigação sobre a reação, por parte do editor do órgão de comunicação, ao conteúdo das cartas enviadas. A análise desse ponto em nossa pesquisa lançará maiores esclarecimentos sobre a natureza dialógica envolvida na gênese do gênero discursivo em questão.

Finalmente, nossa pesquisa se diferencia substancialmente das demais por estudar a importância da identificação do leitor-missivista dada por si mesmo, o que remete à questão do sujeito do discurso. Este posicionamento do sujeito já foi estudado por Lima (2001), mas levando em consideração outros elementos, que não os elegidos por nós, como demonstraremos na metodologia.

O nosso *corpus*, diferenciando-se dos corpora das pesquisas mencionadas acima, se compõe de cartas ao editor em língua inglesa, colhidas ao longo de seis meses de publicações da revista *Newsweek*. Esta é uma revista cuja circulação é mundial, fato que merece ser levado em consideração no que se refere ao estudo do gênero discursivo cartas ao editor. Além do mais, o fato de o *corpus* ter sido colhido de um único veículo de comunicação permite que possamos estudar com mais precisão a natureza dialógica das cartas, e do espaço discursivo em que elas estão ancoradas.

Finalmente, discutiremos a aplicação prática, na sala de aula, de nossa pesquisa, uma vez que a presente dissertação está inserida no campo de estudo da Lingüística Aplicada. Esse objetivo também é um elemento diferenciador em nosso trabalho, pois, enquanto estudioso do referido campo de pesquisa, não estamos envolvidos somente com preocupações de natureza teórica.

## METODOLOGIA

### 2.1. Do *corpus*

Escolhemos como *corpus* para nossa análise as cartas ao editor da revista norte-americana *Newsweek*. Trata-se de uma publicação semanal com alcance internacional, em virtude da projeção sócio-econômica do país em que ela é publicada. Aborda temas variados, que vão desde aspectos sóciopolíticos referentes aos Estados Unidos, à Europa ou à Ásia até aspectos ligados a turismo e a viagens.

Diferentemente das cartas ao editor de nossas revistas *Veja* e *Isto É*, as da revista *Newsweek* guardam traços que remetem para as características do gênero correspondente em um contexto internacional, como, por exemplo, o fato de leitores do mundo inteiro escreverem as mencionadas cartas, o que não acontece com uma publicação cuja circulação é apenas nacional. Em geral, em cada edição, é escolhido um só tema, publicado, em média, três a quatro edições anteriores àquela. Nem sempre há identificação de profissão ou escolaridade do leitor. As únicas informações que a revista traz sobre o leitor dizem respeito ao nome deste e à nacionalidade e/ou naturalidade.

Dentre as revistas em língua inglesa, foco do objetivo deste estudo, nossa escolha recaiu sobre *Newsweek*, principalmente, devido ao seu alcance internacional. De fato, esta revista, talvez exatamente por apresentar tópicos relativos a diversas partes do mundo, tais como *World Affairs*, *World View*, *Asia*, *Europe*, *U.S. Affairs*, ou talvez pelo poder econômico da nação de onde procede, tem um alcance ímpar, o que nos permite avaliar as possíveis diferenças de comportamento verbal de leitores advindos de regiões tão diferentes.

Considerando ainda que *Newsweek* é uma revista com sólida experiência editorial adquirida ao longo dos seus 72 anos de existência, as cartas publicadas na referida publicação se configuram em um *corpus* adequado à pesquisa sobre os aspectos discursivos e sócio-interativos mencionados acima no capítulo reservado à fundamentação teórica deste trabalho.

A seção *Letters*, de onde coletamos nosso *corpus*, é apresentada no início da revista, logo após *Periscope*. A revista solicita que as cartas sejam enviadas ao editor, via e-mail ou correio tradicional, com nome e endereço do autor e adverte que as cartas podem ser editadas por razões de espaço e clareza. A seção apresenta em destaque a reportagem ou o artigo que é alvo das cartas ao editor, com uma foto e um breve sumário das cartas. Em geral, o texto que serve de base às cartas foi publicado em três ou mais edições anteriores àquela em que as cartas são publicadas.

Em suma, o leitor de *Newsweek*, contrariamente ao leitor de *Veja*, por exemplo, ao ler a seção de cartas da revista, lerá textos referentes ao mesmo tema e relativo a textos publicados há algum tempo, às vezes, um mês antes. Não sabemos até que ponto essa distância temporal entre a carta ao editor e o texto-base atrapalha a evocação do texto-base pelo leitor da carta, que pode ficar sem entender a posição do autor da carta.

Do referido *corpus*, utilizaremos 13 edições, a partir de agosto de 2002 até dezembro do mesmo ano, perfazendo um total de 122 cartas. As edições, com os respectivos temas da edição referida, estão descritas na tabela 1.

**Tabela 1: lista de edições e temas da revista**

edição	data	edição referida	temas da edição referida	
			17/06	Conflito entre Índia e Paquistão
1	12/08	01/07 e 17/06	01/07	Conflito entre Israel e Palestina
2	26/08	15/07	15/07	Conflito entre Israel e Palestina
3	02/09	22-29/07	22-29/07	Turismo ecológico
4	16-23/09	12/08	12/08	Política externa americana
5	30/09	19/08	19/08	Política no Paquistão/A imagem dos EUA nos filmes
6	07/10	26/08	26/08	Crimes de guerra do Afeganistão
				Disputas entre religiões na Rússia
7	21/10	09/09	09/09	O ataque de 11 de setembro
8	28/10	16/09	16/09	Futurologia /Guerra contra terrorismo
9	04/11	30/09	30/09	Conflito entre Israel e Palestina
				Política internacional/ Guerra no Iraque
10	18/11	14/10	14/10	Economia/Turismo em Roma
edição	data	edição referida	temas da edição referida	
11	09/12	04/11, 28/10 e 01/07	04/11	Captura de francos atiradores nos EUA
			28/10	Terrorismo
			04/11	Economia americana
			01/07	Política internacional
12	16/12	11/11	11/11	Autoritarismo do governo russo/ Conflito Rússia- Chechênia

13	23/12	18/11/01/07	01/07	Conflito entre Israel e Palestina
			18/11	Política interna americana

## 2.2. Procedimentos metodológicos

Nosso *corpus* constitui-se de 122 cartas do leitor dos números da revista *Newsweek*, no período compreendido entre agosto a dezembro de 2002. Além das edições em que estão publicadas as cartas, usaremos as edições em que foram publicados os artigos a que as cartas se referem para análise das formas de remissão, conforme o quadro que apresentamos na seção anterior.

A coleta dos dados para análise quantitativa deu-se em dois momentos. Primeiramente, preenchemos uma ficha para cada carta lida e analisada, com os dados básicos, de acordo com os fatores apresentados a seguir. Em seguida, remetemo-nos ao texto referido pela carta, a fim de avaliarmos a temática e a natureza da carta

Utilizamos cinco grupos de fatores, a saber: (a) temática da carta; (b) tipo de remissão; (c) resposta do editor; (d) identificação do leitor e (e) natureza da carta.

O grupo *temática das cartas* diz respeito à caracterização do gênero *carta ao editor*. Nosso interesse foi verificar qual a temática mais recorrente. Inicialmente, julgamos suficiente indicar a seção da revista aludida na carta do leitor. Nesse caso, tínhamos as seguintes opções, todas com textos assinados: (a) *World View*, seção fixa, de um só artigo, de uma página, que aborda um ponto de vista sobre um assunto; (b) *Europe*, seção que pode conter mais de um artigo ou reportagem, que trata de assuntos ligados à Europa, tais como, economia, política etc.; (c) *One Year Later*, seção especial, dedicada exclusivamente a assuntos relativos ao ataque de 11 de setembro, que pode também conter mais de um texto, embora não seja uma seção fixa da revista; (d) *Travel and Tourism* (viagem e turismo), seção que também pode conter mais de um texto e trata de assuntos relativos a viagens e turismo, tais como “Trouble in Paradise” (problemas no paraíso), que aborda os problemas do turismo ecológico (edição 22-29/julho/02); (e) *World Affairs* (Assuntos

Mundiais), seção que pode conter mais de uma reportagem, abordando temas relativos à economia à política de alcance mundial, tais como *Iraq's Black Gold* (o ouro negro do iraque), que trata da questão do petróleo e tem como *lead*: *How Saddam skimmed oil profits while United Nations looked the other way* (Como Saddam via os lucros do petróleo, enquanto as Nações Unidas olhavam para o lado oposto) (edição de 11/11/2002); (f) *Asia*, seção que pode englobar mais de uma reportagem relativa a assuntos de sócio-político-econômicos envolvendo o continente asiático; (g) *The Last Word* (a última palavra), seção fixa, no final da revista, que contém uma entrevista curta a personalidades do meio social ou político, semelhante às páginas amarelas de nossa Veja. (h) *Special Report* (reportagem especial), reportagem extraordinária, imprevisível, que pode abordar qualquer tema de interesse momentâneo. Por exemplo, na edição de 23/12/02, há uma reportagem nesta seção intitulada “*Khomeini's children*” (as crianças de Khomeini); (i) *US Affairs* (assuntos americanos), assuntos sócio-político-econômicos envolvendo a nação americana. (j) *IRAQ* (Iraque), seção especial, criada para falar da invasão americana no Iraque; (l) *Business* (negócios), reportagens sobre o mundo dos negócios: bolsa de valores, economia mundial etc.; (m) *War on Terror* (guerra contra o terror), seção especial dedicada exclusivamente à guerra contra o terrorismo. (n) *Periscope* (periscópio), seção fixa que traz notícias curtas sobre assuntos gerais.

Num segundo momento, avaliamos que, para além da seção referida, era interessante analisar o tópico abordado pela carta, já que a simples indicação da seção, muitas vezes, não nos permita avaliar propriamente o tema das cartas, especialmente, quando a seção aludida pelo leitor pode abrigar vários temas. Assim, refizemos a análise desta categoria, incluindo os temas específicos dos textos aludidos pelas cartas, o que resultou na diversidade temática constante da tabela 1.

A categoria *tipo de remissão* avalia a intertextualidade, traço marcante do gênero *carta ao editor* e visa saber o tipo de intertextualidade mais comum nesse gênero. A base teórica que utilizaremos em nossa análise encontra-se em Maingueneau (1997). Contudo, sabemos que o referido autor

apóia-se em Authier-Revuz (cf. Charaudeau & Maingueneau, 2004). Adaptamos os tipos de remissão propostos pelos autores, devido à especificidade de nosso corpus, assim, adotamos as variantes adequadas ao tipo de texto estudado e acrescentamos o tipo "referência ao título" e "alusão ao tema", não previstos na classificação dos autores. Desse modo, as formas de intertexto que retomam o texto-base no enunciado da carta apresentam as seguintes variantes:

(a) *excerto*, que ocorre quando o leitor transcreve literalmente um trecho do texto aludido, como no exemplo (01).

(01) ARI SHAVIT SAYS, "THERE IS THIS FEELING, "We tried politics, we tried the Army, we tried everything...What's left?" I want to ask him, why doesn't Israel try ending the occupation and withdrawing from the territories that it seized in 1967? (...)

(CARTA 04-EDIÇÃO 12/08/02 )

(b) *paráfrase*, que é uma reescrita de trechos do texto aludido com as palavras do próprio leitor, como se vê no exemplo (02).

(02) I WAS INTERESTED TO READ IN YOUR report "Too Good to Be True" that Western tourists to Burma are worried that their money might help sustain the repressive regime there. But many Westerners seem to have no qualms about visiting China and helping its far more repressive communist regime. (...)

(carta 19-Edição 02/09/02 )

(c) *alusão ao tema*, que é uma remissão do texto por mera alusão ao tema, sem citações nem paráfrases, como no exemplo (03), cujo tema era *the war crimes of afghanistan*.

(03) GEORGE W. BUSH'S DECISION ON IRAQ will be an awful attack for the whole world because, as we know, Iraq has admitted to having at least 3.9 tons of VX gas that can be used in war. (...)

(carta 37-Edição 07/10/02 )

(d) *referência ao título*, que é a remissão por citação literal do título do texto, como no exemplo (04).

(04) THANKS FOR YOUR STORY "WAR OF THE FAITHS" (EUROPE, Aug, 26), which was very informative but also heartbreaking. (...)

(carta 47-Edição 07/10/02 )

(e) *negação*, que é a remissão em que há duas proposições, uma primeira e uma outra que a nega. como no exemplo (05).

(05) SHARANKY BELIEVES IN DEMOCRACY FOR the Middle East? Recently, Dori Gold, an Israeli minister, spoke on the BBC. A reason he gave for not allowing Muslim refugees to return to their homes, in what is now Israel, was that there would no longer be a Jewish majority. Like Israel's former apartheid friends in South Africa and like Slobodan Milosevic, Israel's policy seems to be: after we have completed our ethnic cleansing, we'll introduce democracy.

(carta 16-Edição 26/08/02 )

(f) *pressuposição*, que é a remissão em que o conhecimento do texto original é dado como pressuposto, como no exemplo (06).

(06) TO ATTACK WHEN NECESSARY IS BAD enough, but to go to war on an if, a might and a maybe leaves me speechless. And now, eloquent speech writers will make something noble out of this macho militancy.

(Carta 36, Edição 07/10/2002)

(f) *ironia*, que é a remissão em que há uma espécie de subversão entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor, o que provoca uma certa ambigüidade, como no exemplo (07)

(07) THE UNITED STATES IS TOTALLY JUSTIFIED in targeting a rogue Middle Eastern country that has weapons of mass destruction, invades its neighbors, defies U.N. resolutions and international laws, and oppresses and terrorizes minorities and opponents to its regime. The country I'm thinking of is Israel: it has nuclear weapons, has invaded Egypt, Syria, Jordan and Lebanon, has consistently defied all U.N. resolutions pertaining to it and inflicts the worst kinds of terror on its Arab population. We should go and effect a regime change in Israel whether it accepts weapons inspectors or not.

(Carta 39 Edição 07/10/2002)

A categoria *resposta ao leitor*, relacionada à questão do dialogismo e da intertextualidade, visa testar se se estabelece uma relação de diálogo entre leitor e editor, através da resposta deste em número subsequente da revista. Contará, assim, com dois variantes: (a) Presença de resposta do editor; (b) Ausência de resposta do editor.

A categoria *identificação do leitor* se relaciona à noção de comunidade discursiva e ao perfil do leitor. Visa construir um perfil do leitor da revista que mais faz uso do gênero e avaliar a relevância discursiva da identificação dada pelo próprio leitor. Esta categoria abrange duas variantes. A

primeira é a identificação da escolaridade, profissão, cargo ou outras, a qual, como é opcional, ora é oferecida pelo leitor, ora não. Assim, esta categoria terá duas variantes: (a) presença desta identificação; e (b) ausência desta identificação. Nossa hipótese é a de que o leitor só ofereça esta informação quando deseja indicar sua autoridade no assunto a que está se referindo. É esperado que haja uma relação positiva entre esta categoria e as variáveis *natureza da carta e temática das cartas*. A segunda categoria deste grupo é a nacionalidade do leitor, que contribui para a caracterização da revista como de alcance mundial e pode indicar que o gênero *carta ao editor* independe da nacionalidade. Terá quatro variantes: (a) leitor norte-americano; (b) leitor estrangeiro de Primeiro Mundo (c) leitor estrangeiro de Terceiro Mundo e (d) leitor internauta. Esta última variante, mais do que significar um indivíduo transnacional, na verdade, indica a impossibilidade de identificar a nacionalidade do autor da carta, pois a revista informa apenas que a carta veio via internet.

A categoria *natureza da carta* se relaciona à caracterização do gênero e visa avaliar qual a natureza mais proeminente das cartas ao editor. Tem os seguintes parâmetros, propostos por nós, com base numa análise acurada das cartas:

(a) aditiva: consideramos que o texto tem esta natureza, quando a carta acrescenta informação ao texto referido, como ocorre no exemplo (08).

(08) AS AN ORTHODOX CHRISTIAN, I'M SADENED by the conflict between some members of my faith and those of other faiths over various church building and religious sites as well as control over who gets first dibs on the mission field in the former Soviet Union. Unfortunately , emotionally charge and rationalized pride seems to cause politics, culture and religion to get frequently bound up in conflicts over place. the temptation to use the tools politicians use to manage temporal states should be avoided by religious leaders, whose interest must be in providing spiritual guidance. as you said, the Orthodox faithful have no reason to fear the pope or any other faith. The traditions our church has maintained for 2,000 years require so supplementary support from political states or cross-wearing, patriotic, nationalists thugs. What attracts people is the truth revealed and lived in a faith, not ethnicity or the financial and political backing of religious leaders. True religion transcends state affairs and politics of place.

(carta 48-Edição 07/10/02 )

(b) *laudatória CR* (conteúdo relatado): dá-se, quando a carta elogia o conteúdo relatado pelo texto, como no exemplo (09).

(09) YOUR COVER STORY ON WORLD TOURISM AND TRAVEL ("The Future Of Travel,"; July 22/July 29) strikes a dynamic and creative tension between the awesome responsibility of environmental stewardship and the pressing demands of tourism and economic development, which can be so powerful in severing the bonds of poverty in the developing world. In a balanced manner, you elucidated the growing emergence of travel and communication across divides of race, ethnicity, culture and belief. Thanks for a geojournalistic survey that is well done, tasteful and an important contribution to the global village at the dawn of the 21st century.

(carta 18-Edição 02/09/02 )

(c) *laudatória TA* (tratamento do assunto): ocorre, quando a carta elogia o tratamento do assunto oferecido pelo texto da revista, como fez o leitor em (10).

(10) AT LAST AN ISSUE I'VE BEEN WAITING FOR SINCE SEPTEMBER 11. I enjoyed your July 22/July 29, 2002, double issue tremendously - especially the sections on health, science and the cover story on tourism and travel.

(carta 17-Edição 02/09/02 )

(d) *laudatória TACR*: é uma mistura dos tipos (b) e (c), ou seja, ocorre quando a carta elogia ao mesmo tempo o conteúdo relatado e o tratamento do assunto. É exemplo a carta transcrita em (11).

(11) KUDOS TO YOUR PLUCKY INVESTIGATIVE reporters for their moral courage and commitment. You showed how a professionally committed team of journalists can expose atrocities of horrifying proportions, despite all the odds and the obstructions created by those involved.

(carta 44-Edição 07/10/02 )

(e) *depreciativa CR*: quando a carta deprecia o conteúdo relatado pelo texto da revista, como ocorre em (12).

(12) THE UNITED STATES IS TOTALLY JUSTIFIED in targeting a rogue Middle Eastern country that has weapons of mass destruction, invades its neighbors, defies U.N. resolutions and international laws, and oppresses and terrorizes minorities and opponents to its regime. The country I'm thinking of is Israel: it has nuclear weapons, has invaded Egypt, Syria, Jordan and Lebanon, has consistently defied all U.N. resolutions pertaining to it and inflicts the worst kinds of terror

on its Arab population. We should go and effect a regime change in Israel whether it accepts weapons inspectors or not.

(carta 39-Edição 07/10/02 )

(f) *depreciativa TA*: quando a carta deprecia o tratamento dado ao assunto pela revista, como no exemplo (13).

(13) I WAS HORRIFIED BY YOUR INSENSITIVITY in publishing a photograph of the blown-up bus in Gilo. Showing a picture of the dead bus driver still at the wheel was devastating. This man was a victim of the terror that Israelis experience every day. He was a father and a husband, a friend to many people; you made him part of a media circus, which does no credit to the high-level reporting that you say you wish to maintain. Please refrain from using such photographs in the future.

(carta 02-Edição 01/07/02 )

(g) *depreciativa TACR*: quando a carta deprecia o tratamento dado ao assunto pela revista e o conteúdo relatado. É exemplo a carta transcrita em (14).

(14) IN YOUR ONGOING COVERAGE OF THE Israeli-Palestinian conflict, the sole reliance on the Israeli Army as a source of information betrays *NEWSWEEK* strong bias. Even the use of the term "war on terror" to describe Israel's actions is taking Ariel Sharon's word at face value, ignoring the reality of the situation on the ground. Information from international agencies, such as the Red Cross Society and Human Rights Watch, has provided substantial evidence that Israel is not fighting a war against terrorism, but rather that it has expanded its campaign to strangle every aspect of Palestinian life. Blockages of ambulances and the destruction of civilian infrastructure; attacks on human-rights organizations and nongovernmental organization, and the excessive use of force by soldiers are all condemnable events that seem to have escaped *NEWSWEEK*'s eye. While more than 1 million Palestinian live under perpetual 24-hour curfew, losing all sources of income and educational or medical access, it stuns me to find that you choose to focus your reporting on following Israeli soldiers on their missions. When will you send reporters to spend a day with Palestinians families lined up for hours trying to pass checkpoints in the Gaza Strip? Or show how West Bank residents manage to entertain themselves while locked in their homes all day.

(carta 13-Edição 15/07/02 )

(h) *sugestiva CR*: quando a carta faz uma sugestão sobre o conteúdo relatado pelo texto da revista, como na carta transcrita em (15).

(15) AS FAR AS KASHMIR IS CONCERNED, India must accept that a nation is made up of people, not merely of land. Religious extremism or terrorism in Kashmir has reached new heights, and we must seriously consider giving Kashmiris much greater autonomy, perhaps even sovereignty. Failure to do this is beginning to risk the security of India. Pakistan, on the other hand, must realize that religion is not

glue enough to bind a nation into prosperity. The pathetic condition of the people of Iran and Iraq should be adequate proof of that. Support from the Mideastern monarchs will wane, and Western nations are not always reliable as donors. Pakistan needs to make an effort to move away from its anti-Indian stance and forge better economic relations with India, which is technologically, economically, culturally and strategically a better ally than any other that Pakistan might find in the region. As for the Kashmiris, they will soon find that a state cannot exist with hope of prosperity unless it makes a priority of its economic interests, rather than its religious causes. The fact that thousands of millions of dollars of aid poured into Kashmir by India have not helped the Kashmiri population only proves that their only hope of prosperity is hard work - not religion, and not an ongoing search for scapegoats.

(carta 10-Edição 17/06/02 )

(i) *sugestiva TA*: quando a carta sugere um determinado tratamento ao assunto abordado pela revista, como fez o autor em (16).

(16) YOUR JULY I ARTICLE "CODE BLUE IN ISRAEL" (WORLD AFFAIRS) shows the hell that Israel has become. It is truly horrible, and the world must be constantly reminded of this. Yet fairness requires *NEWSWEEK* to graphically show the constant, overwhelming desperation in the lives of generations of Palestinian who have lived in refugee camps in abject poverty with no hope for the future. An equally horrible hell, I think. Arafat and Sharon aside, perhaps the biggest problem in this tragic conflict is that it is increasingly difficult to determine who are the good guys, who the bad. Their actions are incongruous with the religions they profess. Worse, they shatter any semblance of right and wrong, of humanity, of civilization itself.

(carta 01-Edição 01/07/02)

(j) *sugestiva TACR*: quando a carta sugere um determinado tratamento ao assunto e, ao mesmo tempo, sugere um determinado conteúdo, como ocorre em (17).

(17) ARI SHAVIT SAYS, "THERE IS THIS FEELING, "We tried politics, we tried the Army, we tried everything...What's left?" I want to ask him, why doesn't Israel try ending the occupation and withdrawing from the territories that it seized in 1967? Israeli must know that they cannot have occupations and peace at the same time. Don't expect Palestinians to sit quietly and not fight when the whole population is being humiliated and brutally treated on a daily basis and Sharon's tanks are everywhere.

(carta 04-Edição 12/08/02 )

(k) *corretiva CR*: quando a carta faz correções ao conteúdo relatado pelo texto da revista, como o fez o autor em (18).

(18) WHEN REPORTING OR WRITING ABOUT India-Pakistan conflict, please do not call India a "Indu-dominated state", *NEWSWEEK*. Rather refer to India as a secular state. India has more muslims than thus Pakistan; and Kashmir is not our country's only Muslim-majority area. Other muslims majority area includes the town of Malerkotla in

my state (Uttar Pradesh) and several districts in South India. For your information, I am a Hindu who is also a graduated of Aligarh Muslim University.

(carta 09-Edição 12/08/02 )

(l) *corretiva TA*: quando faz correções ao tratamento do assunto no texto da revista. É exemplo a carta transcrita em (19).

(19) I WAS VERY INTERESTED TO READ YOUR article "A Shark Hunt in the Night" (WORLD AFFAIRS, JULY 15) but, with regard to your description of Israeli soldiers in action, I felt that you were trying to portrait these men as heroes of the war on terror. That they certainly are not. I think your report would have been far more balanced and much nearer to the truth if you had shown this same soldiers uprooting olive trees, destroying civilians infrastructure; showing them also terrifying and humiliating Palestinian population for years and years and years, showing them suppressing the Palestinian revolt in a bloodbath. I believe the heroes in Israel are those brave soldiers who refuse to fight in the occupied territories. They despised and insulted by their fellow citizens, they are even imprisoned, but they are the honor of their country. I salute their courage.

(carta 11-Edição 26/08/02 )

(m) *corretiva TACR*: quando faz correções ao conteúdo relatado pelo texto da revista e ao tratamento do assunto, como no exemplo (20).

(20) YOU PREDICT THAT IN THE YEAR 2012, thanks to U.S. military help in 2002, Colombia will become another Vietnam ("War Zones of 2012"). This is crystal-ball prediction; it is not based on facts. The narcoguerrilha who exits in Colombia derive his power from kidnapping terrorism and narcotraffic. If the international community does not help Colombia now, in 2012 our country will truly belong to the international narcotraffic mafia, and the whole civilized world will be narcotized.

(carta 56-Edição 28/10/02 )

(n) *mista*: quando há uma combinação qualquer dos tipos anteriores, como no exemplo (21), em que a carta é ao mesmo depreciativa e sugestiva.

(21) I'M SICK AND TIRED OF ALWAYS READING about the suffering of the Israeli people caused by Palestinians. Innocent people are suffering, but the only way for this to stop is for Israel to give back the land and properties it took away from Palestinians. I know this will be difficult, and I also agree that corruption within the Palestinian government is high, but then, in the eyes of many, Sharon is a war criminal. Does this not matter just because he was elected by Israelis? Let's stop looking at this problem politically and get back to the basics - people and their rights. The Israeli government cannot expect these suicide bombings to stop if it is not willing to give this people what legally belongs to them.

(carta 05-Edição 12/08/02 )

### 2.3. Tipos de Análises do *Corpus*

Para o tratamento destas categorias, usamos o programa SPSS 7.5 *for Windows*, um software de estatística de uso corrente em pesquisas de ciências sociais, que nos deu as freqüências em termos percentuais e numéricos e fez o cruzamento dos dados. O resultado desta análise será apresentado em tabelas no próximo capítulo desta dissertação.

Concluída a análise quantitativa, partimos para a análise qualitativa, a fim de interpretar, à luz da teoria apresentada na primeira parte, os resultados numéricos. Valemo-nos, nesta análise qualitativa, especialmente, de Bronckart (2003) para a questão do gênero, de Maingueneau (1997), para a intertextualidade, e de Orlandi (2003) para a análise do perfil do leitor.

Quanto à questão do gênero, avaliamos qualitativamente os parâmetros que caracterizam um gênero, a saber: propósito comunicativo, suporte, canal, enunciador e co-enunciador. Para isso, nos baseamos em resultados quantitativos, como *tipo de leitor e seção referida*.

Quanto à intertextualidade, partindo dos resultados estatísticos que apontaram a predominância de determinados tipos de intertexto, selecionamos aleatoriamente exemplos de cada tipo de intertexto e analisamos o efeito discursivo causado pelo tipo de remissão escolhido pelo leitor.

Para análise qualitativa da identificação do leitor, selecionamos todas as cartas em que o leitor se identifica, voluntariamente, quer no corpo do texto, quer no final. Essa identificação pode compreender tanto a escolaridade, profissão, cargo ocupado, como a experiência de vida ou relação do leitor com a revista. Analisamos detidamente cada uma das cartas com identificação, buscando desvendar a relação entre essa identificação e a linha argumentativa usada pelo leitor na carta, já que entendemos que tal identificação não é casual, mas tem uma função discursiva.

Acabamos de apresentar os procedimentos metodológicos adotados em nossa pesquisa. No capítulo seguinte, faremos a análise dos resultados.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo, relataremos e discutiremos os resultados de nossa pesquisa nas *cartas ao editor* da revista *Newsweek*. Apresentaremos esta análise em três seções, distribuídas em conformidade com a fundamentação teórica. Na primeira seção trataremos das variáveis relativas, especificamente, à caracterização do gênero do discurso no tocante ao contexto de produção, seguindo basicamente Bronckart (2003). Na segunda seção, abordaremos as variáveis relacionadas à intertextualidade e ao dialogismo, conforme as trata Bakhtin (1986) e Maingueneau (1997). A terceira seção trará uma análise das variáveis que dizem respeito à relevância discursiva da identificação do leitor, conforme Bronckart (2003) e Orlandi (2003).

### 3.1. Aspectos contextuais do gênero discursivo *carta ao editor*

Na presente seção, trataremos de descrever o gênero do discurso *carta ao editor* numa perspectiva contextual. A delimitação da pesquisa a essa perspectiva implica deixar de lado outras feições compreendidas no que seria uma descrição exaustiva de qualquer gênero. Estudar o referido gênero em todos os seus aspectos não é o objetivo de nossa pesquisa. Com isso não queremos dizer que um estudo mais abrangente do gênero não seja importante. O recorte descritivo escolhido – estudar o gênero *carta ao editor*, considerando seus aspectos contextuais - harmoniza-se com os objetivos da nossa pesquisa, que é mostrar como o gênero, a intertextualidade e o sujeito do discurso se articulam na produção do sentido. E essa articulação, assim estudada, pode servir como referência para incursões, em sala de aula, no universo textual em que se objetiva habilitar os alunos a utilizarem os meios para o entendimento, não só da dimensão discursiva dos textos, mas também das mudanças que as práticas discursivas promovem, ou almejam promover. A propósito, a focalização do aspecto contextual do gênero encontra fundamentação em Fairclough (2000, 2003). Esse autor afirma que “um gênero implica não somente um tipo particular de texto, mas também processos

particulares de produção, distribuição e consumo” (2003: 161). Procuraremos verificar esses aspectos nas linhas seguintes.

### 3.1.1. A origem de *carta ao editor*

No gênero retórico carta, podemos observar com certa clareza a presença das formas mais elementares da comunicação verbal. Afinal, segundo Bakhtin, “o primeiro e mais importante dos critérios de acabamento do enunciado é a possibilidade de responder – mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele (por exemplo, executar uma ordem)” (2000:299). Outra característica fundamental do enunciado, conforme Bakhtin, é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para um destinatário. Uma consequência desse fato é que “cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero” (Bakhtin, 2000: 321). A estas características se soma uma outra, de não menor importância, o dialogismo, já mencionado no capítulo teórico. Adotando a perspectiva dialógica de Bakhtin, Lima (2001) assim se expressa:

a carta de leitor (sic) inscreve-se como uma esfera da atividade humana e é neste espaço que os discursos dialogam entre si e marcam posições diante dos fatos, de artigos da revista e, por extensão, com fatos históricos que fizeram da revista o seu meio de registro. Dentro dessas esferas, os participantes atuam estabelecendo contrato de colaboração entre si e como no gênero presume-se um acordo entre a forma de apresentação do discurso e seu conteúdo, há na carta algo de ritual, que é partilhado pelos integrantes da esfera (Lima, 2001: 67).

A gênese da *carta ao editor* se dá em função dos leitores, os quais, ante uma matéria de revista, vêm-se impelidos a contribuir para a matéria nas mais diversas formas: corrigindo-a, adicionando informações, tecendo loas, indignando-se. Há uma organização própria para este discurso, que se ajusta aos critérios previamente estabelecidos pela revista.

A despeito do caráter ilimitado de temas, na *carta ao editor*, há um só gênero. Segundo Lima (2001: 67-68), para que tenhamos formas diferenciadas de manifestações no gênero, o que se modifica é a postura do autor da carta,

as finalidades na abordagem dos conteúdos das mesmas, e os elementos discursivos a serem selecionados.

### **3.1.2. Aspectos sócio-históricos do gênero *carta ao editor***

O gênero em tela propicia que tenhamos acesso a diferentes visões do mundo, através do entrecruzamento de opiniões, e se circunscreve extradiscursivamente no propalado direito à expressão. Garante, pelo princípio constitucional liberal-burguês, não só a opinião do editor, mas também a participação do leitor, gerando neste uma satisfação pela liberdade exercida. Dentro do que expusemos antes, trata-se de uma liberdade formal que, concedendo gratificação e participação nos espaços editoriais, garante a circulação das informações e sua natureza como bem cultural. Rege-se pelo princípio de liberdade de imprensa e liberdade de opinião, e pela garantia da circulação relativamente livre das informações. Do ponto de vista doutrinário, tudo isto, incluindo a carta ao editor, é uma conseqüência histórica da ascensão da burguesia ao poder, desde os tempos do Iluminismo, que pregava a tolerância, o princípio da falibilidade e a rejeição a qualquer forma de absolutismo e privilégios na detenção da verdade. Assim, a carta ao editor se insere em um contexto histórico marcado pelo relativismo e pela renúncia ao conceito de verdade absoluta. Por isto, o entrecruzar de opiniões e a exigida tolerância para com elas, dentro de certos limites regidos por lei. A carta ao editor é uma conseqüência, ainda que pontual, entre outras, da descoberta por parte da burguesia de que o melhor caminho é a tolerância (isto, não esqueçamos, acontecia em tempo de guerras religiosas, cujos resultados foram grandes desastres econômicos), para se estabelecer a ordem necessária à paz econômica, social e política, que não resulta de guerras por questões de opinião.

### **3.1.3. O suporte/canal do gênero *carta ao editor***

Como gênero discursivo, carta ao editor se constitui numa seção fixa, reservada à correspondência dos leitores, que tratam dos diversos assuntos referentes a temas divulgados pelo veículo, naturalmente dentro de um intervalo de tempo prescrito e regulado. Na revista *Newsweek*, a seção

destinada à publicação das cartas tem como título *Letters* (cartas) e é organizada de forma a conter em média 10 cartas, que são agrupadas de acordo com o assunto que abordam. Essas cartas são organizadas em três colunas, de modo a ocuparem no máximo duas folhas da edição. Entre as cartas, freqüentemente, é publicada uma foto, colhida no artigo que é a referência central das cartas em dada edição. A publicação das missivas é feita logo depois da primeira sub-seção da revista – periscope. O lapso temporal compreendido entre a publicação do texto-base e a publicação das cartas a ele referentes é em média de quatro edições.

O canal de propagação de determinado gênero, conforme Bronckart (2003) é o instrumento pelo qual esse gênero atinge o seu destinatário. No caso do *corpus* aqui adotado, o canal é a própria revista *Newsweek*. Essa revista possui 72 anos de experiência editorial e configura-se como uma publicação prioritariamente destinada ao fornecimento de informações nos mais diversos aspectos da vida social humana. Em geral, a revista traz as seguintes seções, que podem ser mudadas de acordo com as necessidades conjunturais da sociopolítica americana ou internacional: world affairs, europe, asia, business, science & technology, society & the arts, departments. Na seção departments estão contidas as seguintes sub-seções: periscope, perspectives, world view, letter from america, the tip sheet, the last word.

A revista *Newsweek* possui um alcance internacional, o que pode ser constatado pelas cartas ao editor provenientes de todos os continentes do planeta. Tal alcance deve-se, entre outros fatores, à abrangência que a língua inglesa possui como língua internacional, e também ao fato de a revista ser uma publicação do país cuja influência internacional é inegável – Os Estados Unidos. A tabela 2 proporciona uma visão melhor do que provoca o interesse dos leitores da *Newsweek*, no plano mundial:

**Tabela 2: relação entre seções referidas e tipo de leitor**

			tipo de leitor				Total
			estrangeiro de 1º Mundo	estrangeiro de 3º Mundo	americano	via-internet	
seção referida	world view	nº	9	1	1		11
		%	81,8%	9,1%	9,1%		100,0%
	Europe	nº	4	8	3	1	16
		%	25,0%	50,0%	18,8%	6,3%	100,0%
	One Year	nº	1	2		1	4
	Late	%	25,0%	50,0%		25,0%	100,0%
	Travel and Tourism	nº	4	4	1	1	10
		%	40,0%	40,0%	10,0%	10,0%	100,0%
	World Affairs	nº	6	3	1	1	11
		%	54,5%	27,3%	9,1%	9,1%	100,0%
	Asia	nº	1	7			8
		%	12,5%	87,5%			100,0%
	The Last Word	nº	2	1			3
		%	66,7%	33,3%			100,0%
	Special Report	nº	9	10	8		27
		%	33,3%	37,0%	29,6%		100,0%
	US Affairs	nº	5	2	13		20
		%	25,0%	10,0%	65,0%		100,0%
	IRAQ	nº	4		2	2	8
		%	50,0%		25,0%	25,0%	100,0%
	Business	nº		1			1
		%		100,0%			100,0%
	War on Terror	nº	1		1		2
		%	50,0%		50,0%		100,0%
	periscope	nº	1				1
		%	100,0%				100,0%
Total		nº	47	39	30	6	122
		%	38,5%	32,0%	24,6%	4,9%	100,0%

Se tomarmos isoladamente, no período em que se insere o *corpus* aqui adotado, *Special Report* foi a seção que recebeu o maior número de cartas. Mas essa seção pode tratar de temas tanto em um plano intranacional quanto em um plano internacional. A segunda seção com maior número de referências através das cartas é us affairs, que aborda assuntos concernentes à nação americana. No entanto, se olharmos para as seções que apontam para o Mundo e somarmos os percentuais de referências feitas a elas, ou seja, se somarmos os percentuais das seções world view, world affairs, europe e asia, obteremos o percentual de 37,7%, o que demonstra a preocupação da revista com os assuntos de interesse internacional. Trata-se de um percentual

significativo, considerando que nele não estão incluídos os temas de interesse internacional abordados em outras seções, como, por exemplo, em special report.

#### **3.1.4. O enunciador**

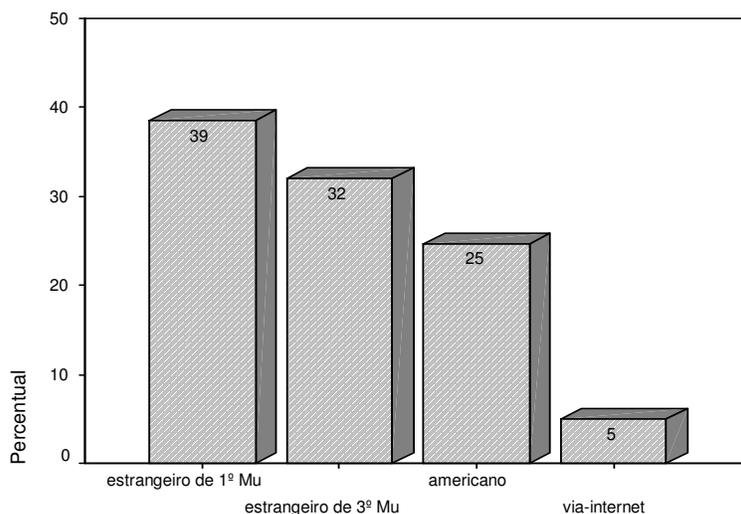
O enunciador em cartas ao editor emerge da ordem do simbólico e do imaginário: cria sentidos e julga que esses sentidos transcendem a ordem invisível que os determina, pois se catartiza pela liberdade da indignação, da louvação e das contribuições de natureza informativa. Chega a enaltecer a tolerância do sistema para com sua fala e, não raro, contesta regimes em que essa fala é negada. Contesta o poder, a injustiça, mas, por vezes, não se dá conta de que é o próprio entrecruzar das falas, muitas vezes contraditórias, que retira das cartas ao editor um sentido unívoco. Antes, deparamo-nos com diversos fluxos de sentido em mãos contrárias, gerando sentidos que até se anulam.

Quanto às formas de intervenção do leitor nas cartas, há uma ilimitada possibilidade, se incluirmos as misturas de intervenção e não apenas os meios interventivos isolados. O leitor pode opinar, concordando ou discordando, pode louvar pontos de vista, depreciá-los, corrigi-los, fazer acréscimos, concordar ou discordar em parte. Não esqueçamos que essas intervenções podem se mesclar. Nas cartas há como que um continuum que vai desde a franca referência ao leitmotiv até uma referência diluída, rarefeita, que pressupõe conhecimento prévio por parte do leitor. Pode haver excertos do texto base ou mesmo paráfrases. Quer dizer: enquanto ocorrências, o gênero está sujeito a muitas variações.

O leitor pode interferir conforme o grau de conhecimento que tem do tema (e certos preconceitos acerca dele). Partilha em diversas medidas as informações. Não há lugar para neutralidades, ainda que o leitor possa nutrir certa ilusão a respeito disto. Influem simpatias ou descasos ideológicos. Em outras palavras, a competência do leitor é de suprema importância para a intervenção através das cartas.

Concretamente, o leitor da revista *Newsweek* possui um perfil que é resultado do alcance da publicação. Podemos afirmar, com base nas estatísticas que elaboramos para o nosso *corpus*, que o leitor que mais participa da seção *Letters* é o estrangeiro. Pela divisão estrangeiro do Primeiro Mundo e estrangeiro do Terceiro Mundo, são os estrangeiros do Primeiro Mundo os que mais participam da referida seção. Os estrangeiros do Terceiro Mundo têm maior participação que os leitores-missivistas nativos, o que prova que, tomando como parâmetro a participação na seção *Letters*, a revista causa mais interesse fora do que dentro dos Estados Unidos. O gráfico 1 ilustra o que dizemos.

**Gráfico 1: tipo de leitor**



Na condição de potência hegemônica, tanto na esfera econômica, quanto na esfera militar, Os Estados Unidos têm em suas ações a atenção da comunidade internacional. Funcionam como eixo no plano ideológico em torno do qual são promovidas as discussões acerca dos rumos do planeta.

Diferentemente de textos cuja natureza impõe certo apagamento do locutor, o gênero em foco aponta para a necessidade de sua identificação. Desse modo é que a própria revista, previamente, solicita ao leitor-missivista que identifique seu nome e endereço. No entanto, conforme analisamos na seção destinada ao estudo do sujeito do discurso desse gênero, há leitores que

revelam outras características suas, de modo a fazer com que essas características suportem os propósitos dos textos que produzem.

Conforme o apanhado que fizemos, os leitores-missivistas se identificam revelando sua origem, o cargo que ocupam na sociedade, sua orientação religiosa, a relação que têm com a publicação, a experiência vivida e a formação educacional. Essas informações acrescentadas pelos missivistas não são despropositais; pelo contrário, estão intimamente relacionadas ao teor argumentativo-expositivo das missivas, especialmente quando aparecem no interior do enunciado, caso em que se ajustam a ele, formando um enunciado compacto, razão pela qual muitas vezes, enquanto leitores comuns, não nos damos conta do alcance dessas identificações espontâneas. Assim, a subjetividade que se manifesta aqui, ironicamente, tem um propósito definido, que é de melhor posicionar o sujeito do discurso frente ao seu interlocutor.

### **3.1.5. O co-enunciador**

A revista *Newsweek* arregimenta tipos diversificados de leitores, possuidores de proficiência leitora em língua inglesa, os quais podem ter alto nível de escolaridade, ou apenas a escolaridade necessária à leitura e à compreensão superficial das matérias ali veiculadas.

Podemos identificar objetivamente o co-enunciador na figura do editor, para quem, pretensamente, as cartas são dirigidas. No entanto, sabemos que o leitor missivista não elege unicamente o editor da revista como seu co-enunciador. Muitas vezes, o próprio articulista é mencionado diretamente; outras vezes o próprio leitor comum é mencionado, havendo casos em que essa menção é feita objetivamente; e casos há em que a referida menção é apenas sugerida.

A carta de número 54 é um ótimo exemplo do caso em que o editor é visado diretamente. O leitor missivista começa por dizer “As always, I love your writers” (Como sempre, aprecio seus articulistas). O fato de o leitor aqui dizer que “aprecia os articulistas” da revista deixa claro que a carta é francamente dirigida ao editor, pois ele é a figura que coordena esse tipo de equipe profissional. Mas temos o exemplo da carta 59 em que o co-enunciador

abertamente eleito é o próprio articulista. Nela, o leitor-missivista começa por dizer: “Bravíssimo, Alan Zarembo!” (Bravíssimo, Alan Zarembo!), dirigindo-se ao articulista responsável pelo artigo a que a carta se refere. Já a carta de número 26 se mostra peculiar pela forma com que o leitor-missivista se dirige aos leitores via editor. Diz o leitor: “Your readers should know that Space Adventures...” (Seus leitores deveriam saber que a Space Adventures...). Nesse caso, o missivista sugere que os leitores comuns são os principais visados em tudo que é publicado na revista, inclusive nas cartas ao editor.

Ainda que, em alguns casos o leitor demonstre claramente quem é a sua audiência, o mais comum é o fato de a audiência ser marcada pelo uso de referencial de um *you* (você) e de um *your* (seu), indefinidos, indicando que o leitor missivista dirige-se a uma figura geral, meio opaca. Esta tende a ser o próprio editor, ainda que não necessariamente, pois o uso das formas acima pode indicar tanto o editor, como a revista, ou o próprio articulista, como é o caso, por exemplo, da carta 02: “I was horrified by your insensitivity in publishing a photograph of the blown-up bus in Gilo”. Aqui, somos tendentes a pensar que o co-enunciador formalmente eleito é o editor, mas não nos esqueçamos de que, no processo de semiotização feito pelo leitor, a revista figura como uma entidade, sem falar que o próprio articulista pode estar na mente do leitor-missivista quando escreveu a sentença transcrita logo acima. Um exemplo da revista como entidade está na carta de número 09, em que o leitor começa por dizer: “When reporting or writing about Índia-Pakistan conflict, please do not call Índia a “Indu-dominated state”, *Newsweek*” (Quando fazendo reportagem ou escrevendo sobre o conflito Índia-Paquistão, por favor, *Newsweek*, não diga, que a Índia é um Estado dominado pelo Induísmo).

Finalmente, há casos, menos numerosos, em que o leitor não indica objetivamente quem é sua audiência, ficando a cargo do leitor da carta configurar em sua mente a quem o leitor-missivista está se dirigindo. Tal é o caso da carta de número 10. Devemos lembrar que as cartas enviadas à redação da revista podem ser editada. O caso é que o leitor não fez qualquer menção, direta ou indiretamente, acerca do co-enunciador que tinha em mente quando escreveu a carta.

Em linhas gerais, podemos dizer que o co-enunciador, ora é identificado diretamente, ora indiretamente, havendo ainda casos em que fica a cargo do leitor inferir quem é o co-enunciador alvejado na missiva. De qualquer forma, ao lermos as cartas, tendemos a configurar o co-enunciador, pois sem a presença deste o gênero cata ao editor ficaria como que mutilado, uma vez que o gênero carta sempre implica a presença de uma formulação marcadamente dialógica.

### **3.1.6. O caráter intertextual do gênero *carta ao editor***

A concepção tripartida do discurso, texto, prática discursiva e prática social, Fairclough (2001), leva o analista do discurso a compreender um texto além da esfera meramente lingüística, pois um texto é também prática discursiva e, como tal, abrange produção, distribuição e consumo. É na esfera da prática discursiva, mais notadamente na esfera da produção do texto, que se inscreve a intertextualidade, concretizada no intertexto. A esse propósito, o referido teórico afirma que “gêneros particulares são associados com ‘modos particulares de intertextualidade’ (manifesta)” (2001: 164). Essa concepção de Fairclough mostra-se verdadeira pelo menos no que diz respeito ao gênero *carta ao editor*.

Conforme mostraremos na próxima seção, a intertextualidade no *corpus* de nossa pesquisa revela-se bastante particular, fazendo-nos pensar que em seu conjunto, as formas de remissão, configuram-se como característica marcante do gênero em foco. Mas só podemos entender o fenômeno da intertextualidade em *carta ao editor* se considerarmos que o referido gênero possui um caráter eminentemente dialógico (cf. Bakhtin, 2000), quer dizer, uma carta ao editor nasce como resposta direta a outro texto da mesma cadeia de gênero<sup>9</sup>. Todas as cartas publicadas pela revista estão necessariamente atreladas a um artigo, reportagem, entrevista, entre outros, publicados em edições anteriores. Assim, a *carta ao editor* estabelece um

---

<sup>9</sup> Fairclough (2003) chama de cadeia de gênero o conjunto de textos que são regularmente articulados, envolvendo transformações sistemáticas de gênero para gênero (por exemplo, documentos oficiais, reportagens na imprensa ou televisão).

diálogo com o texto a que se refere, e esse diálogo é marcado por formas de intertextualidade particulares, o que chamamos de formas de remissão.

Na análise do *corpus* adotado, encontramos as seguintes formas de remissão ao texto-base: pressuposição, negação, ironia, alusão ao tema, referência ao título, excerto e paráfrase. No que diz respeito ao fenômeno da intertextualidade, argumentamos, apoiando-nos em Fairclough (2001), que as formas de remissão supracitadas ajudam a delimitar o gênero *cartas ao editor* – na dimensão da prática discursiva – se vistas em composição com os outros aspectos, estudados acima. Fazemos a ressalva de que as referidas formas de remissão só ajudam nessa delimitação se foram tomadas em seu conjunto. Por exemplo, a paráfrase é uma forma de remissão encontrada em outros gêneros, assim como o excerto, pelo que não elucida nada quanto ao gênero cartas ao editor se tomada isoladamente. Dito isto, podemos falar mais pormenorizadamente sobre a relação da intertextualidade com o gênero *carta ao editor*.

Apesar de Bakhtin (2000) afirmar que todo enunciado possui caráter dialógico, visto que nasce de outros enunciados, devemos argumentar que o gênero *carta ao editor* encontra no dialogismo um dos seus traços mais marcantes, pois qualquer carta enviada à redação da revista *Newsweek* a fim de ser publicada na seção *Letters* constitui-se em uma resposta direta a um texto anterior, publicado na mesma revista. Podemos perceber que o enunciado de um poema, por exemplo, ainda que tenha sua gênese em outro enunciado, não possui, necessariamente, essa relação direta com um texto determinado. Na *carta ao editor*, diferentemente, percebemos claramente o referido traço responsivo, pois, além de tudo, configura-se como resposta a outro texto da mesma cadeia de gênero, ou seja, um texto jornalístico. Além disso, as cartas enviadas à redação configuram a possibilidade de quebra da unilateralidade da referida cadeia, pois, como sabemos, elas, ao mesmo tempo que elogiam, criticam, corrigem, também têm a função de oferecer à publicação uma espécie de *feedback* do comportamento adotado perante seu público leitor, pois, como sabemos, órgãos da comunicação escrita e televisionada são formadores de opinião. Sendo assim, as mencionadas cartas funcionam como

fator de equilíbrio. Por outro lado, dado o pequeno espaço destinado às cartas, podemos inferir que esse equilíbrio fica, de antemão, comprometido, uma vez que o restante do suporte é reservado à publicação.

Aqui, chamamos a atenção para a afirmação de Swales (1990), que diz ser a nomenclatura para gêneros de uma determinada comunidade de discurso uma fonte importante de percepção. Assim, o nome “carta ao editor” tem muita a revelar sobre o gênero que denomina. Em primeiro lugar, literalmente, trata-se de uma carta enviada ao editor de uma revista ou jornal, o que aponta para seu traço dialógico. Vale dizer ainda, a carta é enviada ao editor, e não especificamente ao indivíduo que ocupada o referido cargo. O editor de uma publicação tem, entre outras, a função de coordenar os trabalhos e de selecionar o que deve ser publicado, de acordo com a linha editorial da publicação. Nesse sentido, podemos dizer que, em última análise, é de sua responsabilidade a tarefa de evitar matérias que possam comprometer o nome da publicação, o que justifica que os leitores escrevam para ele não só para apontar algum equívoco cometido, criticando, mas também para dizer que a publicação está seguindo o caminho correto, elogiando, portanto.

Mas a interpelação feita pelo leitor-missivista, *a priori*, dirigida ao editor, acontece através de alguma forma de intertexto, ainda que tal intertexto não possa ser imediatamente identificado na carta. As modalidades de remissão ao texto-base por parte do leitor-missivista são por nós chamadas de formas de remissão. Queremos crer que tais formas de remissão, em seu conjunto, imprimem ao gênero *carta ao editor* um caráter particular. Mas é preciso observar que, conforme expressa Bakhtin (1986:148), “o erro fundamental dos pesquisadores que já se debruçaram sobre as formas de transmissão do discurso de outrem, é tê-lo sistematicamente divorciado do contexto narrativo”. Neste sentido, só é possível entender a intertextualidade como componente revelador das feições do gênero *carta ao editor*, se procurarmos entender como a recepção consciente dos enunciados se processa nas cartas.

Apoiando-nos nas concepções do citado lingüista russo, podemos dizer que a intertextualidade em *carta ao editor* deve se articular com todos os

outros elementos compreendidos dentro da concepção tridimensional do discurso, trazida à tona por Fairclough (2001): texto, prática discursiva e prática social. Lembrando que nos detivemos apenas na prática discursiva, deixando de lado os estudos concernentes ao texto e à prática social.

Assim, no que se refere à esfera da prática discursiva, podemos entender a heterogeneidade mostrada (para Fairclough, intertextualidade manifesta) como o intertexto que, tendo sido incorporado dentro de um enunciado, provoca uma reorganização deste, de modo que esse enunciado se retextualiza a fim de acomodar o discurso alheio. No gênero *carta ao editor*, essa retextualização é fruto de uma acomodação em vários níveis; no entanto, por razões já expressas, focalizaremos apenas o nível da prática discursiva. Assim, queremos nos reportar à forma como o gênero em tela se articula dentro da cadeia de gênero em que se insere – o texto jornalístico. Dentro dessa perspectiva, a intertextualidade existente no gênero e sua conseqüente acomodação dentro do enunciado obedecem a fatores como: o suporte, o canal, o enunciador (sua posição social e seus propósitos comunicativos), o co-enunciador (sua posição social), a cadeia de gênero em que se insere o gênero, de forma que o estudo das implicações da intertextualidade dentro de dado gênero se torna bastante complexa. Por conta dessa complexidade é que deixamos a exploração de algumas dessas implicações para a próxima seção, oportunidade em que trataremos especificamente do fenômeno da heterogeneidade mostrada, com as conseqüentes reflexões relacionadas ao gênero que hora estudamos.

Em linhas gerais, podemos dizer que, no que se refere ao fenômeno da intertextualidade e do dialogismo, a *carta ao editor* apresenta características que não são compartilhadas em sua totalidade com outros gêneros, inclusive com os que pertencem à mesma cadeia de gênero. Como exemplo, podemos citar a relação direta entre o texto-base (artigo, entrevista, reportagem) e a carta ao editor (elaborada como resposta ao texto-base). Pois, no primeiro caso, a manifestação da intertextualidade se dá diferentemente do segundo, muito embora pertençam à mesma cadeia de gênero.

Em síntese, podemos entender o gênero do discurso *carta ao editor*, como possuidor de um desenvolvimento histórico que é consequência do surgimento da burguesia, a qual trouxe consigo a noção de indivíduo (tal como é propagada no Ocidente), a noção de democracia burguesa (com a consequente noção de livre expressão), o sistema capitalista (e a noção de livre iniciativa), o princípio da falibilidade, entre outros.

Na esfera da prática discursiva, trata-se de um gênero com: um traço marcadamente dialógico, um suporte, um canal, um sujeito enunciador, um sujeito co-enunciador, ao mesmo tempo em que realiza a intertextualidade de uma forma característica, de modo a fazer remissão ao texto com o qual dialoga. Todas essas características, se vistas em conjunto, tornam *carta ao editor* um gênero com fronteiras claramente delimitadas. A esse propósito, não podemos deixar de mencionar que o suporte e o canal aqui mencionados são fornecidos pela revista *Newsweek*, a qual possui um comportamento editorial próprio, ao mesmo tempo em que tem alcance internacional, favorecido não só pela posição que os Estados Unidos (seu país de origem) têm no mundo, mas também pelo *status* de língua internacional que possui a língua inglesa. Neste sentido, o gênero aqui estudado também deve ser visto pelo prisma da sua realização em um contexto internacional, pois, como vimos, as cartas ao editor aqui estudadas são provenientes de todos os continentes do mundo. O contexto em que se insere o gênero *carta ao editor*, olhado pelo seu alcance internacional, prova que um gênero evolui de acordo com as necessidades interacionais que o põem em prática. Sintomaticamente, não esperamos encontrar tal gênero em uma sociedade em que a liberdade de expressão tenha sido cerceada, embora possamos encontrar outros gêneros da mesma cadeia de gênero.

### **3.2. Intertextualidade e dialogismo no gênero *carta ao editor***

O objetivo da presente seção é analisar a heterogeneidade e o dialogismo em 122 cartas coletadas da revista *Newsweek* no período

compreendido entre julho a dezembro de 2002<sup>10</sup>. Aqui, é central entender não só como o leitor-missivista faz remissão ao texto a que sua carta se refere, mas também o porquê da forma de remissão escolhida. Neste sentido, apesar de o caráter intertextual e o dialógico fazerem parte de qualquer enunciado (Bakhtin, 2000; Maingueneau, 1997), pretendemos estudá-los em suas formas de manifestação mais específicas – a heterogeneidade mostrada e o dialogismo circunscritos à relação direta entre o texto-base (artigo, reportagem da revista) e a carta a ele correspondente. Com esse propósito em mente, detectamos as seguintes formas de remissão ao texto-base, feitas pelos leitores-missivistas do referido *corpus*: pressuposição, negação, ironia, referência ao título, alusão ao tema, paráfrase e excerto<sup>11</sup>.

Foram feitas algumas adaptações a partir da fundamentação teórica. Desse modo, nem todas as formas de heterogeneidade expostas no capítulo teórico foram aproveitadas para essa análise, uma vez que a heterogeneidade em *carta ao editor* mostrou peculiaridades, de certa forma, inusitadas, como é o caso, por exemplo, da referência ao título.

Ao lado da análise da forma de remissão e do seu porquê, pretendemos descobrir que relações essas formas de heterogeneidade tão específicas guardam com as características do gênero discursivo *carta ao editor* e com o sujeito do discurso (estudado na seção que segue). Para uma vista panorâmica da heterogeneidade no *corpus* escolhido, vejamos a tabela de número 3:

---

<sup>10</sup> Esse período foi marcado pela existência de diversos conflitos como a invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos, o conflito entre Rússia e Chechênia, os preparativos para a invasão do Iraque, o conflito entre Índia e Paquistão, entre outros.

<sup>11</sup> O que aqui se chama de excerto corresponde às “palavras entre aspas” na fundamentação teórica adotada.

**Tabela 3: intertextualidade com texto original**

tipo de intertextualidade	N°	%
paráfrase	23	18,9
referência ao título	19	15,6
excerto	20	16,4
alusão ao tema	12	9,8
negação	13	10,7
pressuposição	33	27,0
ironia	2	1,6
Total	122	100,0

Como podemos observar, a forma mais comum de remissão com o texto-base é a pressuposição (33/122 ou 27,0%), seguida pela paráfrase (23/122 ou 18,9%). A forma de heterogeneidade menos utilizada é a ironia (2/122 ou 1,6%).

Para efeito de análise, as cartas serão estudadas de uma forma representativa. Em outras palavras, serão tomados um ou dois exemplos de cada forma de heterogeneidade a fim de se levar a termo a finalidade desta seção. Começaremos pela forma de remissão menos utilizada pelos leitores-missivistas. Seguindo essa direção, iremos da forma menos utilizada para a mais utilizada. Sendo assim, começaremos por analisar a ironia como forma de remissão.

### **3.2.1. As formas de remissão nas cartas ao editor de *Newsweek***

#### **3.2.1.1. A ironia**

A forma de intertextualidade chamada ironia se caracteriza pela presença de um enunciado que não é assumido pelo enunciador, em parte ou em sua totalidade, no momento da enunciação. Neste caso o enunciador procura criar um efeito de surpreender seu interlocutor, pois o enunciado se apresenta como um ponto de vista insustentável e atribuível a uma outra personagem. Trata-se de uma forma de heterogeneidade mostrada bastante complexa que vem sendo alvo de reflexão desde a origem da Filosofia (cf. Maingueneau & Charaudeau, 2004). A primeira carta em que reconhecemos a

presença da ironia como forma de remissão é a carta de número 39, transcrita a seguir:

(39) THE UNITED STATES IS TOTALLY JUSTIFIED in targeting a rogue Middle Eastern country that has weapons of mass destruction, invades its neighbors, defies U.N. resolutions and international laws, and oppresses and terrorizes minorities and opponents to its regime. The country I'm thinking of is Israel: it has nuclear weapons, has invaded Egypt, Syria, Jordan and Lebanon, has consistently defied all U.N. resolutions pertaining to it and inflicts the worst kinds of terror on its Arab population. We should go and effect a regime change in Israel whether it accepts weapons inspectors or not.

ALI MILI

NEWARK, NEW JERSEY

Nessa carta o leitor-missivista diz que “os Estados Unidos estão corretos em invadir um país vagabundo do Oriente Médio que tem armas de destruição em massa, invade os seus vizinhos, desafia as leis das Nações Unidas, oprime e aterroriza as minorias e oponentes do seu regime”, para depois dizer que o país a que está se referindo é Israel. A ironia aqui está no fato de utilizar todos os atributos que os Estados Unidos utilizam para definir o Iraque. Depois, o autor da carta quebra a expectativa do leitor dizendo que se refere a Israel.

A decisão de utilizar a ironia como forma de remissão alcança aqui um efeito um tanto incomum, demonstrando ser um meio eficiente de argumentação. Considerando que o espaço destinado ao leitor-missivista é bastante pequeno, comparado com o espaço de que dispõe o articulista, a referida forma de remissão cumpre mais de um papel: 1) utilizar um mínimo de espaço com o máximo de eficiência, ao demonstrar que Israel se enquadra perfeitamente dentro dos atributos e argumentos utilizados pelos Estados Unidos para invadir o Iraque; 2) mostrar a contradição e a parcialidade dos argumentos americanos para justificar a invasão ao Iraque.

Chamamos a atenção para o modo como a estratégia remissiva utilizada se mostra eficiente no sentido de criar no leitor certa expectativa para depois quebrá-la de uma forma surpreendente. Se, no início, o leitor não percebe a contradição, a tomada de consciência do contra-senso ocorre de forma quase que imediata, pois as primeiras frases da carta o levam a pensar

que o seu autor se posiciona a favor dos argumentos americanos, para depois mostrar, implicitamente, que esses argumentos não estão sendo aplicados a Israel. É importante destacar que, na missiva, o leitor não diz que o Iraque não se enquadra nos referidos atributos, querendo, talvez, mostrar que os Estados Unidos não aplicam os mesmos critérios de avaliação a todos, o que leva a concluir que as razões verdadeiras para a invasão do Iraque são outras.

O principal argumento utilizado para justificar a invasão dos Estados Unidos ao Iraque – ter armas de destruição em massa – provou ser falso, hoje sabemos. Paralelamente, Israel é o país mais fortemente armado do Oriente Médio, o que prova a força da argumentação do leitor-missivista da carta 39.

É interessante observar que não nos sentimos autorizados a usar a ironia em situações formais de interação social em que se estabelece uma relação de confiança e respeito mútuo entre, pelo menos, dois interlocutores. No entanto, o uso da ironia está associado a situações em que possivelmente essa relação de confiança e de respeito foi quebrada. A lei da sinceridade não está sendo cumprida e para demonstrar isso, o interlocutor irônico passa a usar da mesma insinceridade, ao mesmo tempo em que deixa claro que não está sendo sincero, pelo “absurdo” do diz, muitas vezes utilizando-se de recursos supra-segmentais reconhecidamente reveladores do comportamento irônico. Na carta em análise, como sabemos, o seu autor não pode lançar mão desses recursos. Consegue ser irônico ao incorporar o discurso do seu interlocutor para depois aplicá-lo ao objeto “errado”. Talvez por apontar de uma forma tão contundente para o interlocutor como descumpridor da lei da sinceridade é que a ironia seja um recurso pouco utilizado em gêneros cujas características estejam ligadas à noção de democracia e liberdade de expressão, como é o caso de *carta ao editor*, pois ao ser irônico, o enunciador mostra que na verdade o seu interlocutor não quer ouvi-lo, indicando, conseqüentemente, o quão anti-democrático é o discurso do outro, especialmente quando o outro se arvora de democrático. Adotando um comportamento irônico, o locutor da carta aponta para o fato de que o seu co-enunciador não merece crédito.

A carta de número 71 também apresenta a ironia como forma de remissão, embora a referida forma de heterogeneidade mostrada se realize de

maneira diferente da carta 39. Na carta 71, a remissão irônica aparece somente no final, pois todo o restante do conteúdo da missiva se refere às características negativas do governo de Saddam Hussein. Ao longo de quase toda a exposição dessas características negativas, o missivista dá a entender que se alinha com a abordagem política de Bush, para no final mostrar que o presidente americano não tem razão para condenar o governo iraquiano, uma vez que ambos compartilham características similares. O que há de irônico na carta é a forma como o leitor missivista mostra essas similaridades com o uso da palavra *so* nas duas últimas sentenças: Leiamos a carta:

(71) SINCE SADDAM SEIZED POWER WITHOUT any democratic mandate, his nation has suffered economic decline and become contemptible in the eyes of the world due to his bellicosity and unilateralist disdain for environment and the United Nations. At the same time, his weapons of mass destruction strike fear in our hearts. And he and his cronies have grown rich by corrupt dealings in oil and other industries. Why does Bush hate him so? They have so much in common.

DAVID IRBY  
DINGLE, IRELAND

Nesse caso, o locutor assume o conteúdo da enunciação, mas há uma discordância da atitude esperada para essa situação, o que provoca um efeito de choque sobre o leitor comum, especialmente sobre aqueles que se mostram a favor das atitudes do chefe do Estado americano.

### 3.2.1.2. A negação

A próxima carta, a de número 16, apresenta como forma de remissão ao texto-base, a negação – uma das possibilidades da heterogeneidade mostrada. Essa forma de heterogeneidade parte da idéia (cf. Maingueneau, 1997) de que é preciso distinguir em um enunciado negativo duas proposições, a saber, uma proposição primeira e uma outra que a nega. A propósito, o leitor-missivista inicia a carta com a seguinte pergunta: “Sharanky acredita em democracia para o Oriente Médio?”, para, ao longo da missiva, provar que isso não é verdade. A transcrição da carta ilustra o que queremos dizer:

(16) SHARANKY BELIEVES IN DEMOCRACY FOR the Middle East? Recently, Dori Gold, an Israeli minister, spoke on the BBC. A reason he gave for not allowing Muslim refugees to return to their homes, in what is now Israel, was that there would no longer be a Jewish majority. Like Israel's former apartheid friends in South Africa and like

Slobodan Milosevic, Israel's policy seems to be: after we have completed our ethnic cleansing, we'll introduce democracy.

BRIAN HOLLAND

KOBLENZ, GERMANY

Ao decompor a carta, podemos observar que ela é marcada pela presença de três partes distintas. A primeira carrega a remissão ao texto-base. A segunda procura mostrar por que a primeira não é verdadeira. E a terceira traz um julgamento que reforça a negação feita na segunda parte. O autor da carta nega a primeira proposição oferecendo as evidências que provam que Sharanky não acredita em democracia. Mas se Sharanky não acredita em democracia, deve ter algum motivo. O motivo é oferecido pelo autor da carta, ainda que não conclusivamente, quando afirma que Sharanky tenciona primeiramente fazer uma limpeza étnica, para depois introduzir a “democracia” na região.

A forma que o leitor-missivista encontrou de incorporar o intertexto foi utilizar-se do recurso da interrogação sobre a afirmação feita no intertexto. Assim, o intertexto, a princípio estranho às convicções do autor da carta, aparece perfeitamente encaixado ao enunciado na carta. Até onde podemos ver, o conteúdo da carta é construído em torno da negação feita à pergunta posta pelo leitor-missivista. O autor da carta concentrou todos os seus esforços argumentativos em provar que Sharanky não acredita em democracia, pelo que podemos concluir que a referida missiva possui um único tema, cuja progressão depende da forma de heterogeneidade utilizada pelo seu autor.

O gênero discursivo cartas ao editor possui como uma de suas características um curto espaço físico destinado à sua realização. Para ser efetivo, o leitor-missivista não pode perder de vista esse fato. Isso nos leva a pensar que as formas de heterogeneidade mostrada escolhidas pelos leitores-missivistas devem estar articuladas com esse tipo de limitação— a carência de espaço físico. Não dispondo de muito espaço, o leitor deve tomar uma série de decisões a fim de construir um enunciado que se mostre capaz de alcançar seu propósito. Pudemos observar essa relação nas cartas analisadas até aqui. Mas

será isso verdadeiro para a heterogeneidade mostrada que denominamos alusão ao tema?

### 3.2.1.3. A alusão ao tema

Em alguns casos, o leitor-missivista faz referência explícita ao tema abordado pelo artigo que deu origem à carta, sem utilizar-se de outras formas de heterogeneidade para se referir ao texto-base. Trata-se de uma forma de heterogeneidade que aponta para o geral, ao invés de apontar para o particular, como é o caso de outras formas de heterogeneidade mostrada. A carta de número 48 é um bom exemplo dessa forma de heterogeneidade. Vejamos:

(48) AS AN ORTHODOX CHRISTIAN, I'M SADENED by the conflict between some members of my faith and those of other faiths over various church building and religious sites as well as control over who gets first dibs on the mission field in the former Soviet Union. Unfortunately, emotionally charge and rationalized pride seems to cause politics, culture and religion to get frequently bound up in conflicts over place. The temptation to use the tools politicians use to manage temporal states should be avoided by religious leaders, whose interest must be in providing spiritual guidance. As you said, the Orthodox faithful have no reason to fear the pope or any other faith. The traditions our church has maintained for 2,000 years require so supplementary support from political states or cross-wearing, patriotic, nationalists thugs. What attracts people is the truth revealed and lived in a faith, not ethnicity or the financial and political backing of religious leaders. True religion transcends state affairs and politics of place.

Loren Bundt  
TOKYO, JAPAN

Nessa carta, o leitor-missivista faz referência direta ao tema do conflito entre religiões na Rússia, para em seguida argumentar acerca do que pode ser a causa da forma incorreta usada pelos religiosos para abordar a religião. O que chama atenção aqui é o fato de o leitor-missivista se posicionar de uma forma bastante geral ao eleger os argumentos, sem descer ao plano da especificidade, mas detendo-se em procurar demonstrar as razões mais profundas para um comportamento reprovável como o mencionado no texto-base. Os dois textos dialogantes, aqui, se tocam concretamente na forma de remissão, ou seja, os dois textos se cruzam na temática. O intertexto é

incorporado através da menção da sua temática. Como podemos ver, a estratégia de remissão utilizada, harmoniza-se com a forma da abordagem da temática. Da mesma forma que a remissão aponta para algo geral, a abordagem da temática também é feita nesse plano. No final, o leitor afirma: “True religion transcends state affairs and politics of place” (A religião verdadeira transcende os assuntos do Estado e as políticas locais), colocando a religião como algo que está além das intrigas humanas.

#### **3.2.1.4. A referência ao título**

A forma de remissão na carta 65 é a que chamamos de referência ao título. Nessa forma de remissão, o leitor-missivista elege como estratégia para retomar o texto-base referir-se ao título do artigo que motivou a escritura da sua carta. Portanto, o leitor só toma conhecimento de que o leitor-missivista está se referindo a determinado artigo ou reportagem pela transcrição literal do seu título. A carta de número 65 ilustra bem o que estamos querendo mostrar. Vejamos:

(65) IN “RUMSFELD’S WAR” (U.S. AFFAIRS, SEPT. 16), I was surprised that you failed to mention that Donald Rumsfeld traveled to Iraq in 1983 as President Ronald Reagan’s special letter from Reagan to Saddam Hussein offering American help to Iraq. This was the start of a seven-year alliance between two countries, which helped Iraq to become such a powerful American ally in the Middle East. This was also when Saddam was using chemical weapons on his own people – and that was conveniently ignored by the United States then.

PADDY MEYLER  
ASHFORD, IRELAND

Nessa carta, o leitor-missivista coloca em primeiro plano o título do artigo a que se reporta ao longo da missiva: “In ‘Rumsfeld’s War’” (Em “Guerra de Rumsfeld”), para logo em seguida dizer que ficou surpreso pelo articulista ter esquecido de mencionar que Donald Rumsfeld viajou para o Iraque em 1983 como emissário especial de Reagan a fim de oferecer a ajuda americana ao Iraque.

Observamos que o título do artigo é bastante revelador acerca do que vai ser abordado. A natureza denotativa do título dado ao artigo facilita a

sua incorporação como intertexto no enunciado do leitor. De fato, o artigo fala sobre as intenções de Donald Rumsfeld, uma vez investido do cargo de Secretário de Defesa dos Estados Unidos, em invadir o Iraque.

A utilização da forma de remissão da carta 65 remete, como na missiva anterior, à maneira como esse leitor-missivista aborda a temática. Ele mostra a contradição por parte da atitude entusiasmada do secretário de defesa norte-americano em advogar a invasão ao país do Oriente Médio, em relação ao seu passado político como emissário do Presidente Reagan no Iraque.

Podemos dizer que a forma de remissão da missiva 65 tende a alargar o tratamento da temática – conflito Estados Unidos-Iraque. Na prática, é o que realmente ocorre, pois o autor da carta, embora ofereça evidências concretas para sua argumentação, chama a atenção do leitor comum para um fato que foi omitido no texto-base e que não é do conhecimento de considerável parte dos leitores, mas que merece ser abordado na carta. O fato apresentado pelo leitor-missivista serve para mostrar a contradição dessa guerra entre países que foram aliados num passado recente.

Lembramos também que a forma de remissão é uma escolha exclusiva do autor da carta, ainda que essa escolha deva estar em consonância com o domínio que o autor do enunciado tem do gênero que deseja utilizar. Neste sentido, é razoável afirmar que essa escolha deve se harmonizar com o conjunto de estratégias enunciativas inscritas na totalidade do enunciado. Tais estratégias enunciativas, por sua vez, têm como espinha dorsal os propósitos a serem alcançados.

### **3.2.1.5. O excerto**

A próxima forma de remissão que analisaremos é o que chamamos de excerto. Preferimos utilizar o termo excerto em vez do termo utilizado na fundamentação teórica sobre a qual nos apoiamos. A razão de nossa escolha é que o termo “palavras entre aspas” se mostra um tanto vago para os nossos propósitos, já que, conforme explicado, a heterogeneidade que estudamos aqui

é bastante específica para o gênero em apreciação. Existem palavras entre aspas que não são a concretização de uma forma de remissão como a que estudamos na presente seção. Assim, o termo excerto nos parece menos passivo de dubiedades.

A carta de número 03 é um exemplo de excerto que utilizaremos aqui para demonstrar como essa forma de remissão ao texto-base ocorre. Para isso, transcrevemos a carta:

(03) HAARETZ COLUMNIST ARI SHAVIT MUST believe he is talking to morons when he says his countrymen tried “everything,” and “what’s left?” What’s left is the only thing that will bring peace to the region and has never been tried by Israelis: leaving the occupied territories, including East Jerusalem, and taking their settlements back with them.

ANDRES T.STEPKOWSKI  
SANTA CRUZ, BOLIVIA

A carta de número 03, transcrita acima, é uma resposta ao artigo intitulado “Cold Blue Israel”, publicado na *Newsweek*, edição de 1º de julho de 2002, assinado pelo colunista Joshua Hammer. O leitor-missivista dessa carta começa por dizer que Ari Shavit, colunista do jornal israelense Haaretz, deve pensar que está se dirigindo a idiotas quando diz que seus compatriotas tentaram “tudo” (*everything*), e “o que restou?” (*what’s left?*). Devemos observar que as palavras entre aspas acima também são excertos no artigo da revista, assim como na carta dirigida à *Newsweek*. Em outras palavras, o leitor-missivista fez referência direta ao texto do jornalista israelense via artigo da revista *Newsweek*.

À primeira vista, podemos pensar que o período inicial da carta se constitui como outra forma de remissão, menos direta. No entanto, uma leitura atenta mostra que esse período é uma conclusão feita antecipadamente ao problema levantado pelo missivista com a concorrência dos dois excertos. Implicitamente, o período mencionado aponta para a desonestidade do articulista israelense, pois este, conforme o autor da missiva, parece subestimar o poder de interpretação dos leitores do outro lado do conflito.

Antes de qualquer interpretação, é válido dizer, conforme Bakhtin (1986), que quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas serão suas fronteiras. Esse raciocínio se aplica muito bem quando a forma de remissão é o excerto. Tal forma de remissão possui fronteiras nitidamente delimitadas em relação ao texto no qual está encaixada. Como intertexto, o excerto é o que se apresenta mais visível aos olhos do leitor comum.

A escolha do excerto como forma de remissão nessa carta também nos faz pensar sobre as estratégias argumentativas montadas pelo leitor-missivista a fim de atingir seus objetivos. A missiva em questão tem natureza depreciativa, pelo que se conclui que o seu teor é fortemente argumentativo, uma vez que o leitor deseja fazer valer sua tese, contrária ao que foi dito no artigo do jornal israelense. Neste sentido, podemos tentar entender o porquê da escolha do excerto como forma de remissão.

Como temos procurado demonstrar, a escolha da forma de remissão está proximamente relacionada à forma de abordagem da temática do texto. Por sua vez, a forma de abordagem da temática aponta para elementos que, no contexto, repousam em elementos da esfera social. É oportuno mostrar aqui que podemos agrupar as formas de remissão, estudadas na presente seção, em duas classes distintas. Na primeira classe, colocamos as formas de remissão que concorrem para uma abordagem mais geral da temática. Na segunda classe, colocamos as formas de remissão que apontam para uma abordagem mais particular da temática.

No caso do excerto como forma de remissão, podemos perceber que a referida forma impõe uma abordagem mais particular da temática. O que dizemos pode ser corroborado pela leitura da carta 03. O uso do excerto leva a uma abordagem mais particular da temática – o conflito Israel-Palestina. De fato, o leitor-missivista faz o texto progredir de uma forma objetiva, pois as palavras utilizadas - “tudo” e “o que restou?” – ajudam a traçar as linhas argumentativas do teor responsivo da carta. Melhor dizendo, é em torno dos dois excertos veiculados na carta que o leitor constrói sua argumentação (carregada de reproche). No final da missiva, o leitor, de forma objetiva, mostra

a solução do problema: Israel deve deixar os territórios ocupados, inclusive a parte oriental de Jerusalém.

Corroborando o que temos afirmado em relação à escolha da forma de remissão, a argumentação na carta de número 03 é feita de forma objetiva, uma vez que a escolha da remissão impõe um tratamento objetivo da temática abordada na missiva. A propósito, não estamos propensos a pensar que a curta extensão do texto em análise não apresente relação com o recorte feito por seu autor na temática desenvolvida no texto-base. Em outras palavras, a forma como a argumentação se desenvolve depende da escolha da forma de remissão; essa sintonia entre forma de remissão e desenvolvimento da argumentação exerce influência sobre a extensão do texto. Contudo, ainda não podemos afirmar conclusivamente que tal influência seja constante. Ou seja, não podemos garantir que o tamanho do texto seja uma função da forma de remissão, mas podemos dizer que existe uma tendência nesse sentido. É razoável dizer, no entanto, que a forma de remissão excerto é delineadamente um recorte que impõe um tratamento objetivo da argumentação, principalmente quando o enunciador possui as competências necessárias à produção do enunciado.

A carta de número 66 também foi classificada por nós como excerto, no que diz respeito à forma de remissão. Trata-se de um exemplo muito interessante, pois o que o leitor-missivista usa como excerto é o próprio título do artigo a que se refere a carta. Para uma melhor visualização, apresentamos a referida missiva transcrita abaixo:

(66) I THINK WE SHOULD LET "RUMSFELD'S War" remain within the confines of fiction. For me, his gung-ho impatience brings to mind a Japanese verse about the brutal Nobunaga, the subtle Hideyoshi and the calculating leasy. What if the bird will not sing? Nobunaga answers, "kill it!" Hideyoshi answers, "Make it want to sing." leasy answers, "Wait." The United states should do the same and save us an appointment with disaster.

Michael G. Driver  
MICHIHARA CITY, JAPAN

A razão dessa classificação está na forma como o leitor-missivista utilizou o título, pois este não é apresentado como tal na carta 66. O autor da

missiva não apresenta marcas lingüísticas que evidenciem a utilização de “Rumsfeld War” como título, como é o caso da carta 65: “In ‘Rumsfeld War’”, em que o uso da preposição *in* deixa claro que o autor da carta se refere ao artigo como um todo. As diferenças entre as formas de remissão das cartas 65 e 66 podem ser vistas na maneira como os dois textos progridem. Na referência ao título, a progressão aponta para um alargamento da argumentação com todas as implicações de algo que está fora do texto – um dado histórico revelador –, enquanto que, no excerto da carta 66, percebemos um estreitamento do alcance da argumentação – quer dizer, a argumentação se restringe a mostrar por que a guerra deve se manter no universo da ficção.

Resta-nos observar que, na carta 66, há outras palavras entre aspas que não são formas de remissão ao artigo da revista *Newsweek* a que a carta se refere. São formas de heterogeneidade mostrada que estão ligadas à enciclopédia do leitor-missivista, razão pela qual não nos interessam no momento.

### 3.2.1.6. A parafrasegem

A segunda forma de remissão mais utilizada pelos leitores-missivistas no *corpus* aqui estudado é a parafrasegem. É oportuno lembrar que a parafrasegem se constitui no ato de parafrasear determinado enunciado. A paráfrase se caracteriza, como procuramos aclarar em nossa fundamentação teórica, pela relação de equivalência entre dois enunciados.

Os dados estatísticos expostos na tabela 3 mostram que a paráfrase, enquanto forma de remissão, vem em segundo lugar na preferência dos leitores-missivistas inscritos no *corpus* que ora estudamos. Antes de procedermos à análise da paráfrase, convém distinguir, previamente, esse tipo de remissão do tipo referência ao título. Transcrevemos abaixo a carta de número 18 que é um bom exemplo do que desejamos aclarar:

(18) YOUR COVER STORY ON WORLD TOURISM AND TRAVEL ("The Future Of Travel," July 22/July 29) strikes a dynamic and creative tension between the awesome responsibility of environmental stewardship and the pressing demands of tourism and economic development, which can be so powerful in severing the bonds of poverty in the developing world. In a balanced manner, you elucidated the growing emergence of travel and communication across divides of race,

ethnicity, culture and belief. Thanks for a geojournalistic survey that is well done, tasteful and an important contribution to the global village at the dawn of the 21st century.

Dave Morse  
YOKOHAMA, JAPAN

Podemos perceber que o leitor-missivista da carta transcrita acima também menciona o título do artigo a que se refere a missiva; no entanto, coloca-o entre parênteses. Quando classificamos dada forma de remissão como referência ao título, queremos significar que essa é a única forma que o leitor missivista utilizou para reportar-se ao texto-base. No exemplo acima, classificamos a forma de remissão ao texto-base como paráfrase pelo fato de a menção do título, e não a referência ao título aparecer subjugada à intenção principal do leitor-missivista de parafrasear o conteúdo do texto-base. A intenção do leitor fica bem clara, neste sentido, quando observamos que a menção do título na carta 18 aparece entre parênteses, ao lado da referência à edição em que o texto-base foi veiculado. Assim, o simples mencionar do título, neste caso, não se configura necessariamente como uma forma de remissão, já que sua função é mais de ajudar o leitor da carta a localizar o texto-base. Tal não é o caso da carta 65, transcrita anteriormente. Nessa carta, percebemos que o leitor-missivista usa a referência ao título como forma de remissão pelo fato de o título, “Rumsfeld’s War”, apresentar um conteúdo semântico mais denotativo do que conotativo, pois todo o conteúdo referente a ele orbita em torno da possível guerra entre Estados Unidos e Iraque, apontando Donald Rumsfeld como um dos seus autores intelectuais. Além do mais, o leitor-missivista não estabelece nenhuma relação de equivalência entre o conteúdo do texto-base e o conteúdo da carta 65; ou seja, o leitor missivista não reformula o artigo, ou parte dele, referido na carta 65.

Usaremos a carta de número 56 para analisarmos a forma de remissão da parafraseagem e suas implicações dentro da heterogeneidade mostrada. Vejamos:

(56) YOU PREDICT THAT IN THE YEAR 2012, thanks to U.S. military help in 2002, Colombia will become another Vietnam (“War Zones of 2012”), this is crystal-ball prediction; it’s not based on facts. The narcoguerrilla who exists in Colombia derives his power from

kidnappings, terrorism and narcotraffic. If the international community does not help Colombia now, in 2012 our country will truly belong to the international narcotraffic mafia, and the whole civilized world will be narcotized.

EDUARDO ROMERO

CALI, COLOMBIA

Nessa carta, como na carta de número dezoito, o título do artigo encontra-se entre parênteses, não se configurando, como explicamos acima, em uma forma de remissão propriamente dita. Queremos argumentar que a forma de remissão utilizada aqui é a paráfrase, pois a carta é iniciada com uma referência a uma asserção feita pelo articulista, de modo que o leitor-missivista o retextualiza, parafraseando-o: “You predict that in the year 2012 (...) Colômbia will become another Vietnam” (Você prediz que no ano de 2012 (...) Colômbia se tornará um outro Vietnam.).

Objetivamente, o que chama a atenção do leitor-missivista dessa carta, no artigo a que remete, é a predição feita acerca da Colômbia, na opinião do leitor, “baseada em bola-de-cristal”. Pela leitura do trecho, parte do artigo “War Zones of 2012”, que se refere à Colômbia, é possível inferir que há a insinuação de que os narcotraficantes na Colômbia gozam da anuência do Estado para suas ações ilegais. Eis por que o autor da carta explica que o poder dos traficantes no mencionado país tem sua origem no terrorismo, atos de seqüestro e narcotráfico. Neste sentido, o leitor dedica o restante de sua missiva à argumentação em torno do que pode ser a solução para o problema.

Mais uma vez, queremos aqui demonstrar que a escolha da forma de remissão está intimamente ligada ao tratamento da temática dado pelo leitor-missivista. Na carta em análise, percebemos que a forma de remissão faz um recorte no enunciado do texto-base, para, em seguida, desenvolver a argumentação que se configura como uma reação ao que foi parafraseado. Como temos dito, há formas de remissão que permitem um tratamento mais abrangente da temática (matéria prima do fio dialógico estabelecido entre a carta e o texto-base). Mas também há formas de remissão que funcionam como um fator restritivo na abordagem da temática. Tal é o caso da paráfrase.

Sendo um recorte retextualizado em torno do qual se estabelecerá a resposta veiculada na carta, a paráfrase impõe à carta a manutenção do estilo do texto-base. Isto condiz com a observação de Lima (2001) quanto ao fato de o estilo das matérias veiculadas pelas revistas figurar de forma recorrente na produção dos leitores. É oportuno salientar que o uso da paráfrase demonstra o quanto o locutor possui domínio do signo a ponto de dizer de outro modo o dito no texto de outrem (cf. Maingueneau 1997), ao mesmo tempo que se caracteriza por certo apagamento dos limites do intertexto no enunciado que o assimila (cf. Bakhtin 1986).

### 3.2.1.7. A pressuposição

A próxima forma de remissão que analisaremos é a pressuposição. Para Ducrot (1987), as pressuposições correspondem a realidades supostas já conhecidas do destinatário; não podem ser afetadas pela negação ou interrogação; e, em princípio, não podem ser anuladas. No *corpus* da presente seção, a pressuposição é a forma de remissão mais utilizada pelos leitores-missivistas, seguida da parafrase.

Elegemos a carta de número 36, transcrita abaixo, para efeito de exemplificação e análise desse fenômeno de heterogeneidade mostrada. Conforme esclarecido em nossa fundamentação teórica, ao fenômeno da pressuposição está subjacente a idéia de que, dentro do enunciado em que existe pressuposição, há sempre o que é pressuposto e o que é posto. Conseqüentemente, há sempre a presença de dois enunciadores.

(36) TO ATTACK WHEN NECESSARY IS BAD enough, but to go to war on an if, a might and a maybe leaves me speechless. And now, eloquent speech writers will make something noble out of this macho militancy.

MICHAEL G. DRIVER

ICHIHARA, JAPAN

O leitor-missivista dessa carta a inicia com uma avaliação sobre a possibilidade de uma guerra entre Estados Unidos e Iraque. Segundo sua avaliação, atacar quando necessário já é suficientemente ruim, porém algo pior acontece quando as razões para fazer a guerra estão marcadas pelo “se”, pelo

“talvez” e pelo “pode ser”, o que em outras palavras significa dizer: sem razões confiáveis. Aqui a forma de remissão é feita pelo posto, que remete ao pressuposto, pois o autor não fornece informações detalhadas sobre o artigo que deu origem a essa missiva. O uso do “se”, do “talvez” e do “pode ser” leva o leitor da carta a procurar reconstruir o texto, pressupondo que os argumentos (pressupostamente em favor da guerra) do texto-base se constroem em torno de possibilidades, dúvidas e condições.

Pela forma genérica com que o autor da carta, através dessa forma de heterogeneidade mostrada, refere-se ao texto base, podemos classificar a aludida forma de remissão como uma abordagem generalizante da temática. Isto pode ser constatado na progressão do texto em análise. O leitor-missivista conclui seu texto dizendo que os redatores de discurso tratarão de tornar o comportamento reprovável (de fazer guerra) em algo que venha a ser aceito como “nobre” (heróico).

Pela leitura dessa missiva, podemos perceber que ela compreende o posto, enquanto que os pressupostos podem ser entrevistados, lidos nas entrelinhas. O primeiro pressuposto é: existem preparativos para uma guerra. O segundo é: os argumentos que justificam o fazer a guerra são construídos em torno de possibilidades, de suposições, e de condições. Neste sentido, o conteúdo da missiva inteira configura-se como o posto, enquanto que os pressupostos devem ser conhecidos pelo destinatário da carta.

A última sentença dessa carta remete o leitor a pensar sobre algo que não foi veiculado em nenhum dos dois enunciados em que foi estabelecido o fio dialógico. O leitor-missivista chama a atenção para a possibilidade de que, no futuro, manipuladores do discurso venham a encontrar meios de fazer com que a situação real (da guerra injustificada) seja revertida para algo aceitável por parte da população, notadamente a população americana.

Sendo a pressuposição a forma de remissão mais utilizada em nosso *corpus*, devemos tentar entender, buscando suporte em Bakhtin (1986), qual o significado de seu uso nas cartas enviadas ao editor da *Newsweek*. A princípio podemos dizer que essa forma de remissão tem o respaldo social necessário

que faz com que os leitores queiram utilizá-las. Mas o elemento social por si só não diz tudo. Devemos entender que o seu uso harmoniza-se com as feições de um gênero que possui características muito próprias, ainda que tentemos entendê-lo com base em aspectos meramente contextuais. Ao usar a referida forma de remissão o leitor-missivista pressupõe que seu leitor tenha lido o artigo a que se refere. Por outro lado, a mencionada forma de remissão aponta para um apagamento ainda muito maior que a paráfrase dos limites do intertexto dentro do enunciado que o incorpora. Podemos ver o intertexto apenas através da análise feita sobre ele pelo o autor da missiva, o que aponta para o quão a temática por ele abordada deve estar introjetada na mente dos interlocutores.

Pela análise das formas de textualidade expostas acima, pudemos perceber que o gênero discursivo *carta ao editor* guarda a característica, talvez a mais importante delas, de ser um gênero dialógico por excelência. Todas as cartas analisadas até agora e as analisadas na seção seguintes nasceram da reação a um texto veiculado anteriormente. Mas, para estabelecer o fio dialógico entre os textos-base e as cartas a eles referentes, torna-se necessário estabelecer alguma forma de remissão que se mostre adequada ao propósito comunicativo do leitor-missivista.

Ao longo da análise, observamos que as formas de remissão não são escolhidas aleatoriamente, mas guardam estreita relação com a maneira como o autor dá progressão a seu texto. Assim, podemos dizer, grosso modo, que existem formas de remissão que permitem uma exploração mais ampla da temática abordada pelos textos dialogantes. De outro lado, existem formas de remissão que só permitem um tratamento mais restrito das temáticas exploradas nesses textos, queremos dizer, onde há marcas textuais mais visíveis no processo argumentativo dentro do texto. Desse modo, podemos estabelecer uma separação entre os que apontam para o alargamento, e os que apontam para a restrição. No primeiro caso colocamos as seguintes formas de remissão: pressuposição, negação, referência ao título, alusão ao tema e ironia; no segundo, o excerto e a paráfrase.

Nas formas de remissão que apontam para o alargamento da abordagem, não podemos identificar na superfície do texto quais são os pontos de convergência ou divergência que motivaram a escritura da carta. Já, no segundo grupo, essa identificação pode ser feita na superfície do texto-base, o que faz com que o autor da carta esteja disposto a se deter especificamente naquilo que foi alvo da paráfrase ou do excerto. Essas características diferentes levam a abordagens diferentes das temáticas, e, conseqüentemente, levam a organizações textuais diferentes.

Sabemos que a paráfrase e o excerto são duas formas de heterogeneidade mostrada amplamente utilizadas em textos que possuem natureza científico e argumentativa, pelo que podemos dizer que essas formas de heterogeneidade nas cartas apontam para esse caráter argumentativo-expositivo do gênero textual em análise. Já as outras formas, a pressuposição, a negação, a alusão ao tema, a referência ao título e a ironia, não são encontradas com tanta freqüência em cadeias textuais que possuem o referido traço, pelo que também podemos dizer que as cartas ao editor se apresentam como um gênero misto: científico, argumentativo e subjetivo. Por esse traço, as cartas ao editor se aproximam de artigos de divulgação científica, tal como analisados por Araújo (2002), que afirma:

este tipo de reverência ao leitor (com o pronome de tratamento você) só foi identificado em textos de divulgação científica, já que permitem esse tipo de envolvimento, diferentemente dos artigos científicos, por exemplo, já que o uso do você (...) causa o efeito de aproximação da enunciação, de subjetividade (2002: 69).

Nesse sentido, consideramos a necessidade de ampliação do *corpus* e de um corte ainda maior no foco da pesquisa a fim de que resultados ainda mais conclusivos possam aparecer.

Vale ressaltar que a escolha da forma de remissão nas cartas é responsabilidade do leitor-missivista, o que nos leva a pensar sobre o papel dessa escolha no tocante ao propósito comunicativo do autor, uma vez que não existe enunciado sem sujeito, por mais que se procure apagar as marcas da subjetividade nos textos de natureza científica, o que não é o caso do gênero *carta ao editor*. Pelo contrário, sendo de natureza eminentemente responsiva, podemos notar a presença ostensiva do sujeito que se manifesta e quer ser

notado como tal, muitas vezes fazendo uso de formas de identificação que apontam para o aspecto puramente transcendente de sua vida.

Se pensarmos em termos de propósitos a serem atingidos, podemos fazer conjecturas que se aproximem da realidade do gênero em questão. O caso da ironia se configura como proveitoso exemplo para esse tipo de análise. Nos dois casos analisados, podemos perceber o quão o efeito criado exerce um papel importante, pois gera uma espécie de epifania no leitor comum, que passa a perceber, se ainda não percebia, implicações de atitudes e posicionamentos teóricos que de outra forma demandaria uma longa argumentação.

Já a pressuposição remete para a questão da familiaridade e do conhecimento que o leitor comum tem com o assunto abordado no texto-base. Neste sentido, a revista presta auxílio a esse leitor, colocando ao lado das cartas a gravura relacionada ao texto referido pelas cartas publicadas naquela edição. A pressuposição vem ao encontro às intuições das Bronckart (2003), que afirma que a realização de um gênero depende de elementos circunstanciais. Cremos que o mesmo pode ser dito a respeito da negação, sendo que essa forma de heterogeneidade permite ao leitor comum recuperar de forma mais eficiente o objeto da remissão.

A alusão ao tema consegue chamar a atenção do leitor comum para o texto como um todo, colocando a atenção desse leitor comum na forma como a temática é tratada e, em outros casos, na relação que a temática tem com outras temáticas, fazendo lembrar que a linguagem se presta a uma forma de interação ainda não detectada em outras formas de inteligência circunscritas ao planeta Terra.

Quanto ao excerto e à paráfrase, já mencionamos que essas formas de heterogeneidade mostrada permitem um delineamento argumentativo do texto de forma que podemos inferir que o propósito central denunciado por essas formas de remissão é o do convencimento que se configura em torno de argumentos supostamente aceitáveis pelo leitor comum.

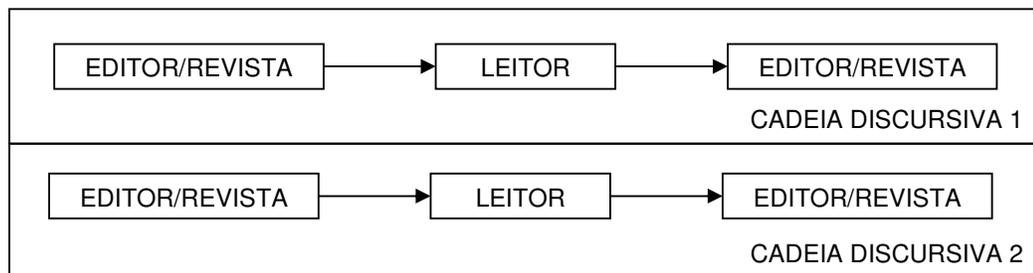
O mesmo não pode ser dito sobre a referência ao título, pois, se a alusão ao tema permite extrapolar os limites do texto-base, a referência ao título aponta para o conteúdo do texto-base em sua totalidade. Devemos lembrar que o título guarda a possibilidade de fazer com que o leitor do enunciado possa lançar uma visão panorâmica sobre o que vai ser lido. Obviamente isso pode não acontecer. Depende da escolha que o enunciador faz, podendo escolher um título que apenas chame a atenção do leitor. Mas, no caso da referência ao título como forma de remissão, identificamos que esse recurso remissivo é utilizado quando a escolha do título estabelece uma relação direta com o conteúdo do enunciado. Vale ressaltar que o título guarda essa ambivalência de ser parte do enunciado, ao mesmo tempo em que chama a atenção sobre ele.

Em poucas palavras, as formas de heterogeneidade mostrada abordadas aqui denunciam o caráter fortemente dialógico do gênero do discurso *carta ao editor*, ao mesmo tempo em que se articulam com os propósitos comunicativos e com os efeitos almejados pelos leitores-missivistas, que, por sua vez, devem possuir a competência genérica necessária a fim de que suas escolhas enunciativas surtam o desejado efeito. A esse propósito, a pressuposição e a paráfrase, como as formas de remissão mais utilizadas nas cartas, sugerem uma tensão entre o uso da argumentação objetiva, e o uso de uma forma de argumentação menos calcada na abordagem objetiva e referencial dos temas. Em todo caso, seguindo de perto Bakhtin (1986), não podemos esquecer que as formas de intertextualidade aqui analisadas devem ser respaldadas pelo meio social em que são utilizadas. Uma prova disso é que o uso da pressuposição se destaca visivelmente na preferência dos leitores-missivistas, pelo menos no *corpus* que estudamos.

Ainda com respeito ao dialogismo, resta-nos falar sobre a interação leitor/editor, que, em nossa pesquisa, investigamos através da variável *resposta do editor*. Analisamos as cartas sugestivas e corretivas e observamos que, para nenhuma delas, não há resposta do editor nas edições subseqüentes à publicação da carta. Tivemos assim, um índice de 100% de ausência de resposta do editor, o que nos leva a questionar a cadeia dialógica entre revista

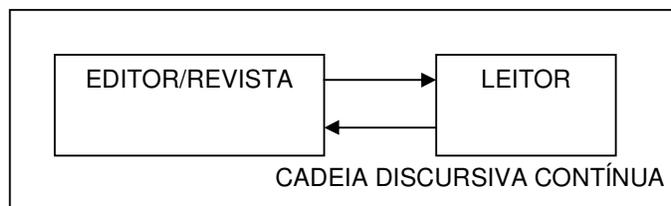
e leitor. A primeira provoca reações do leitor e este responde, constituindo um diálogo. Contudo, este discurso não provoca outro discurso no editor, que não responde, pelo menos explicitamente. Esquemáticamente, podemos ilustrar este circuito como a figura 1 abaixo, em que temos uma cadeia discursiva fechada a cada edição da revista.

**Figura 1: esquema de cadeia discursiva fechada**



Uma genuína cadeia discursiva dialógica poderia ser representada como a figura 2 abaixo em que haveria um fio dialógico contínuo entre editor/revista e leitores, ainda que estes não fossem necessariamente os mesmos sujeitos.

**Figura 2: esquema de cadeia discursiva contínua**



Desse modo, o editor se apresenta como início e fim da cadeia discursiva, pois é de onde tudo parte e para onde tudo vai. Nesse sentido, as cartas ao editor tornam-se, como bem diz Santhiago (2004:2), uma espécie de “concessão ao leitor, administrada em proveito do jornal [ou da revista, em nosso caso], em cujas mensagens o leitor só acidentalmente interfere”.

### **3.3. O sujeito do discurso: o leitor-missivista nas cartas ao editor em *Newsweek***

No gênero *carta ao editor*, um traço marcante é a presença do sujeito, que é dada em *Newsweek* de duas maneiras: primeiro, por imposição da revista, com nome e endereço, de onde se inferirá, para efeitos de análise, a nacionalidade, embora saibamos que nem sempre o endereço nos indicará a nacionalidade do leitor, mas apenas a origem da carta; e, segundo, por imposições discursivas, com alguma alusão do enunciador à sua nacionalidade, profissão, cargo, escolaridade ou experiência de mundo. A análise da primeira identificação permitirá fazer inferências sobre o alcance internacional da revista, bem como relacioná-la com a temática das cartas, a fim de verificar se alguns temas suscitaram mais reações por parte de leitores de determinadas regiões. Já a análise da segunda identificação visa avaliar a sua relevância discursiva e sua relação com o contexto da carta, considerando que é dispensável que o leitor-missivista informe seu nome completo e endereço, pelas regras da política editorial da revista. As próximas subseções tratarão desses tópicos.

#### **3.3.1. A origem dos emissores das cartas**

Analisando os resultados gerais da variável origem da carta, verificamos que os leitores se distribuem com pequenas diferenças estatísticas entre os três grupos: estrangeiro do Primeiro Mundo, estrangeiro do Terceiro Mundo e Nativo, com uma leve tendência a uma maior participação do leitor do Primeiro Mundo (38,6%) e a uma menor participação do leitor nativo (24,6%). A conclusão que salta à vista diante desses dados é o alcance internacional de revista *Newsweek*, que tem entre seus leitores mais estrangeiros (70,5%) que leitores nativos (24,6%). Se a revista possui tal alcance internacional, podemos inferir que aborde predominantemente assuntos de alcance planetário que despertem o interesse de qualquer leitor, independente do lugar em que resida.

Entre os temas abordados, os únicos que diziam respeito principalmente aos Estados Unidos eram captura de franco-atiradores nos Estados Unidos, economia americana, política interna americana, política

externa americana e a imagem dos Estados Unidos nos filmes. Sobre esses dois últimos, nenhum nativo se manifestou. Quanto aos outros temas, o primeiro causou a manifestação principalmente de nativos (66,7%); o segundo tema despertou a atenção de apenas um nativo, e de nenhum outro leitor. O terceiro tema também despertou a atenção apenas de nativos (11/122 cartas). Esses resultados sugerem que o que desperta o interesse do leitor nativo são aqueles artigos que tratam de assuntos internos. Embora tenham pouca participação nas cartas ao editor, em dois assuntos, os nativos mostraram notória participação. Um deles foi a captura de franco-atiradores nos Estados Unidos, 6 cartas, num total de 9, a maioria com o propósito de criticar, tanto o conteúdo relatado, como o tratamento dado ao assunto. O outro assunto foi política interna americana, que teve um total de 11 cartas, todas de nativos, a maioria com o objetivo de criticar.

É interessante que temas relacionados ao terrorismo, tais como guerra contra o terrorismo, terrorismo e o ataque de onze de setembro, provocaram pouca reação nos leitores nativos (2/14 cartas). Isso contraria nossas expectativas, uma vez que nossa análise cobriu um período pós-ataque de 11 de setembro, quando os Estados Unidos pareciam mostrar uma grande preocupação em se defender de novos ataques terroristas.

Conflitos entre países da Ásia e do Oriente Médio causaram reação principalmente em leitores estrangeiros (28/34 cartas). Se considerarmos a imagem negativa que os Estados Unidos apresentavam para o mundo no ano de 2002, seu imenso poderio militar, e a forma com que esse país interfere nos assuntos internacionais, podemos pensar que essa manifestação de leitores estrangeiros é uma forma de contraposição aos possíveis desdobramentos das ações americanas nos outros continentes. Quando relacionamos esses dados à natureza das cartas, vemos que há uma grande predominância de cartas cujo objetivo é criticar o conteúdo relatado ou o tratamento dado ao tema.

A Rússia foi tema de 9 cartas. Sete delas tratavam do episódio que envolveu terroristas chechenos em uma escola na Rússia, sendo que 6 eram de leitores estrangeiros, a maioria do Primeiro Mundo, alguns dos quais procuraram elogiar o tratamento do assunto pela revista. As duas restantes

tratavam da disputa entre religiões na Rússia, e provinham de um leitor do Primeiro Mundo e de um leitor nativo que buscavam acrescentar informações.

Resta-nos falar sobre as seis cartas que chegaram à redação da revista via internet. Sobre estas, não nos cabe analisar a nacionalidade do leitor, uma vez que não foi identificada. Podemos apenas nos referir aqui à propalada globalização que torna cada um, cidadão do Mundo. Diante dessa globalização, desfazem-se os limites nacionais e não há mais estrangeiros ou nativos, todos fazem parte de uma imensa aldeia global e falam a mesma língua, compartilham de idéias semelhantes. Não houve predominância significativa desse tipo de leitor em relação ao assunto: dois se manifestaram com respeito à guerra no Iraque, os quatro restantes estão distribuídos entre quatro temas: conflito entre Israel e Palestina, o ataque de 11 de setembro, sociopolítica internacional e turismo ecológico.

### **3.3.2. A relevância discursiva da identificação do leitor**

Em um universo de 122 cartas, encontramos 19 (15,6%) cartas em que o leitor procura dar alguma forma de identificação, que pode compreender: seu nível de escolaridade, a função que exerce em seu trabalho, sua vivência dentro do tema abordado na carta, sua relação com a revista *Newsweek*, entre outros. No cômputo geral, no universo das 19 cartas em que houve identificação, os leitores estrangeiros foram os que mais se identificaram, (11 cartas ou 57,9%), seguidos pelos leitores nativos, 8 cartas (42,1%). Mas, quando se estabelece a divisão: leitor estrangeiro do Primeiro Mundo, leitor estrangeiro do Terceiro Mundo, leitor nativo, estes ficam, respectivamente, com os seguintes percentuais, no que se refere à auto-identificação: 36,8%; 21,1% e 42,1%. Se comparados com os estrangeiros do Primeiro Mundo e estrangeiros do Terceiro Mundo, os leitores nativos são os que mais se identificam, de acordo com os critérios de identificação, devidamente estabelecidos no capítulo metodológico. A tabela 4 mostra panoramicamente as asserções acima.

**Tabela 4: relação entre tipo de leitor e identidade do leitor**

			tipo de leitor				Total
			estrangeiro de 1º Mundo	estrangeiro de 3º Mundo	americano	via-internet	
identidade do leitor	ausente	Nº	40	35	22	6	103
		%	38,8%	34,0%	21,4%	5,8%	100,0%
	presente	Nº	7	4	8		19
		%	36,8%	21,1%	42,1%		100,0%
Total		Nº	47	39	30	6	122
		%	38,5%	32,0%	24,6%	4,9%	100,0%

Conforme mencionado na seção que trata do gênero discursivo cartas ao editor, ao se tomar separadamente, para análise, qualquer elemento discursivo, não se pode perder de vista que tal elemento se inter-relaciona com outros elementos do universo discursivo. Em outras palavras, estudar isoladamente o papel da identificação do leitor leva a certa artificialidade, que procuraremos compensar no final desta seção com uma apreciação totalizante dos aspectos considerados. Assim, é essencial observar como a identificação do leitor se articula com outros elementos, como, por exemplo, a intertextualidade, os aspectos sócio-discursivos relacionados ao gênero e o universo temático.

Como tem sido feito nas outras seções, faremos uma análise quantitativa e qualitativa da identificação do leitor. Assim, percorreremos todas as cartas em que a identificação do leitor está presente, tomando como ponto de partida o que vem a ser essa identificação, conforme esclarecido no capítulo metodológico. Para fundamentarmos nossa análise, utilizaremos os referenciais teóricos dos seguintes autores: Lozano *et al.* (2002), Maingueneau (2001) Orlandi (2003) e Fairclough (2003).

Na convocação para a seção cartas ao editor, a revista *Newsweek* informa que os leitores podem escrever, informando seus nomes e endereços,

sendo que as correspondências podem até ser enviadas através de e-mail. A revista informa também que as cartas podem ser editadas por razões de espaço e clareza.

A carta de número 07 é a primeira, no *corpus* adotado, em que o leitor se identifica. Vejamos a referida missiva em sua integralidade:

(07) LET US NOT FORGET THAT, NO MATTER, what the provocation, war never solves anything. We are all members of the human race, living on planet Earth, which is no more than a very tiny rock in our endless universe. In the final analysis, India and Pakistan are no more than mere body parts of our dear planet, and the body cannot survive if its parts start destroying each other. No country can achieve long-lasting happiness for its people by going to war with another country. As an Indian, I pray that my people and the people of Pakistan see through the destructive tactics of their respective governments and realize that happiness and progress – both economic and social – is to be found only in peace, not in war.

JAJESH GAJRA  
MUMBAI, INDIA

Nessa carta, o leitor expressa sua posição contrária a uma guerra entre os dois países, Índia e Paquistão, mostrando as desvantagens que resultam dessa forma de conflito. Ora, sendo indiano, o autor da missiva observa a condução do mencionado conflito do ponto de vista de alguém que sofrerá diretamente as conseqüências da guerra entre as partes envolvidas. Sua identificação se circunscreve ao fato de ser indiano, e, como indiano, diz que vai orar para que os dois lados percebam essas conseqüências indesejáveis às quais se refere. Sua argumentação começa por dizer que a guerra nunca resolve nada, para em seguida mostrar que somos todos membros da raça humana, habitantes do planeta Terra, o qual já é uma ínfima parte do Universo infinito. Índia e Paquistão são, portanto, duas pequenas partes desse pequeno planeta, que é a Terra.

Pode-se perceber que a argumentação aqui desenvolvida se organiza em torno da relação da parte para a “totalidade”. A Terra é parte do universo, Índia e Paquistão são partes da Terra, e o leitor é apenas parte da Índia. Orando, o leitor deverá se dirigir ao ser “responsável” pela manutenção da unidade entre os seres e as coisas.

Outro aspecto implícito na argumentação está no fato de que o leitor, ao orar, revela que a percepção do que diz é resultado de uma compreensão

do caráter espiritual da inter-relação entre os seres e as coisas. Ou seja, para se perceber a unidade de tudo que existe, faz-se necessário adentrar na esfera que torna essa percepção possível, a esfera espiritual. Para tanto, uma providência a tomar, além da iniciativa de escrever a carta, é orar, adentrando, assim, nessa esfera. Tentemos entender como o sujeito desse discurso se constrói ao longo do texto.

Como procuramos explicar acima, o leitor estabelece uma linha de argumentação que tenta mostrar, de um ponto de vista “holístico”, porque a guerra não é recomendável, identificando-se no final da missiva como um indiano que, portanto, é parte da Índia. Em vez de continuar mostrando, *ad infinitum*, esse tipo de relação, o leitor diz que deverá orar, restabelecendo, dessa maneira, o círculo da totalidade inicialmente quebrado pela análise da mencionada relação. Ou seja, o leitor entrará no contato com Deus, representante da totalidade, o que fecha o círculo no ponto, aparentemente, mais frágil da cadeia, que a relação do homem com Deus. O sujeito aqui, queremos crer, posiciona-se no sentido de provar os termos de sua linha de argumentação, identificando-se, assim, como parte da cadeia da vida, a qual atinge, em um dos extremos, o poder espiritual. Vejamos, agora, a identificação da próxima carta.

A missiva de número 9 traz uma dupla identificação por parte do leitor-missivista. Este leitor dirige-se diretamente à revista *Newsweek* para pedir que, quando o tema for o conflito Índia-Paquistão, esse órgão de comunicação não se refira à Índia como um país dominado pelo induísmo, devendo denominá-la um Estado secular. Acrescenta que a Índia possui mais mulçumanos do que o Paquistão. Apresentamos a transcrição dessa carta:

(09) WHEN REPORTING OR WRITING ABOUT India-Pakistan conflict, please do not call India a "Indu-dominated state", NEWSWEEK. Rather refer to India as a secular state. India has more muslims than thus Pakistan; and Kashmir is not our country's only Muslim-majority area. Other muslims majority area includes the town of Malerkotla in my state (Uttar Pradesh) and several districts in South India. For your information, I am a Hindu who is also a graduated of Aligarh Muslim University.

SUSHIL JAIN

O autor da carta, após feitas as observações que julga necessárias, identifica-se como sendo uma pessoa de orientação indu que se graduou em uma universidade mulçumana. Por sua identificação, o autor da carta sugere que as duas religiões não caminham separadamente, mas, ao contrário, possuem histórico de tolerância mútua, o que é reforçado pela idéia de que a Índia possui mais mulçumanos do que o próprio Paquistão. É possível ler nas entrelinhas dessa carta que esse leitor acusa a revista de propalar a falsa informação de que a Índia pratica a intolerância religiosa, já que, se a Índia se configura como um Estado dominado pelo induísmo, significa dizer que não há separação entre religião e Estado.

A dupla identificação que o leitor apresenta mostra-se intimamente ligada a um propósito único – apontar para a tolerância religiosa vigente em seu país, ao contrário do que foi propalado pela revista, insuflando o desentendimento entre as duas nações.

O uso do termo *please* (por favor) assume uma força discursiva que merece consideração, podendo sugerir que a revista descumpriu a lei da sinceridade. Assim, o referido termo assume um teor acusativo que, no mínimo, remete a uma negligência por parte da revista em não procurar a informação correta para os seus leitores.

No que se refere à auto-identificação, o leitor também fornece, embora, num plano menos visível, a informação de que possui nível superior, o que lhe confere uma autoridade ainda maior, a autoridade de quem tem a capacidade de interpretar melhor: o que pode estar nas entrelinhas das afirmações da revista; e os efeitos que ela deseja causar em seus leitores.

Na carta de número 26, o leitor-missivista se identifica revelando a posição social/profissional que ocupa na organização para a qual trabalha. Vejamos como isso ocorre:

(26) SPACE ADVENTURES LTD. DESERVES more credit than it received in your article "Reaching the Final Frontier. Your readers should know that Space Adventures was responsible for the successful bids of both space tourists Mark Shuttleworth and Dennis Tito on their flights to the International Space Station.

ERIC ANDERSON, *President and CEO*

*Space Adventures Ltd.*

ARLINGTON, VIRGINIA

Trata-se de uma carta enviada por um leitor residente em Arlington, Virginia, cujo nome é Eric Anderson. Além da identificação exigida pela revista, o leitor também informa no final da carta que é presidente e CEO (chief executive officer – diretor executivo) da Space Adventures Ltda. A carta foi enviada para reclamar da ausência de menção à empresa Space Adventures Ltd. no artigo da revista sobre turismo espacial, que alude aos dois turistas espaciais Shuttleworth e Tito, mas não faz nenhuma referência à empresa que os levou ao espaço. Este leitor-missivista mostra que sua preocupação central é levar a revista a reconhecer os créditos da empresa de turismo espacial. Mais do que simplesmente reclamar da ausência de crédito recebido pela organização, o autor põe como necessidade perante os leitores essa correção, como indica o uso da modalidade em: *Your readers should know that (...)*. Essa ausência de créditos se torna ainda mais perturbadora, considerando que a reportagem se refere a outras empresas de turismo espacial, possíveis concorrentes, tais como Russian Space Corporation e Bigelow Aerospace. Quanto a essa última, inclusive com comentários positivos, tais como *"All this has encouraged dreamers like Bigelow to envision a real tourist infrastructure in space."* (Reaching the Final Frontier, 22/29 de julho de 2002: 65).

Aqui, a começar pela identificação dada pelo leitor, percebe-se uma forte identificação entre o leitor e a organização da qual sai em defesa. Pode-se dizer, o leitor é a própria empresa que se defende, pois, do ponto de vista da identificação pessoal, não se observa elementos que remetam ao leitor enquanto indivíduo comum. Aqui, o sujeito que se manifesta é o sujeito que detém a autoridade e a responsabilidade de ser o diretor-presidente de uma empresa que, "ao contrário do que se possa pensar", possui propósitos "legítimos" e "sérios". À primeira frase, "A Space Adventures merece mais

crédito do que o que recebeu no seu artigo ‘Reaching the Final Frontier’, segue um período, cujo teor é informativo, dizendo que leitores deveriam saber que a empresa foi responsável pela bem sucedida concorrência que levou à International Space Station, dois turistas espaciais: Mark Shuttleworth e Dennis Tito.

Pode-se inferir que a lei da exaustividade, juntamente com a lei da informatividade (Maingueneau, 2001) não foi corretamente observada no artigo que suscitou a resposta em forma de missiva, necessitando que a harmonia fosse restabelecida através da carta.

Este leitor-missivista deve se fazer ouvir, não somente pelo que objetivamente foi dito, mas também pela posição que ocupa, procurando criar uma relação de poder (Fairclough, 2003) mais ou menos equivalente com a do articulista, implicitamente alvejado na carta. O que diz tem mais valor pelo fato de ocupar determinada posição intimamente ligada aos interesses essenciais da empresa que ora representa, conforme observa Orlandi (2003). O leitor-missivista acrescenta informação, mas para isto deve ser detentor da autoridade necessária. No entanto, sua identificação, e o peso que ela “deve” ter, motiva-se, necessariamente, pelo papel sócio-interacional de seu co-enunciador, ou seja, sua identificação se dá em face do poder atribuído ao seu co-enunciador. Assim como o enunciador se manifesta através da confluência de, pelo menos, dois sujeitos, podendo ser identificado como o indivíduo cujo nome é Eric Anderson, residente em Arlington, Virginia, e também como o presidente de uma organização que “merece os créditos”.

O co-enunciador pode se decompor, a princípio, em três figuras distintas: o editor, o articulista, e o leitor — eventual ou assinante —, mencionado diretamente na carta. O articulista, ao se expressar, expressa-se levando adiante a reputação, o prestígio, da revista *Newsweek*, o que lhe outorga uma enorme força enunciativa, fazendo com o que o dito por ele carregue força de convencimento, muitas vezes com alguma independência da qualidade e/ou veracidade de seus argumentos. O editor é a figura que representa formalmente a publicação. Já o leitor é aquele de quem a opinião deve ser formada. Quer dizer, a luta discursiva travada entre os enunciados da

publicação e dos leitores-missivista tem por objetivo a conquista da opinião do leitor comum.

Consideramos oportuno observar a relação do tipo de identificação desta carta em particular com o conteúdo da carta. Uma carta breve (possivelmente editada pela revista), que se limita a defender a posição da empresa cujo presidente é quem assina a missiva. Há uma harmonia que se faz notar pela relação direta entre conteúdo e forma de identificação. O leitor-missivista não fornece indícios, conforme já referido, de sua vida pessoal, a não ser o fato de que reside em certo endereço. No entanto, o sujeito que se expressa o faz por via de suas características sócio-profissionais.

A carta 31 traz uma forma de identificação diferente da carta 26. O leitor se diz europeu e um ávido leitor da revista. Estas duas identificações suportam, como veremos, a organização argumentativa da carta, pois o texto carrega o propósito de criticar, apesar de o leitor-missivista considerar a cobertura do assunto honesta e equilibrada. Contudo, expressa seu desapontamento com a forma pela qual a entrevista com Barry Levinson, especialista em cinema, foi conduzida, especificamente no que se refere a transformar os Estados Unidos em herói, fosse esse país um personagem de um filme cinematográfico. Vejamos a carta:

(31) I AM EUROPEAN AND AN AVID READER OF NEWSWEEK, and I have found your coverage to be fair and balanced. But part of the interview with Barry Levinson missed the point by such a distance that I felt the need to write to you. You asked, "If this was a movie, how would you turn the United States into a hero?" This is not the solution to the image of the United States overseas, it is the problem. Most Europeans would side with the United States because of our common ancestry and because America has been there for us in our of need. But this "need" for America to always be the hero turns people off. The United States does many great things in the world in the role of peacemaker, peacekeeper and aid giver – there is no need for this false propaganda. It only allows your critics ammunition to say the everything the United States says is propaganda.

Richard Dickson

BATH, ENGLAND

Para analisar o significado da identificação do leitor na carta de número 31, convém procurar o fenômeno do sujeito do discurso e a relação de

poder que se configura em um gênero de natureza eminentemente dialógica, como é o caso do gênero discursivo cartas ao editor. Colocando em primeiro plano o fato de ser europeu e “ávido” leitor da *Newsweek*, o missivista fornece uma idéia prévia de como organizará sua argumentação ao longo da carta. As duas identificações põem em relevo o fato de ser europeu, portanto, estrangeiro, e ser leitor de uma revista americana, que tratou da imagem dos Estados Unidos. Sendo europeu, convém ressaltar, significa, por certo prisma, não ser nascido nos Estados Unidos. Ser um ávido leitor da publicação remete à sua autoridade para fazer um julgamento adequado, pois o leitor diz, em outras palavras, que tem uma larga experiência acumulada pela leitura constante do que a revista tem publicado desde que se tornou leitor. Tudo isso confere à sua afirmativa “there is no need for this false propaganda” um valor diferente do que teria tal afirmativa vinda de um nativo cuja avaliação positiva da imagem do próprio país seria considerada tendenciosa.

Um dado interessante, convém ressaltar aqui, é que, no *corpus* em estudo, os leitores do Primeiro Mundo se identificam mais que os leitores do Terceiro Mundo, conforme visto na tabela acima. Ser do Primeiro Mundo implica um posicionamento vantajoso para o sujeito do discurso?

Como bem observa Orlandi (2003), não podemos deixar de lado o fato de que os mecanismos de funcionamento do discurso repousam nas “formações imaginárias”. Além de objetivamente demonstrar sua imparcialidade para emitir uma opinião, o leitor-missivista pode estar utilizando-se da força simbólica que é ser europeu, ainda que, objetivamente – ao longo de sua argumentação – esteja apenas relacionando Europa e Estados Unidos a um passado comum. Mas em um plano paralelo, ao identificar-se, o autor da missiva não disse, por exemplo, que era inglês, preferindo evidenciar sua origem européia, talvez porque bastasse indicar o fato de ser estrangeiro, ou porque pretendesse estender seu ponto de vista para além do seu país de origem, e colocar-se como a voz de todos os europeus.

Sabemos que a Europa também é conhecida como o Velho Continente. Essa imagem pode ser trazida à tona por um leitor cujo conhecimento de mundo permita tal evocação. O Velho Continente contrasta

implicitamente com o Novo Continente, significando mais experiência acumulada numa perspectiva histórica. O fato de ser um ávido leitor da revista também remete para o mesmo ponto, a experiência acumulada que identifica algo destoante do padrão geral da publicação, tanto que provocou uma reação por parte do leitor, concretizada na carta.

A identificação do leitor na carta 31 não está dissociada da totalidade do seu conteúdo. Nas linhas que seguem, o leitor procura tornar clara a relação que o Velho Mundo tem com o Novo Mundo, como a origem em comum, além dos fatos históricos que tornaram os dois mundos bons aliados. No entanto, reprova a alternativa de trabalhar apenas com a possibilidade de melhorar a imagem dos Estados Unidos através de um artifício da propaganda, que, em última análise, se configura como uma mera manobra no plano ideológico.

A identificação do leitor-missivista, em geral, assume um valor discursivo muito grande se considerarmos que ele tem muitas escolhas a fazer no que se refere unicamente a essa identificação. Não se pode perder de vista o fato que qualquer escolha que faça, qualquer característica idiossincrática que ele venha a apresentar, deve necessariamente se articular com a totalidade do texto que ele escreve. Queremos aqui lembrar que as cartas ao editor são, por excelência, dialogicamente motivadas. Em outras palavras, essas cartas são a resposta a um artigo publicado na revista que despertou o interesse do leitor, de alguma forma. Assim, podemos estender a articulação dessa identificação até o texto que deu origem à carta.

É interessante observar como um texto progride não somente em um plano objetivo, temático, mas também no plano das formações imaginárias, mencionadas por Orlandi (2003), de modo que podemos vislumbrar o embate que se trava no sentido de equilibrar as relações de poder, de observar as leis do discurso, e o posicionamento do sujeito – autor do discurso. Exemplo disso é a próxima carta que iremos analisar.

A carta de número 47, de acordo com as categorias que analisamos, possui uma natureza mista: é laudatória e contributiva ao mesmo tempo. No que se refere ao elemento identificação do leitor, em comparação com as

cartas acima analisadas, a referida missiva traz uma variação significativa, como podemos observar:

(47) THANKS FOR YOUR STORY "WAR OF THE FAITHS" (EUROPE, AUG. 26), which was very informative but also heartbreaking. I visited Ukraine and Russia in 1993 as part of a religious-education delegation and witnessed the devastation to those countries' cathedrals, churches and synagogues wrought by decades of communist domination. The people were mostly ignorant of religious faith but spiritually hungry for words, of comfort, hope and strength to sustain them through the difficult transition period that their countries were (and still are) going through. Now, it is indeed tragic that Christian denominations, as well as other world religions, cannot work together to bring the people that faith in God. To waste their energies on turf wars is betrayal of the gospel of Jesus, who preached love. Let us hope that they will not squander this opportunity to build up the faiths of their people in bickering and battles of no consequence.

JENNIFER L. RIKE  
DETROIT, MICHIGAN

Nesta carta, o leitor-missivista apresenta-se como alguém que visitou a Ucrânia e a Rússia em 1993 como parte de uma delegação religiosa-educacional. Na condição de um indivíduo que atua no meio religioso, ele presenciou a devastação dos prédios destinados à prática religiosa naqueles dois países. O autor da carta assinala que o processo de dissolução dos valores religiosos continua, agora pelas mãos das facções religiosas que lutam por uma hegemonia de poder, em detrimento de um povo faminto de espiritualidade (o que é bastante irônico).

A identificação dada pelo autor da carta remete ao fato de que ele vivenciou o problema de forma direta e de como essa experiência causou uma impressão desanimadora em seu ser, acentuada agora, por meio das notícias, dadas pelo artigo da *Newsweek*, acerca de como o problema se encontra na atualidade. O leitor mencionou sua experiência anterior, colocando-se como "testemunha", como denuncia a forma verbal usada *witnessed*, quando poderia ter usado uma forma mais "neutra" como *saw*. Nesse contexto, a identificação do leitor mostra o engajamento do sujeito com seu ato de fala. Esse engajamento é notório também nas palavras de forte carga emotiva usadas pelo autor, tais como *heartbreaking* e *spiritually hungry*. Com a primeira, o leitor se coloca subjetivamente envolvido com a reportagem e sua identificação

contribui para justificar a adjetivação da reportagem como algo "comovente", algo que causa sofrimento e "parte o coração". Colocando como testemunha de fatos ocorridos no passado semelhantes aos denunciados pela reportagem, é como se o leitor-missivista dissesse ao editor e aos eventuais leitores da revista "eu sei o que é isso, eu estive lá", aproximando-se dos fatos relatados pela reportagem. Implicitamente, há a idéia de que os fatos relatados pela revista estão distantes da maioria dos leitores, diferentemente do que ocorre com o autor da carta, visto que os testemunhou. O uso da metáfora *spiritually hungry* (espiritualmente faminto) permite interpretar "conforto, esperança e força" não apenas como desejo, mas como necessidade, o que reforça o ponto de vista do autor da carta de que o povo da Ucrânia precisa é de palavras de conforto, esperança e força, e não de guerras "sem nenhuma consequência". A referida metáfora se associa ao discurso bíblico, retomando as palavras de Jesus ao conclamar os que têm fome e sede de justiça. O discurso religioso se faz presente não só no uso dessa metáfora, mas também no apelo à autoridade de Jesus para mostrar o contra-senso das facções religiosas daqueles países: *who preached love* (que pregou o amor), o que condiz com a informação implícita na identificação do leitor como alguém que visitou a mencionada região como parte de uma delegação religiosa-educacional.

O autor usou a expressão *indeed* (deveras) para reforçar a sua afirmação de que a situação atual é "trágica", concordando com a reportagem veiculada pela revista. Portanto, o posicionamento do autor da carta é o de um sujeito que não tem como intenção criticar, ou rebater o que foi dito no artigo a que se refere. Nesse sentido, o autor posiciona-se no sentido de corroborar o posicionamento do articulista, acrescentando informações e elogiando o texto-base. Eis porque o sujeito da missiva é um sujeito que possui a experiência acumulada (no que se refere à vista que fez à Ucrânia) para entender o que se passa, pois, além disso, atua no meio religioso, podendo, portanto, falar a respeito. Na frase final, o autor une-se a uma coletividade, usando a expressão *let us* (deixe-nos), atribuindo aos leitores seu ponto de vista, deixando entrever dois sujeitos: "nós", os leitores, em que se inclui, e "eles", as facções religiosas da Ucrânia e da Rússia.

A carta de número 48 refere-se ao mesmo texto base da carta anterior. Contudo, o leitor-missivista opta por identificar-se revelando sua orientação religiosa, como podemos ver:

(48) AS AN ORTHODOX CHRISTIAN, I'M SADENED by the conflict between some members of my faith and those of other faiths over various church building and religious sites as well as control over who gets first dibs on the mission field in the former Soviet Union. Unfortunately , emotionally charged and rationalized pride seems to cause politics, culture and religion to get frequently bound up in conflicts over place. The temptation to use the tools politicians use to manage temporal states should be avoided by religious leaders, whose interest must be in providing spiritual guidance. As you said, the Orthodox faithful have no reason to fear the pope or any other faith. The traditions our church has maintained for 2,000 years require so supplementary support from political states or cross-wearing, patriotic, nationalists thugs. What attracts people is the truth revealed and lived in a faith, not ethnicity or the financial and political backing of religious leaders. True religion transcends state affairs and politics of place.

LOREN BUNDT

TOKYO, JAPAN

Esta carta, quanto ao quesito identificação, mostra algo de semelhante com a carta anterior: ambos os sujeitos se dizem militantes na esfera religiosa. O autor da carta 48, enquanto cristão ortodoxo, sente-se triste pela ocorrência de conflitos nesse âmbito. Sua argumentação progride no sentido de mostrar que o entrelaçamento entre política, cultura e religião se dá em decorrência do orgulho intelectualizado e emocionalmente carregado. Em sua opinião, a esfera política deve caminhar separada da esfera pública, sobretudo no tocante ao uso dos instrumentos que os políticos usam na condução do poder temporal.

O tipo de identificação dada aqui pelo leitor-missivista o autoriza a mostrar, implicitamente, que a atitude adotada pelos cristãos ortodoxos na Rússia não é compartilhada por todos os que professam a mesma crença; que o comportamento equivocado por parte dos religiosos russos tem a sua gênese em uma instância que não é a religiosa. Portanto, o sujeito, aqui, assume uma identificação que se harmoniza com o que é esperado de alguém que está em comunhão com o aspecto divino de sua existência.

A carta de número 49 é uma resposta a um artigo que relembra a tragédia de 11 de setembro nos Estados Unidos. Nela, o leitor-missivista se identifica como sendo professora de inglês em uma pequena cidade da França. Revela-se, além de apaixonada pelos Estados Unidos e pela língua inglesa, uma entusiasta dos valores americanos, como hospitalidade e liberdade, tanto que a cada ano organiza uma viagem para aquele país juntamente com seus alunos. A carta é a seguinte:

49) I am an english teacher in a small town in France, and I'm responding to your Sept. 9 cover story, "Beyond 9/11" (one year later). I just wanted to say that today, Sept. 11, my heart goes out to the victims of last year's terrible tragedy and their families, and that I grieve with the American people. I love your country and your language. I love your freedom, your hospitality and your warm-heartedness. I try to share all this with my students. I bring a group to the States every year and so many of my students want to go that I have to turn down many applicants. Every year, even in spite of the cost, our trip is a huge success and my students cry when they have to leave your country. So please do not believe that all French people are America-haters. I'm ashamed of the arrogant behavior of some of our intelligentsia. A lot of French people love you, America.

PATRICIA PRUNIER

LAON, FRANCE

Percebemos que, pelo final da carta, um dos objetivos dessa leitora é procurar amenizar o clima de dissensão que se instaurou entre Estados Unidos e França com os preparativos para invadir o Iraque. A escolha da autora da carta em revelar que era professora de Língua Inglesa em uma pequena cidade da França é bem oportuna nesse sentido. Sabemos que o ensino de uma língua carrega consigo a oportunidade de se explicitar certa forma de ver o mundo, o que significa, até certo ponto, uma incorporação dessa forma de percepção. Nesse sentido, aprender o inglês da forma como esse idioma é falado nos E.U. significaria ver o mundo a partir do ponto de vista daquela cultura. O fato de a professora organizar anualmente uma viagem aos Estados Unidos, de certa forma, corrobora o que estamos dizendo. O ensino da língua não se limita a aspectos gramaticais, lexicais, sintáticos e semânticos, mas alcança aspectos sócio-culturais, o que leva a visitar o povo falante daquele idioma para conhecer a cultura *in loco*.

Pela forma com que a leitora se expressa, podemos pensar que, como professora de Inglês da França, a referida profissional coloca-se como

um posto avançado da cultura americana dentro do país normando. Aliás, a expressão “posto avançado” é bastante usada no âmbito da linguagem que se refere à guerra, pelo que consideramos oportuna usá-la aqui, já que a professora mora em uma pequena cidade na França, e já que os países que alimentam pretensões imperialistas comumente usam a sua língua como instrumento de dominação. A identificação que essa leitora apresenta se harmoniza bem com a natureza da carta, que objetiva não apenas solidarizar-se com a dor do povo americano pela ocasião de rememoração da tragédia de 11 de setembro, mas também elogiar os valores da referida cultura.

A carta de número 53, no que se refere à identificação do leitor, remete à noção de experiência acumulada. O leitor-missivista escreve para discordar do conteúdo do artigo que afirma que a *GM Futurama* havia sido um fracasso. Em 1939, como um garoto de 8 anos, visitou a *General Motors Futurama* – um modelo de como o mundo seria no ano de 1960 – e ficou, diz ele, hipnotizado pelo que viu. Em 1964, o autor da carta afirma ter encontrado semelhanças entre o mundo real e o modelo exposto pela *GM Futurama* em 1939. Transcrevemos a carta a seguir:

(53) I DON'T SEE THE 1939 GM FUTURAMA AS an example of “failed futurology” (“Future Imperfect,” special report, Sept. 16). As a boy of 8 I was entranced by the GM Futurama. What fascinated me the most were the futuristic superhighways, multilane ribbons of traffic filled with cars, buses and trucks winding their way in and out of city. These highways crossed over each other with graceful clover-leaf interchanges connecting them. I can remember that sight to this day. Years later I stood on a bridge near the site of the 1964 GM Futurama II, gazing down at the busy, multilane Grand Central Parkway-looking much like what I had seen in miniature a quarter century before. Four hundred yards away, an equally busy Long Island Expressway passed over the Grande Central, the two highways connected by a clover-leaf interchange. I remember nothing of the 1964 Gm exhibit – only that view of the realized future. Failed futurology? Hardly!

G. DAVID THAYER

SALEM, OREGON

Ao se identificar como sendo, em 1939, um garoto de oito anos, o leitor-missivista revela que foi capturado pela visão de enormes rodovias de muitas faixas totalmente ocupadas pelo tráfego de carros, visão que percebe

se repetir em 1964 em uma perspectiva real. Sendo um garoto de oito anos, não teria nenhuma informação prévia em torno da qual selecionar o que ficaria em seu arquivo, sendo, portanto, envolvido por aquilo que lhe parecesse mais interessante. Consideramos esta uma estratégia de convencimento bastante engenhosa, pois, além de tudo, remete para a experiência vivida diretamente sem o empecilho das idéias preconcebidas. O sujeito desse discurso é, portanto, alguém que possui o argumento de quem viveu a experiência por si mesmo e pode, assim, estabelecer uma relação que aponta para o sucesso do empreendimento de 1939.

Como temos procurado demonstrar, a identificação do leitor não acontece despretensiosamente. Ao contrário, por trás dessa identificação sempre podemos localizar uma espécie de orquestração com outros elementos discursivos. A carta de número 63 é mais um exemplo de como isso ocorre. Apresentamos sua transcrição:

(63) WHAT A MAGNIFICENT ISSUE! THANK YOU. As a minister, I often marry couples in Japan. I am always impressed by how much marriage is, despite our talk of equality, a contract whereby men own women. Surely new family forms are called for. Your article "Death of the Male" and the powerful hints in "The Next Ice Age" brought to mind the possibility of "women's towns" where women own their own bodies and their homes, and let men share their beds only when they want them to; the children are theirs and the men are kept only as permanently as the house holder wants or needs them. It's time to find some way out of this terrible situation where so often, in reality, the bull owns his cow. There are better possibilities.

BOB MCWILLIAMS

HIROSHIMA, JAPAN

A carta, transcrita acima, refere-se também à seção *Special Report*, que trata da situação do nosso planeta no ano de 2012. O título da reportagem é "The Death of the Male", artigo que remete a um tema bastante atual, em decorrência do sucesso que as mulheres vêm tendo no que diz respeito não só à ocupação de vagas no mercado de trabalho, mas também à própria liberação da mulher nas diversas esferas da atuação humana.

O autor da carta se diz ministro (pastor) e, como tal, realiza muitos casamentos no Japão, embora se mostre impressionado pelo fato de a instituição do casamento ser, em última análise, um contrato em que o homem

assume o papel de proprietário da mulher. A carta tem natureza laudatória, pois o artigo que a motivou menciona a possibilidade de as mulheres viverem em cidades as quais o homem só possa visitar quando convocado para fins de reprodução, ficando a prole na posse das mulheres que a geraram. O leitor-missivista elogia o artigo pelo fato de discutir e até sugerir alternativas para o problema que coloca.

A carta em análise apresenta uma relação, de alguma maneira, inesperada por parte do leitor comum. O fato de ser ministro nos leva a pensar que o autor da carta devesse adotar uma posição conservadora em relação ao assunto abordado. Ao contrário, o missivista não só faz elogios ao artigo, mas até agradece à revista, sugerindo, implicitamente, que o artigo é uma contribuição direta para o tipo de trabalho que desenvolve – o trabalho do ministro que concretiza laços matrimoniais.

Pensamos ser relevante observar que a identificação dessa carta pode ser interpretada por dois pontos de vista, que consideramos reciprocamente complementares. Primeiro, enquanto ministro, esse leitor é detentor de certo poder religioso, pois é capaz de unir pessoas pelos laços matrimoniais. Segundo, enquanto ministro que concretiza laços matrimoniais, ele é testemunha dessas relações desiguais entre homens e mulheres, fato que o choca constantemente. Contudo, embora detentor do poder religioso, não é capaz de transformar essas relações desiguais em algo mais “justo”, considerando-se os parâmetros de justiça que adota. Em todo caso, como representante de Deus, o ministro não concorda com essa relação injusta entre homem e mulher, notadamente dentro da instituição do casamento.

A carta de número 64 é também uma resposta à série de artigos sobre futurologia, publicada na edição de 16 de setembro de 2002. Nela, o leitor discute o tratamento pouco científico dado, pela revista *Newsweek*, à Ciência do Futuro, comumente chamada de Futurologia, termo não muito aceito pelos estudiosos da área. Ao longo da carta, o missivista explica a metodologia científica utilizada para prever como será o futuro, ao mesmo tempo que informa não só sobre sua aplicação mas também sobre quanto essa ciência tem se espalhado por um mundo cheios de incertezas e mudanças

repentinas. No final, o leitor identifica-se como diretor do *Millennium Project*. Transcrevemos a carta abaixo.

(64) YOU OFFER A VARIETY OF GLIMPSES IN your Special Report on what the future may hold for us. However, in your article focusing on the practice of future studies (“Futurology”), the true state of affairs in this discipline remains uncovered, buried by pithy anecdotes, a description of future studies as idealistic or a “faith,” and a focus on prediction, which is not what future research is about. Rather, it is professional and academic discipline that examines possibilities and provides frameworks for discussion. An in-depth and thoughtful examination of the future provides information from which people can draw data and ideas to be adapted to their needs. It can help improve strategic decision making and global understanding. The practice of future research is growing worldwide. Government leaders, policymakers, corporate executive and academics value and utilize information generated by future studies to help them make better decisions. In our fast-changing, uncertain world, a focus on the future, through professional examination of the possibilities, is more crucial than ever.

JERRY GLENN

*DIRECTOR, MILLENNIUM PROJECT*

WASHINGTON, D. C.

A carta em análise carrega uma crítica ao tratamento do assunto dado pela revista, ao mesmo tempo que acrescenta informações, mostrando de que tratam os estudos sobre o futuro, suas aplicações e desenvolvimento recente. Nela, o autor revela o cargo que exerce no *Millenium Project*, remetendo à autoridade de que está investido para apontar os erros cometidos pela revista ao tratar a referida ciência de forma inadequada. O sujeito aqui é aquele que, juntamente com a autoridade formal, possui a autoridade de quem é detentor do conhecimento relativo ao que se propõe a criticar em sua carta, pois do contrário não estaria investido do cargo de diretor de uma organização que se ocupa com esse tipo de estudo.

Mais uma vez, pode-se perceber que a forma de identificação dada pelo leitor encontra-se em harmonia com o conteúdo da enunciado. O autor da carta empenha-se ao longo do texto em mostrar por que a revista não abordou adequadamente o assunto, para, no final, revelar sua autoridade em relação ao tema tratado. Relembramos que a opção de identificar-se, além do nome e do

endereço, é do leitor-missivista podendo este fazer ou não, conforme considere relevante expressar.

A próxima carta, a de número 72, é uma resposta a um artigo assinado por Fareed Zakaria, um dos principais articulistas da *Newsweek*. Em seu artigo, publicado na edição de 30 de setembro, o referido articulista critica a posição adotada pela França no que diz respeito a uma possível invasão ao Iraque por partes dos Estados Unidos. A França não se posicionou favoravelmente a essa invasão, fato que gerou um conflito diplomático entre os dois países. Apresentamos a transcrição dessa missiva a seguir:

(72) AS AN ENGLISHMAN LIVING IN FRANCE for many years, I take offense at the negative connotation of France in "The Lonesome Doves of Europe" (world view, Sept 30). The underlying message is "You are either with us or against us," us being the United States. France being one of the countries on the U.N. Security Council that have not "fallen in line" behind America, Fareed Zakaria has taken the opportunity to vent his biased opinion of France. Is it not possible for a country to air views that are different from the United States without having scorn poured all over it? France may have some ulterior motive for not waging immediate war on Iraq, but from what I've read lately the United States seems particularly interested in taking control of Iraqi oilfields. And believe it or not, France does show genuine concern for the hardships inflicted on the Iraqi population through U.N. sanctions. Is this "naked self-interest"? Let's be honest. If the decision to wage war on Iraq doesn't go through the United Nations this time, we may as well dismantle it, as it serves no purpose other than as a debating society. Ultimately this may serve the United States, which seems to find the process of consulting other countries too long and frustrating. However, America just realized that a consensus is needed for decisions having potential worldwide consequences – this is why we need the United Nations.

PETER DAWE

ST-THIBAUT-DES-VIGNES, FRANCE

O leitor-missivista se identifica logo na primeira frase de sua carta. Diz que é um cidadão inglês<sup>12</sup> que vive na França há muitos anos. O autor da carta expressa que se sentiu pessoalmente ofendido pela forma com que a França foi tratada no artigo, cujo título é "The Lonesome Doves of Europe" (o

---

<sup>12</sup> Lembramos que a Inglaterra tem sido o aliado mais forte dos Estados Unidos nos conflitos que sucederam os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

pombo solitário da Europa), só por não ser a favor das intenções americanas no Iraque. O autor da missiva também destaca a mensagem subjacente ao texto que indica que quem não está a favor dos Estados Unidos está contra eles.

Pela leitura da carta em sua íntegra, percebe-se que o seu autor procura justificar a posição tomada pela França para depois analisar o papel das Nações Unidas na mediação desse conflito, bem como a forma com que os Estados Unidos procuram submeter as Nações Unidas na consecução de interesses que não levam em consideração o bem-estar mundial.

A identificação desse leitor como sendo cidadão inglês remete não só à questão do patriotismo, mas também à manipulação ideológica exercida por aqueles que detêm o poder político. Dos cidadãos de um país envolvido em um conflito dessa natureza, no caso a Inglaterra, espera-se um posicionamento incondicional a favor de sua nação. Mas esse leitor prefere, no entanto, posicionar-se criticamente, procurando evidenciar que os verdadeiros interesses encontram-se camuflados por baixo de falsos interesses, considerados legítimos pela opinião pública menos avisada. Lembramos que a opinião pública é formada por órgãos de comunicação que nem sempre se interessam pela discussão dos assuntos que são do interesse geral. Ao contrário, muitos desses órgãos são instrumentos na legitimação de interesses que caminham na direção contrária do bem-estar geral da população.

O fato de ser cidadão inglês residente na França reveste esse leitor da autoridade outorgada pela imparcialidade de quem conhece os dois lados da questão. Fosse somente cidadão francês, a força enunciativa do seu discurso seria minada pela sua própria condição. A próxima carta, a de número 73, dá-nos a oportunidade de aprofundar essa análise.

Em vez de se identificar quanto à sua origem, o leitor-missivista escolhe dizer que é um assinante da revista *Newsweek* por quase 10 anos, o que nos leva a pensar que se trata de um leitor bastante experiente, conhecendo bem as características da publicação. O referido leitor se diz estupefato com o artigo "The Lonesome Dove of Europe", também alvo de

críticas da carta anterior, que, segundo ele, revela uma visão estreita, preconceituosa e focalizada do ponto de vista dos Estados Unidos, levando o missivista a ter tido dificuldade em decidir se deveria rir, chorar ou sentir pena de um mundo dominado por visões como as que são defendidas no artigo. Leiamos a carta:

(73) I HAVE BEEN A NEWSWEEK SUBSCRIBER for almost 10 years, and there have always been articles or views I didn't especially like, but "The Lonesome Doves of Europe" is so narrow-minded, biased and focused on the American point of view that I could not decide whether to laugh, cry or feel pity for a world dominated by views like this. The author is right when he writes that America will do just fine in a world in which nations act purely on the basis of interest and power. Did the United States ever act on any other basis?

THOMAS STEGH  
COLOGNE, GERMANY

Esse exemplo, conforme as categorias de análise que elegemos, tem natureza depreciativa. Pode-se perceber que, ao revelar sua experiência como leitor da revista há quase 10 anos, o seu autor procura mostrar o quanto o artigo que motivou sua resposta fugiu do padrão da publicação ao longo do período em que ele, o leitor, é assinante. Seu estratagema de ataque procura anular o poder de convencimento do artigo redigido por Fareed Zakaria, colocando-o na esfera do absurdo consensual.

A carta de número 86 assemelha-se à carta de número 72 no tocante ao aspecto da identificação do leitor. O leitor-missivista da carta 86 identifica-se como um nativo que mora em Roma desde 1985. Em tal condição, ele pode confirmar que os romanos estão tão frustrados quanto Barbie Nardie (a autora do artigo) no que diz respeito ao caos, ao congestionamento e à corrupção que assolam sua cidade. Mas o que a articulista vê como fraqueza, o leitor-missivista vê como força, visto que, para entender Roma, sendo uma cidade antiga e complexa, é preciso enxergá-la a partir dela mesma. Leiamos a transcrição do texto em análise:

(86) WHAT A CONFUSED ARTICLE ON ROME! As an American who's lived in Rome since 1985, I can confirm that Romans are as frustrated as Barbie Nadeau about the chaos, congestion and corruption that plague their city. But what she sees as weaknesses, I see as strengths. Those who make the effort to understand this complex and ancient city on its own terms are well rewarded. Visitors who seek an "almost like home" experience should stay away.

Torpidity and decay? No! Rome's social fabric is tough and durable; its infrastructure has probably never been better. Electronic supermarkets? OK, they may be a fun experiment, but Romans buy their food fresh from local markets, where they have shopped for generations. Gearing up to get maximum tourist revenues is a double-edged sword; The Romans know which best serves their own interest.

JEFF TSCHIRLEY

ROME, ITALY

A identificação apresentada nessa carta remete ao fato de que o seu autor conhece os dois mundos, tanto o da articulista, quanto o mundo alvo de sua análise – Roma. Novamente, o que está em jogo aqui é a autoridade de quem procura rebater a visão expressa no artigo que analisa os problemas daquela cidade. O missivista fornece duas informações de uma só vez: é nativo e reside na cidade desde 1985, o que compreende o lapso de tempo de 17 anos, considerando o ano de 2002, época em que a carta foi escrita. Morando em Roma há 17 anos, conhece bem os problemas da cidade. Sendo nativo, conhece bem a sua cultura e, conseqüentemente, a forma com que um nativo olharia para a cidade de Roma, no que toca aos aspectos abordados no artigo. O escritor da carta se coloca, identificando-se da forma que o fez, numa posição de maior autoridade para falar sobre a cidade em que vive do que a própria articulista da revista *Newsweek*, ao mesmo tempo que a acusa, indiretamente, de olhar para aquela cidade adotando uma perspectiva baseada nas experiências que tem enquanto cidadã americana. Revela, assim, uma dupla autoridade.

A próxima carta, a de número 87, é uma resposta a uma reportagem publicada pela revista *Newsweek* por ocasião da captura de dois atiradores que mataram uma série de pessoas no condado de Montgomery, Maryland no ano de 2002. Esta missiva traz uma forma de identificação ligeiramente diferente daquelas em que o leitor se diz o assinante da revista. Nesta, além de dizer que é um assinante de longa data, o leitor também diz que é um leitor fiel. No entanto, está desapontado com o artigo que traz como título “The Sick World of the Snipers” (O universo doentio dos franco-atiradores). A razão de seu desapontamento está no fato de a revista ter publicado a foto dos assassinos. Ao publicar a foto, na opinião desse leitor-missivista, a revista optou por

“valorizar” os franco-atiradores em detrimento das suas vítimas, transformando-os em heróis, o que perverte a situação. Em outras palavras, os franco-atiradores ganharam notoriedade por terem cometido crimes tão pavorosos aos olhos da sociedade, sendo, dessa forma, premiados pelo que fizeram. A carta a que nos referimos é a seguinte:

(87) AS LONGTIME SUBSCRIBER AND FAITHFUL reader of your magazine, I'm disappointed in your Nov. 4 cover ("The Sick World of the Snipers," special report). By choosing to publish the photo of the two sniper suspects, you've given them preference over the innocent victims and the unsung heroes of this terrible episode. Your choice will give fuel to losers like John Allen Muhammad and John Lee Malvo who are looking for quick fame and what passes for power.

VIRGINIA B. LEVY

ROCKVILLE, MARYLAND

Pelo que podemos perceber, o leitor reprova veementemente o tratamento que foi dado ao assunto dos atiradores pela *Newsweek*. A identificação que o leitor dá leva-nos a focalizar a relação que, na condição de assinante, o leitor mantém com a publicação. Trata-se de um leitor fiel, mas o caráter da fidelidade que o leitor apresenta é demonstrada pelo lapso de tempo considerável, pelo menos do ponto de vista do escritor da carta, em que figura como assinante. A idéia da relação calcada em fatores emocionais encontra reforço no fato de o leitor estar desapontado. Em outras palavras, a sua fé foi abalada por um comportamento fora das expectativas, apresentado pelo referido órgão de comunicação.

Pela forma com que esse leitor expressa seu desapontamento, somos levados a supor que a reprovação aponta para um comportamento intencional adotado pela *Newsweek*, quem sabe para atrair a atenção do público, de forma a vender mais cópias daquela edição. Se formos um pouco mais adiante e analisarmos a foto publicada na capa da referida publicação, podemos observar que os atiradores se encontram sorrindo, levando o leitor comum a fazer uma associação inconsciente de que eles são os vencedores, devidamente recompensados com a fama que obtiveram pelos atos nefastos que praticaram.

Se o tratamento dado ao assunto foi intencional, podemos achar uma concatenação lógica entre a atitude da revista e a reação do autor da missiva. Sendo intencional, a atitude da revista não foi equivocada do ponto de vista do efeito que deseja obter – a venda de um grande número de cópias – merecendo, portanto, uma punição severa por parte desse leitor fiel.

A despeito da forma como demonstra estar ligado à *Newsweek*, o missivista apresenta argumentos bastante razoáveis ao procurar demonstrar por que o comportamento da publicação é condenável. A próxima carta refere-se à mesma reportagem, porém a identificação que o leitor-missivista oferece é outra.

A carta de número 91 foi enviada por um leitor-missivista que se identifica como sendo um morador do condado de Montgomery por quase 30 anos. Sendo assim, o leitor se mostra orgulhoso pelo trabalho que a imposição da lei realizou na referida localidade. Contudo, o leitor se encontra insatisfeito em um ponto: desaprova a atitude dos promotores locais e federais em estimular na população uma possível matança dos suspeitos. Vejamos a transcrição da carta:

(91) I HAVE BEEN A RESIDENT OF MONTGOMERY County for nearly 30 years, and I am extremely proud of the job our law enforcement has done in apprehending the snipers. What I am not proud of is the way local and federal prosecutors have been arguing over who can kill the suspects the fastest.

JODI FINKELSTEIN  
OLNEY, MARYLAND

A identificação do leitor como sendo um residente de Montgomery há quase trinta anos e a expressão do seu extremo orgulho pelo cumprimento da lei em sua localidade, pode-nos levar a pensar que esse fato, o cumprimento da lei, é algo inusitado, e o missivista esteja querendo dar destaque a esse fato, pois ele é um residente antigo, o que faz com que mereça crédito pelo que diz em relação ao lugar em que vive. Causa-nos interesse o extremo orgulho desse missivista em relação à aplicação da lei; mas esse mesmo orgulho contrasta com a falta de orgulho no que toca à atitude dos promotores, tanto no âmbito local quanto federal.

O autor da carta de número 99 é residente em Riga, Latvia e escreve em resposta a um artigo publicado na edição de 1º de julho de 2002, cujo título é “Sayin ‘Nyet’ To Russian”. Trata-se de uma carta longa em comparação com os padrões que conhecemos deste gênero e da possibilidade de edição divulgada pela revista. Em seu texto, o leitor-missivista começa por dizer que o texto foi longo demais do ponto de vista russo, e curto demais do ponto de vista histórico. Ao longo da carta, o leitor acrescenta informações, ao que nos parece, procurando sanar o que falta do ponto de vista histórico no texto-base, mostrando que as reações da época (2002) à língua russa são motivadas por meio século, ou mais, em que a presença russa se fez notar por meio de políticas imperialistas, o que inclui o uso do idioma russo como instrumento de unificação das partes heterogêneas do império, em detrimento das línguas faladas em cada região. A autora também mostra que 30% da presença russa, que em 1940 era de apenas 10%, na população da Latvia, é uma consequência das políticas imperialistas oriundas da Rússia, sendo que a população imigrante naquela região não teve como obrigação aprender a língua local. O missivista mostra que algo diferente tem ocorrido depois que os habitantes locais reassumiram o controle político da região, pois a língua local agora é obrigatória para aqueles que querem se naturalizar, além de que a língua oficial falada nas instâncias burocráticas é a Língua da Latvia, ao contrário do que acontecia quando o controle era russo. Embora seja um pouco longa, transcrevemos a carta na sua íntegra. Vejamos:

(99) YOUR ARTICLE “SAYING ‘NYET’ TO RUSSIAN” is a little long on the Russian point of view and short on history (europa, July 1). Some of the reactions to the Russian language are simply reactions to half a century or more of Soviet imperialist policies, which included using the Russian language as a tool for consolidating the disparate parts of the empire at the expense of local languages. The 30 percent of Russians in the present Latvian population did not just happen but was the result of these policies. When the Soviets first occupied Latvia in 1940, the Russian population was about 10 percent. The occupation-era immigrants did not have to learn Latvian, and most did not. All official and much of public business was conducted in Russian. Small wonder that the titular nation now wants to re-establish Latvian as the official and public language and thus make up for injustices suffered during the years of occupation and colonization. “Discrimination”? What is discriminatory about insisting on the knowledge of Latvian as a condition of becoming naturalized? When I obtained my U.S. citizenship, I had to demonstrate that I

knew English. By the way, the language-testing law for political candidates has been revoked, and your reporter should have checked into that. But official business in our Parliament has to be conducted in Latvian, just as English is the language in the U.S. Congress. Russian will not disappear in Latvia; Russia will simply have to accept the fact that its language is no longer a tool for imperial ambitions.

VALTERS NOLLENDORFS

*The Museum of the Occupation of Latvia*

(1940-1991)

RIGA, LATVIA

Na carta em análise, o leitor missivista identifica-se como alguém que trabalha na organização conhecida como *The Museum of the Occupation of Latvia*. Queremos crer que o nome dessa organização em inglês é uma tradução do nome na língua de origem. No entanto, o autor do texto não diz que função ocupa nessa organização. Mas como o próprio nome da organização revela, há um museu destinado aos fatos relacionados à ocupação russa naquele país. Vejamos como se entrelaça a identificação desse leitor com o conteúdo da carta.

Em seguida, o leitor expõe o desenrolar dos acontecimentos históricos que provocaram as reações ao idioma russo, especificamente na conjuntura da Latvia para o ano de 2002. O fato de o leitor focalizar os acontecimentos históricos, aos quais atribui as reações do presente, harmoniza-se com a identificação por ele escolhida a fim de posicionar-se como sujeito do discurso concretizado na carta. Pode-se observar a presença de dois sujeitos ao longo do enunciado em análise. O primeiro deles é o que se identifica objetivamente como alguém que pertence ao quadro de funcionários do museu mencionado acima. O segundo deles se insinua de forma implícita, pois trata-se do cidadão que sai em defesa de sua nação. Mais uma vez, a identificação que o leitor oferece nos faz pensar sobre a autoridade de quem fala, de quem tenta ajustar o que se configura como discrepante no enunciado alheio, restabelecendo, assim, a harmonia perdida.

A carta de número 101 também é uma resposta ao artigo a que se refere a carta 99. Aqui, o leitor-missivista se expressa de uma forma ainda mais

incisiva, o que podemos observar através da linguagem que usa: *outdated*, *inaccurate and misleading* (desatualizado, impreciso e enganador). Não podemos afirmar se essa carta foi editada pela revista, mas a forma como ela inicia, nos inclina a pensar que sim. O autor da carta começa por dizer que as referências feitas ao seu país no artigo sobre as políticas adotadas para a língua russa estão desatualizadas, são imprecisas e equivocadas. Afirma também, entre outras coisas, que nem a OSCE (ORGANIZATION FOR SECURITY & COOPERATION IN EUROPE), nem a União Européia vêem as leis da língua da Latvia como discriminatórias. Para uma melhor apreciação, transcrevemos a carta, como segue:

(101) YOUR REFERENCES TO LATVIA IN the article about Russian-language policies in the formerly occupied countries are outdated, inaccurate and misleading. Neither the osce nor the eu look upon Latvian language laws as discriminatory, and have said so in their official statements. The Russian-language radio station was penalized not for broadcasting in Russian (many stations do so without restrictions in Latvia) but for the content of its broadcasts. And the language requirements for parliamentarians were dropped months ago.

OJARS KALNINS

*Director, Latvian Institute*

RIGA, LATVIA

Pelo que se pode observar, o propósito, mais à superfície, desse texto é corrigir erros cometidos no que se refere ao conteúdo do artigo motivador da presente resposta. Obliterando-se a primeira sentença, percebe-se que todos os componentes enunciativos seguintes se configuram como uma série de afirmações que não se encontram conectados entre si em uma progressão temática objetivamente coerente. Por exemplo, à sentença “Neither the OSCE nor the EU look upon Latvian language laws as discriminatory and ...”, segue a seguinte: “The Russian-language radio was penalized not for...”. Estas duas sentenças não estão coerentemente conectadas, a não ser do ponto de vista daquilo que pretendem corrigir no texto que originou a missiva. O mesmo raciocínio se pode aplicar à última sentença que antecede a identificação desse leitor-missivista. No entanto, restituindo-se a primeira sentença ao seu lugar de origem, podemos estabelecer uma relação que devolve a coerência aparentemente deixada de lado. Assim, o autor da carta classifica o artigo da

revista como desatualizado, impreciso e equivocado. Pode-se ver que as sentenças que seguem se organizam obedecendo a essas três observações. Podemos, então, ao decompor a primeira sentença em três, relacioná-las a cada uma das sentenças subseqüentes. Conseqüentemente, temos: as suas referências estão desatualizadas – “...the language requirements for parliamentarians were dropped months ago”. As suas referências são imprecisas: “The Russian-language radio station was penalized not for broadcasting in Russian (many stations do so without restrictions in Latvia) but for the content of its broadcasts”. As suas referências são enganadoras: “Neither the OSCE nor the EU look upon Latvian language laws as discriminatory, and have said so in their official statements.” Pelo que podemos constatar, as sentenças que seguem só podem ser ligadas em uma relação de coesão e coerência se as ligarmos à primeira sentença do texto. Esta, por sua vez, traz à tona, da forma mais contundente, a presença do autor da carta que se identifica como diretor do *Latvian Institute*.

Outro fato digno de nota nessa carta é que a relação entre a primeira sentença e as que a seguem não obedece a uma hierarquia espacial, ou seja, a sentença que se refere ao adjetivo “desatualizadas”, encontra-se no final, enquanto a que se refere ao adjetivo “enganadoras” é a primeira a suceder a sentença inicial da frase. Essa desorganização pode ser proposital. As sentenças que se organizam em torno do tópico frasal obedecem a uma gradação descendente que começa com a correção mais importante, e vai até a menos importante. No entanto, a hierarquia escolhida dentro do tópico frasal, gradação ascendente, exerce um efeito impactante sobre o leitor comum. Dessa forma, estar desatualizado pode significar um erro mais sério do que ser impreciso, mas ser enganador revela um caráter de intenção muito maior que nos dois primeiros casos. Em outras palavras, estar desatualizado, ser impreciso apontam para uma má intenção, a de enganar.

Diante do caráter desestabilizador e desautorizador que o leitor procura imprimir a seu texto, compreende-se por que motivo esse leitor precisa se identificar como um sujeito que detém a autoridade necessária para dizer o que diz, para fazer as acusações que faz, provando estar correto.

A próxima a ser analisada, a carta de número 108, é uma resposta a um artigo que tem como título “Top Gun”, publicada no dia 18 de novembro na seção U.S. AFFAIRS. O mencionado artigo trata do significado da vitória republicana para Bush e para o mundo.

As primeiras palavras da missiva trazem a primeira das duas identificações desse leitor-missivista, residente na cidade de Iowa. O autor do texto se diz um fiel democrata, e como tal encontra-se em estado de desalento, mais pelas lamentações pessimistas de correligionários, do que em decorrência dos resultados das eleições.

Na segunda identificação que faz, no meio do texto, o missivista diz que, sendo um estudante universitário, sabe que há uma geração entusiástica de jovens democratas ansiosos por vencer, de forma surpreendente, nas eleições de 2004. Transcrevemos a carga a seguir:

(108) AS A LOYAL DEMOCRAT, I WAS disheartened by the midterm-election results, but even more so by the pessimistic groans – from fellow Democrats, no less – that these results sounded the death knell of the party. As a university student, I know that there is an enthusiastic generation of young Democrats who cannot wait to take the 2004 elections by storm. We have not lost sight of the progressive social priorities that our party stands for, and we will have our voices heard. We need to learn from our mistakes and remember that the younger generation still has a lot of fight left in them.

MELISSA HYDE

IOWA CITY, IOWA

Essa carta se distingue das demais pela dupla identificação de seu autor. Aparentemente, a referida missiva não cumpre nenhum propósito além de lamentar a derrota nas urnas e apontar para uma direção mais otimista em relação ao que pode ser feito nas eleições vindouras. Entretanto, uma leitura mais detida pode trazer algumas elucubrações significativas no tocante à identificação do leitor, objeto da presente análise. Ao colocarmos as duas identificações lado a lado, podemos perceber que elas apontam para “lugares” discursivos distintos. A primeira aponta para uma relação interpessoal do missivista, com o Partido Democrata; a segunda aponta para um relação que situa o leitor em um ambiente social, onde ele demonstra sentir-se mais à vontade pelo fato, implicitamente colocado, de conviver com pessoas com

quem possui mais identificação – os jovens de sua idade. Fica, assim, configurada uma situação de contraste, quase de oposição, entre um sujeito e outro. Como primeiro sujeito, o leitor-missivista deve conviver com pessoas das mais variadas faixas etárias, inclusive com pessoas da sua própria faixa. Mas, como estudante universitário, o segundo sujeito se põe em contato, pelas próprias implicações desse segundo ambiente, com pessoas com as quais se identifica, principalmente no que diz respeito à compleição emocional e à disposição física para a luta (*fight*) que deverá se travar nas próximas eleições.

O leitor-missivista se decompõe em dois sujeitos que circulam, conseqüentemente, em dois ambiente distintos, fazendo-se conhecedor das virtudes e fraquezas de um e de outro. Tem, portanto, a capacidade de saber qual dos dois possui maior aptidão para forjar lutadores com ímpeto e coragem suficientes para vencer o desafio.

É instigante investigar como as duas formas de identificação se separam e se aproximam em planos diferentes. Separam-se através do enunciado, mas se juntam e somam força no plano do sujeito autor da enunciação. Em outras palavras, o mesmo sujeito que tem seu coração desanimado, também é o sujeito capaz de se entusiasmar pelo contato com aqueles com quem encontra uma identificação positiva.

A última carta a ser analisada também é uma resposta ao artigo mencionado na missiva anterior. Embora eleitor do presidente Bush, o leitor-missivista também é aposentado da força aérea americana e, como tal, condena o título de *top gun* outorgado ao Presidente Bush (até porque o presidente conseguiu se esquivar de ir para a Guerra do Vietnã.), no artigo que tem como título a referida expressão. Abaixo, a transcrição da referida carta:

(111) I VOTED FOR PRESIDENT BUSH, but as a retired Air Force/Air National Guardsman, I'm critical of your having given him the incredible title of Top Gun. That title goes to a few fighter pilots who have surpassed all others and attained one of the highest honors given to a u.s. pilot. Knowing that President Bush was able to avoid active duty during the Vietnam era, no one would call him a Top Gun. The title given to him so loosely tarnishes all the unbelievably talented pilots who have earned that title.

PHILIP ROVANG

Na carta em análise, também encontramos uma dupla identificação, que consideramos igualmente significativa. Aqui, como pode ser visto com clareza, o sujeito também se desdobra em dois; um que politicamente é a favor do presidente, e outro que, conhecedor como é da importância e do significado do título de *top gun*, conferido a raros pilotos, recusa-se a concordar com atitude de conferi-lo a quem não o merece. Tal atitude, última análise, deve ser imputada à revista *Newsweek*.

É possível inferir que o propósito central dessa carta é discordar do título dado ao Presidente Bush, *I'm critical of your having given him the incredible title of Top Gun* (critico o fato de o senhor ter dado a ele o incrível título de *Top Gun*), mas, antes de fazer isso, o leitor mostra que tem simpatia pelo que o presidente representa no âmbito político. Entretanto, coloca em evidência, além do fato de que o referido título só é dado a raros pilotos que se colocam muito além do esperado de um piloto da Força Aérea Americana, o fato de que o presidente evitou ser combatente na guerra travada contra o Vietnam. Eis por que, como sugere implicitamente o autor da carta, esse título não é dado, mas é conquistado pelo mérito e pela bravura do piloto que, dessa forma, faz por merecê-lo.

O desdobramento do sujeito da enunciação em dois sujeitos dentro do enunciado se configura, como temos visto em análises de cartas anteriores, como um estratagema bastante eficaz no sentido de convencer o co-enunciador da sinceridade e boa intenção do enunciador, especialmente ao discordar em relação a um tema tão delicado, visto que envolve a figura do presidente dos Estados Unidos da América.

É irônico, ainda que perfeitamente natural, o fato de George W. Bush ser o presidente da maior potência mundial, já no ano da publicação do artigo, e, ao mesmo tempo, não estar apto a receber as honras cabíveis a um piloto da força aérea do país que governa. Este fato, de certa forma, esclarece a noção intuitiva que cada um carrega acerca da natureza multidimensional do

sujeito da enunciação. Revelamo-nos de formas diferentes em diferentes situações e interações sócio-discursivas.

### 3.3.3.Considerações gerais

Numa visão panorâmica das cartas analisadas nesta seção, observa-se que a temática majoritária é **conflitos** (07/19). Isso leva a pensar sobre o sujeito do enunciado. Este tende a se vestir da armadura confeccionada com elementos das formações imaginárias, oriundas da sua vida social, que o fortificam para a batalha discursiva que se trava principalmente no terreno ideológico.

Observa-se que a identificação do leitor está intimamente ligada ao conteúdo da carta, notadamente às estratégias discursivas que visam equilibrar as relações de poder desiguais entre a revista e os leitores. Na maioria dos casos aqui analisados, a identificação remete para o fato de que o leitor-missivista precisa revelar suas credenciais para fazer as afirmações que faz, corrigindo, acrescentando informações, apreciando ou depreciando a forma com que o assunto foi tratado pela revista, entre outros.

Podemos agrupar a natureza dessas cartas em duas relações distintas entre o leitor-missivista e o seu co-enunciador formal: uma relação de aproximação, e outra relação de afastamento. Diremos que há uma relação de aproximação quando o conteúdo do texto-base se encontra em concordância com o conteúdo da carta que lhe corresponde. Chamaremos de relação de afastamento todas aquelas em que há discordância entre o conteúdo do texto-base e a carta. Colocaremos no primeiro grupo todas as cartas cuja natureza é laudatória e/ou aditiva. No segundo grupo, todas as de natureza depreciativa e/ou corretiva. Em um grupo intermediário, colocaremos as que têm natureza sugestiva, pois as cartas que visam sugerir algo tendem a não apresentar uma relação de aproximação ou afastamento, dando-nos a impressão de que são neutras.

A carta de número 7, por exemplo, tem natureza aditiva, havendo, portanto, uma relação de aproximação entre o conteúdo do texto-base e a

missiva. O leitor-missivista, em nenhum momento, contrapõe-se ao que foi dito no artigo a que se refere; sendo assim, procura mostrar aspectos que possam clarear o pensamento do co-enunciador acerca do tema abordado. O mesmo pode ser dito das cartas 48 e 99; todas possuem natureza aditiva. A carta 49 apresenta também a referida relação de aproximação, pois possui a natureza laudatória. Portanto, nas cartas 7, 48, 49 e 99, o sujeito que se identifica não se opõe ao seu co-enunciador formal; pelo contrário, aproxima-se dele, seja para elogiar, seja para acrescentar informações ao que foi dito no texto-base, seja para fazer ambas as coisas.

Já as cartas 9, 31, 53, 64, 72, 73, 86, 87, 91, 101 e 111 apresentam uma relação de afastamento, pois ou possuem natureza corretiva, ou depreciativa. Nesse caso, o sujeito do discurso assume uma postura de negação perante o seu co-enunciador formal, visto que ou deprecia, ou corrige o conteúdo do texto-base. As cartas 9, 53, 64, 98 e 101 são todas de natureza corretiva, enquanto que as cartas 31, 72, 73, 86, 91 e 111 são todas de natureza depreciativa.

Nota-se que, da totalidade das cartas analisadas nesta seção, a maioria se compõe de cartas em que há afastamento (natureza depreciativa ou corretiva), o que leva a reconhecer que, quando o sujeito apresenta identificação, além da exigida pela revista, assim o faz no sentido de reforçar as referências que o autorizam a assumir a postura correspondente ao propósito da carta, sobretudo porque não há confluência de opiniões.

A carta de número 26 tem natureza mista, é depreciativa e aditiva ao mesmo tempo, o que aponta para o fato de que uma ou mais leis do discurso não receberam a devida observância. Uma análise mais acurada da referida carta revela que a lei da informatividade não foi cumprida como deveria, pois faltou, segundo o leitor-missivista, reconhecer os créditos merecidos à *Space Adventures*.

A natureza laudatória das cartas aponta para o reconhecimento por parte do leitor-missivista de que as leis do discurso foram cumpridas no texto que motivou a carta. Exemplificamos com a carta de número 49 que é

laudatória. O leitor-missivista se posiciona ao lado do povo americano em relação ao conflito originado com o ataque de 11 de setembro de 2001. É interessante o fato de que o autor da carta não elogia o conteúdo, nem a forma com que o assunto foi tratado, mas prefere elogiar algo que está por trás do objeto da série de reportagens a que a carta se refere – a cultura e o modo de vida americanos. Apesar de não fazer referências elogiosas diretas à série de reportagens, pode-se inferir que o leitor endossa tanto o conteúdo das reportagens, quanto a abordagens dos temas.

A análise da origem da carta em conjunção com a identificação do leitor e a natureza da carta nos permitem observar que a maioria das cartas de natureza depreciativa que trouxe identificação do leitor vieram de estrangeiros (4/6), enquanto que as cartas de natureza aditiva que tinham identificação do leitor distribuíam-se de modo igual entre estrangeiros e nativos (3-3/6). Há, no geral, uma maior participação do leitor estrangeiro que do nativo nas cartas ao editor, e, embora do total de cartas de origem estrangeira, apenas 12,8% contenham identificação do leitor. Se olharmos a variável *identificação do leitor*, observamos que do total de cartas com identificação do leitor, 57,9% advêm de leitores estrangeiros. Esses números apontam para o caráter internacional da revista *Newsweek*. Também mostram o posicionamento do sujeito estrangeiro que sente necessidade de usar como estratégia argumentativa, para um editor de uma revista americana (nativo?) e leitores também estrangeiros, a sua identificação. Essa identificação marca sua posição como pertencente a determinado grupo social.

Em resumo: 1) a identificação do leitor-missivista, além daquela solicitada pela revista, articula-se com todo o conteúdo da carta. Essa identificação dá suporte ao enunciado, uma vez que ajuda a definir o lugar de onde o sujeito do discurso fala; 2) a natureza da carta está intimamente ligada às leis do discurso, procurando chamar a atenção do co-enunciador formal para a sua observância, ou reconhecendo, explícita ou implicitamente, que essas foram (ou não) observadas no texto-base; 3) a identificação do leitor ora se dá no corpo do texto, ora no final da carta. No primeiro caso, esta identificação se articula diretamente com a argumentação, enquanto que, no

segundo caso, estabelece apenas uma relação de autoridade com a totalidade do enunciado; e por fim, o alto índice de cartas com identificação do leitor provindas do estrangeiro denota o alcance internacional da revista e parece indicar diferença entre os leitores, conforme a origem, no tocante ao uso de estratégias discursivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 4.1. Aspectos do gênero, do intertexto e do sujeito discursivo

No início de nossa pesquisa propusemo-nos responder às seguintes questões: (a) de que forma o gênero discursivo carta ao editor se configura no tocante ao contexto de produção?; (b) que estratégias o leitor-missivista utiliza para retomar o texto-base?; (c) qual a relevância discursiva da identificação do leitor dada por ele mesmo? Queremos, agora, apresentar as respostas que obtivemos ao longo de nossa análise.

As cartas ao editor apresentam-se como um gênero discursivo dialógico por excelência. Melhor dizendo, considerando com Bakhtin (2000) que todo discurso é dialógico, as cartas ao editor situam-se num dos extremos do *continuum*, próximo ao diálogo propriamente dito e à carta pessoal. Possui um sujeito enunciador e um sujeito co-enunciador identificados que, dialogando, por meio da revista, deixam entrever o jogo das relações sócio-interativas.

Os enunciadores, a maioria estrangeiros, são sujeitos, que, tendo proficiência em língua inglesa e possuindo a necessária competência sobre gênero, procuram discutir temas de repercussão internacional, ora louvando pontos de vista, ora depreciando-os ou corrigindo-os, ora acrescentando informações. Têm um espaço limitado para isso e estão sujeitos a restrições por parte do editor, que pode "editar as cartas por razões de clareza ou espaço". De fato, as cartas se destinam a um sujeito co-enunciador, predominantemente identificado como o editor e, mais raramente, como o próprio articulista ou mesmo o leitor comum. Em outras palavras, o co-enunciador figura, ora diretamente, ora indiretamente, havendo casos em que fica a cargo do leitor inferir quem é o co-enunciador referido na missiva.

Diferentemente do diálogo comum, em que os turnos de discurso se alternam até o esgotamento do tema, as cartas ao editor, que já são uma resposta dos leitores a um texto da revista, não têm resposta do editor,

conforme verificamos. O editor, então, figura como início e fim da cadeia discursiva, pois é de onde tudo parte (já que edita os artigos), e para onde tudo vai, (já que as cartas são dirigidas a ele, que as pode editar). Desse modo, o editor constitui-se como o detentor maior do *poder*. Seu discurso, ou melhor, o discurso que ele edita, provoca reações, mas estas não repercutem, não interferem, não provocam novas intervenções. Dessa forma, o editor é o ponto para onde tudo converge e de onde tudo emana. O centro, enfim.

Nesse contexto, a identificação do leitor assume grande relevância discursiva, como forma de restabelecer uma relação de igualdade entre os enunciadores. O leitor oferece uma identificação não solicitada pela revista como meio de revelar a legitimidade de poder usar a palavra. Esta identificação, que figura, na maioria dos casos, no corpo da carta e, algumas vezes, no final, abaixo do nome do emissor, assume formas diversas, tais como, *indicação de origem, o cargo que ocupam na sociedade, sua orientação religiosa, relação que têm com a publicação, experiência vivida e formação educacional*. Essa identificação se articula diretamente com o ponto em questionamento, especialmente quando aparece no interior do enunciado, caso em que se ajusta a ele, formando como que um sistema. A acomodação da identificação espontânea do leitor-missivista no interior do enunciado, muitas vezes, não permite ao leitor comum a percepção do seu alcance como estratégia discursiva. Assim, a subjetividade que se manifesta aqui, paradoxalmente, tem um propósito objetivo, que é o de melhor posicionar o sujeito do discurso frente ao seu interlocutor. Em outras palavras, o leitor-missivista, ao se identificar espontaneamente, reclama um lugar de onde, legitimamente, pode falar, porque tem, por diferentes vias, a autoridade para tanto. Neste sentido, é que podemos afirmar que não é suficiente dizer, mas é necessário que esse dizer seja respaldado pela autoridade de quem diz. O dizer, nesse caso, ainda que consistente, coerente, não se impõe por si mesmo, sendo necessário que o enunciador detenha credenciais que dêem suporte ao seu enunciado a fim que possa ser levado em consideração.

Também, de certo modo, ligadas a esse objetivo de posicionamento do leitor, são empregadas várias formas de intertextualidade. Foram

encontradas a *pressuposição*, a *negação*, a *ironia*, a *referência ao título*, a *alusão ao tema*, a *paráfrase* e o *excerto*. Destas, as mais comuns foram a *pressuposição* e a *paráfrase*; a menos comum, a *ironia*.

Observamos que a forma como a argumentação se desenvolve depende da escolha da forma de remissão e que essa sintonia exerce influência sobre a extensão do texto. Há, assim, formas de remissão que permitem uma exploração mais ampla da temática, tais como a *pressuposição*, a *negação*, a *referência ao título*, a *alusão ao tema* e a *ironia*, e outras que só permitem um tratamento mais restrito das temáticas exploradas nesses textos, como o *excerto* e a *paráfrase*. No primeiro grupo, não podemos identificar, na superfície do texto, quais são os pontos de convergência ou divergência que motivaram a carta, visto que não estão marcados explicitamente. No segundo grupo, todavia, essa identificação é feita no texto-base, o que permite ao autor da carta se deter especificamente naquilo que foi alvo da *paráfrase* ou do *excerto*. Vale ressaltar que a *referência ao título*, forma de remissão típica desse gênero, muitas vezes utilizada conjuntamente a outra forma de remissão, foi empregado quando a escolha do título estabelecia uma relação direta com o conteúdo do enunciado.

Ainda quanto à intertextualidade, notamos que, pelas formas de heterogeneidade empregadas, as cartas se aproximam de artigos de divulgação científica, num misto de texto argumentativo-expositivo e subjetivo. Uma evidência disso é que a *paráfrase* e o *excerto* são amplamente utilizadas em textos de natureza científico-argumentativa. Já a *ironia* e a *negação* são mais empregadas em textos de caráter subjetivo. Assim, os dois tipos de remissão mais frequentes nas cartas, a *pressuposição* e a *paráfrase*, sugerem uma tensão entre o uso da argumentação lógica, objetiva, e o uso de uma forma de argumentação menos calcada na abordagem objetiva, referencial dos temas.

Em suma, as cartas ao editor configuram-se como um gênero, tendo no dialogismo uma de suas características fundamentais. Esse traço dialógico é marcado pelas várias formas de identificação do leitor e de intertextualidade,

reveladoras das relações que tomam lugar no jogo discursivo entre mídia e leitores.

Assim, cremos ter contribuído com este trabalho para uma maior compreensão do gênero *carta ao editor*, ou pelo menos, para uma reflexão a respeito da questão do dialogismo, que, como vimos, assume feição peculiar no referido gênero.

Compreender melhor tal gênero é de fundamental importância, não só para a teoria, mas também para a prática docente. As cartas ao editor podem ser usadas em aulas de leitura e escrita, para levar o aluno a se dar conta do fenômeno da intertextualidade e do dialogismo, para o ensino das feições genéricas de um texto, nos três níveis mencionados por Fairclough (2003) – texto, prática discursiva e prática social –, bem como na exemplificação para o ensino da noção de sujeito de discurso e as conseqüentes relações de poder trazidas à tona em qualquer enunciado.

Quanto ao dialogismo, as diversas referências ao co-enunciador da carta merecem investigação mais detida para uma possível correlação com a estratégia argumentativa utilizada. Percebemos variações na referência ao co-enunciador, que podem apontar para uma função discursiva.

De suma importância, é a relação de *carta ao editor* com certas noções marxistas como *alienação* e *ideologia*, ou mesmo de noções ducrotianas de *pressuposição* e *subentendidos*, porém julgamos que, nos limites deste trabalho, esses conceitos por si sós demandariam uma investigação de maior fôlego, quiçá como núcleos desta própria investigação. Isto fica por ser explorado como continuação pertinente e necessária desta pesquisa.

#### **4.2. Implicações para o ensino**

Em nossa pesquisa, discutimos, utilizando um *corpus* de 122 cartas extraídas da seção *Letters* da revista *Newsweek*, o gênero discursivo *carta ao editor*, no âmbito da prática discursiva, fazendo relação com a intertextualidade e o sujeito do discurso. Os principais autores em quem nos apoiamos para

fazer nossa análise, Bakhtin, Bronckart e Fairclough, apontam para a linguagem como resultado das interações entre os seres humanos. Essa orientação epistemológica lança luz não só sobre questões como a evolução e a constante mudança do sistema de uma língua, mas também sobre o papel que a linguagem, e conseqüentemente a língua, exerce sobre nossas concepções acerca de nós mesmos, acerca do mundo que está a nossa volta, pois, retomando Fairclough (2003), a língua serve tanto para representar, como para agir sobre o mundo. Talvez seja esse um dos motivos que levam as nações a procurar fomentar o aprendizado de seus idiomas em outras culturas. Se a língua impõe uma representação do mundo, e cada língua é um sistema diferenciado de outras línguas enquanto sistema, é razoável pensar que cada idioma induz a uma representação diferente de tudo que nos cerca, inclusive de nós mesmos. Tal constatação não pode deixar de gerar seus efeitos sobre as estratégias de ensino e também sobre o que ensinar na área das línguas, especificamente no ensino de línguas estrangeiras.

A Filosofia explica que uma forma de violência é tratar o sujeito como objeto. Ora, a aplicação do método científico aos estudos da linguagem tem se caracterizado pela destituição da natureza subjetiva da linguagem, procurando tratá-la como um mero objeto desvinculado de uma realidade político-social. Esse tipo de tratamento dado ao estudo da linguagem, ainda que permita uma evolução na esfera do meramente objetivo, não dá conta das características trans-objetivas da linguagem humana. Ou seja, para que o estudo da linguagem se faça em um nível satisfatório de completude, necessário se torna, além do universo textual, que procuremos entendê-la enquanto prática discursiva e prática social. Essa concepção possui implicações bem interessantes no ensino de línguas, pois, como sabemos, a comunidade internacional é regida por interesses de natureza política, religiosa, econômica, que muitas vezes não atendem às necessidades de um desenvolvimento sustentável em escala planetária. Nesse sentido, é preciso estarmos atentos para o uso indevido da linguagem na consecução de objetivos que procuram passar por cima de necessidades fundamentais, não só para o bem estar do ser humano enquanto ser individual e social, mas também para as relações entre a humanidade e o organismo planetário que a sustenta.

Assim, quanto mais o indivíduo estiver ciente do seu papel no organismo social a que pertence, mais fácil será a resolução dos problemas que nos afligem. Pois bem, essa ciência também decorre do entendimento de que a linguagem é uma forma de representar o mundo, ao mesmo tempo que é responsável pela forma como o abordamos. Podemos constatar isso se observarmos como a linguagem carrega metáforas que denunciam nosso relacionamento com a natureza, por exemplo utilização da expressão “natureza selvagem”, o que nos faz pensar em uma natureza não domesticada, que precisa ser submetida, conquistada. A idéia da submissão está presente até mesmo quando nos referimos ao amor romântico. Aqui também falamos em conquistar, em submeter o outro a um amor incondicional. Metáforas como essas, ao mesmo tempo que descrevem, criam em nós, uma compreensão que leva a uma atitude, a um ação determinada, muitas vezes nos “poupando do trabalho” da reflexão, da atualização de nossas concepções, momento a momento.

Nesse sentido, pensamos que nosso trabalho pode representar uma contribuição, ainda que modesta, ao ensino da produção textual, não só em língua estrangeira, mas também em língua materna. Nesse sentido, reconhecemos a imensa mudança representada pela aplicação das pesquisas feitas até agora na área da lingüística textual. No entanto, não cremos que devemos nos deter apenas nesse nível, pois corremos o risco de, por exemplo, no ensino da produção textual habilitar nossos alunos a serem excelentes escritores no tocante a aspectos gramaticais, textuais e de gênero, mas sem ciência das implicações ideológicas de seus escritos, podendo funcionar como perpetuadores de concepções equivocadas, facilmente repassadas pela linguagem, uma vez que não têm consciência dessas implicações. Assim, entendemos que o ensino da produção textual deve estar acompanhado da análise que envolva também a prática discursiva e a prática social a fim que se possa formar profissionais, professores de língua, tradutores, críticos literários, capazes de lidar proficientemente com as referidas dimensões da linguagem.

No tocante ao estudo dos gêneros do discurso, é importante saber que um gênero pode ser caracterizado, não só pela sua realização enquanto

formato textual, mas também por aquilo que o delimita no nível contextual, como, por exemplo, o espaço físico a ele reservado, o canal por que se propaga, a forma de intertextualidade mais usada para dado gênero, elementos culturais de dada comunidade de discurso, entre outros. De posse desses elementos, o aluno poderá adquirir uma maior competência genérica.

No que diz respeito ao fenômeno da intertextualidade e do dialogismo, por exemplo, o aluno deve tomar ciência do caráter intertextual e dialógico de toda produção de linguagem. Sabedor de que qualquer discurso traz sempre elementos de outros discursos, e que cada enunciado dialoga com outros enunciados, o estudante também deve saber que existem formas de intertextualidade que são claramente mostradas no texto, concretamente realizadas no intertexto. Essas formas de intertexto, por sua vez, têm o respaldo do meio social em que circulam, pois trazem implicações que não permitem seu uso indiscriminadamente, necessitando que se conheçam tais implicações e situações de uso de cada uma delas. É razoável pensar que tal domínio aumenta a confiança do aprendiz e, conseqüentemente, sua fluidez nas produções textuais. É claro que trabalhar com essas dimensões exige do professor a formação adequada no trato com a análise dos elementos discursivos e ideológicos contidos nos textos.

No que se refere ao sujeito do discurso, torna-se necessário que o estudante entenda que qualquer enunciado traz consigo a presença de um sujeito autor do discurso, ainda que, em alguns gêneros textuais, haja uma tendência ao apagamento da subjetividade. Essa noção aponta para as relações de poder presentes em qualquer interlocução. Nesse sentido, é de grande utilidade o entendimento da gênese, não só das relações de poder estabelecidas em determinada situação, mas também da origem histórica, havendo necessidade de entendermos como a linguagem perpetua essas relações desiguais, especialmente quando elas se tornam um entrave para o desenvolvimento humano. Ciente dessas relações, o estudante orientará sua produção no sentido de evitar tudo aquilo que sirva de instrumento para o estabelecimento de relações injustas e geradoras de violência entre os homens.

Esperamos que nossa pesquisa possa, quem sabe, servir de inspiração ou de apoio, para o desenvolvimento de compreensão em leitura e escrita, sobretudo em língua estrangeira. A esse propósito, as cartas ao editor se configuram como textos relevantes, por serem textos que podem servir à exploração das noções de dialogismo e intertextualidade. Além disso, podem prestar-se à exploração das feições genéricas de um texto, nos três níveis (texto, prática discursiva, e prática social) mencionados por Fairclough (2003), bem como na exemplificação para o ensino da noção de sujeito de discurso e as conseqüentes relações de poder trazidas à tona em qualquer enunciado.

Um fator a se considerar é a formação do professor. Um ensino calcado em propósitos libertadores, ou seja, um ensino voltado a tornar o indivíduo mais capaz de formar juízos consistentes acerca do mundo que o cerca impõe uma melhor formação do professor nesse sentido, quer dizer, impõe que o professor também seja detentor da mesma capacidade. Isto implica que o professor encare o conhecimento não como algo pronto, acabado, mas como algo em constante mutação, algo que tende a aproximar-se cada vez mais do que pode ser a solução para seus problemas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, K. D. de S. *Interação em artigos científicos e de divulgação científica. Revista ao pé da letra. v.4.1.:65-71.*

ARISTÓTELES. *A Arte poética.* São Paulo: Martín Claret, 2004.

ANDRADE, M. L. da C. V. de O. *Marcas de interação na correspondência publicada em jornais:*

[http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/MariaLuciaCVOAndrade\\_interacao.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/MariaLuciaCVOAndrade_interacao.pdf)

(05/03/2005)

BAKHTIN, M. (1927) *Discurso na vida e discurso na arte (sobre a poética sociológica)* Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, a partir da tradução inglesa de I. R. Titunik "Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics". In: *Freudism.* New York: Academic Press, 1976 (cópia xerox).

BAKHTIN, M. *Esthétique et théorie du roman.* Paris. Gallimar, 1977

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal.* 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BECKER, A. L. *Beyond translation: essays towards a modern philology.* ANN ARBOR: University of Michigan Press, 1995.

BAZERMAN, C. Cartas e a base social de gêneros diferenciados. In BAZERMAN, Charles, DIONÍSIO, Ângela Paiva & HOFFNAGEL, Judith Chambliss (org.). *Gêneros textuais, tipificação e interação.* São Paulo: Cortez, 2005.

BRAIT, B. Interação, gênero e estilo. In: Dino Preti (org.) *Interação na fala e na escrita.* São Paulo: Humanitas, Projetos Paralelos, vol. 5, p. 125-158, 2002.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo.* São Paulo: EDUC, 2003.

CAVALCANTI, M. do C. *Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática.* Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

CHARAUDEAU, P. & MAIGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso.* São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*, Campinas, Pontes Editores, 1987.

\_\_\_\_\_. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

CANVAT, K. *Types de textes et genres textuels. Problématique et enjeux*. Enjux: 1996, n. 37/38, pp. 5-29.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. London and New York: Routledge: 2003.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*; Izabel Magalhães, coordenadora de tradução. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2004.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GREIMAS, A J. & COURTÉS. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In COLE, P. and MORGAN, J. (eds), *Speech Acts*. New York: Academic Press, Vol. 3, 1975, 41 – 58.

HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnel*, Paris: Fayard, vol. I et II. 1987.

LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: University Press, 1983.

LIMA, A. M. P. *Descrição do gênero carta de leitor*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Programa de Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal do Ceara: Fortaleza, 2001. 211 p.

LOZANO, J. et alii. *Análise do discurso*. São Paulo: Littera Mundi, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise dos textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *A Questão do suporte dos gêneros textuais* Versão Eletrônica:

[http://72.14.207.104/search?q=cache:Y86vgkd\\_3uJ:bbs.metalink.com.br/~lcos\\_carelli/GEsuporte.doc+%22a+quest%C3%A3o+do+suporte%22&hl=pt-BR&client=firefox-a](http://72.14.207.104/search?q=cache:Y86vgkd_3uJ:bbs.metalink.com.br/~lcos_carelli/GEsuporte.doc+%22a+quest%C3%A3o+do+suporte%22&hl=pt-BR&client=firefox-a). 2003

\_\_\_\_\_. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: I. Signorini (org.) *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, p. 23-50 2001.

MARTINET, A. *Conceitos fundamentais da lingüística*. Lisboa: Presença, 1973.

MELO, C. R. B. *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1999.

MOISÉS, M. *A criação literária*. São Paulo: Editor Cultrix, 1999.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1999.

MORAES, L. N. De G. *A Dança efêmera dos leitores missivistas na revista Realidade (1966-1968)*. Dissertação de Mestrado. USP: 2001.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

PRETI, D. Papéis sociais e formas de tratamento em *A Ilustre Casa dos Ramires*, de Eça de Queiroz. In: Beatriz Berrini (org.) *A Ilustre Casa dos Ramires – Cem Anos*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000, p. 85-109.

SANTHIAGO, R. *Quem acredita nas cartas do leitor?* 2004  
<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=284JDB004>>  
(12/01/2005)

SILVA, V. L. P. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: I. G. V. Koch e K. S. Monteiro de Barros *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN1997, p. 118-124.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

SWALES, J. M. *English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAVARES, H. *Teoria literária*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

## **ANEXOS**

### **1. Ficha de leitura das cartas**

## FICHA PARA CADA CARTA LIDA

1. Edição \_\_\_\_\_ página \_\_\_\_\_
2. Seção referida \_\_\_\_\_
3. Edição referida \_\_\_\_\_
4. Tipo de remissão \_\_\_\_\_
5. Tipo de leitor \_\_\_\_\_
6. Resposta do editor \_\_\_\_\_
7. Natureza da carta \_\_\_\_\_
 

contributiva	laudatória	depreciativa
corretiva	sugestiva	mista
8. Identificação do leitor: ( ) presente  
( ) ausente

## FICHA PARA CADA CARTA LIDA

9. Edição \_\_\_\_\_ página \_\_\_\_\_
10. Seção referida \_\_\_\_\_
11. Edição referida \_\_\_\_\_
12. Tipo de remissão \_\_\_\_\_
13. Tipo de leitor \_\_\_\_\_
14. Resposta do editor \_\_\_\_\_
15. Natureza da carta \_\_\_\_\_
 

Contributiva	laudatória	depreciativa
Corretiva	sugestiva	mista
16. Identificação do leitor: ( ) presente  
( ) ausente